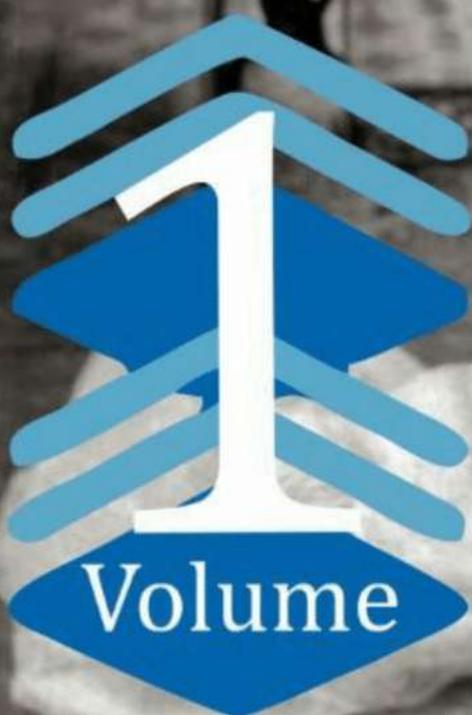




Em Perspectiva

Revista do PPGH/UFC

Imagem: Tiny Seamstress, 1924
(Shorpy Photo Archive - Old Pictures, Better Than New)



V. 1, N. 2, 2020, ISSN: 2448-0789
Fortaleza, Ceará, Brasil



Editor Chefe: Francisco Régis Lopes Ramos - Doutor e professor do PPGH/UFC

Editor responsável: Gil Eduardo de Albuquerque Macedo - doutorando do PPGH/UFC

Conselho Editorial

Antonia Márcia Nogueira Pedroza - doutoranda do PPGH/UFC

Elane Cristina Rodrigues Gomes - doutoranda do PPGH/UFC

Francisco Pedro Trigueiro - mestrando PPGH/UFC

Gilberto Gilvan Souza Oliveira - mestrando do PPGH/UFC

Gabriel Parente Nogueira - doutorando do PPGH/UFC

Gabriela Fernandes de Siqueira - doutoranda do PPGH/UFC

Kamillo Karol Ribeiro e Silva - doutorando do PPGH/UFC

Reginaldo Sousa Chaves - doutorando do PPGH/UFC

Tyego Franklim da Silva – mestre do PPGH/UFRN

Walter de Carvalho Braga Júnior -

doutorando do PPGH/UFC

Conselho consultivo nacional

Adriano Comissoli -UPF

Alessandra Regina e S. Mafra-UNICAMP

Allyson Bruno Viana-UECE

Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez-URCA

Ana Karine Martins Garcia-UFC

Ana Rita Fonteles Duarte-UFC

Antonio Edmilson M.Rodrigues -
PUC/UERJ

Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho-UFC

Antonio Mauricio Dias da Costa-UFPA

Arnaldo Pinto Junior-Unicamp

Beatriz Gallotti Mamigonian-UFSC

Carlos Augusto de Castro Bastos-UFPA

Carmen Margarida Oliveira Alveal-UFRN

Clovis Jucá Neto-UFC

Darlan de Oliveira Reis Junior-URCA

Dilton Maynard-UFS

Edson Hely Silva-UFPE

Eunícia Barros Fernandes-PUC-Rio

Eurípedes Antônio Funes-UFC

Francisco Egberto de Melo-URCA

Jaison Castros Silva-IFPI

Janaina Guimarães da F. e Silva-UFPE

João Ernani Furtado Filho-UFC

Janaina Guimarães da F. e Silva-UFPE

Joel Carlos de Souza Andrade-UFRN

Jorge Henrique Maia Sampaio-UFC

José Evangelista Fagundes-UFRN

Kênia Sousa Rios-UFC

Luis Junior Costa Saraiva-UFPA

Marcio Couto Henrique-UFPA

Maria Emília MonteiroPorto-UFRN

Mônica da Silva Ribeiro- UFRRJ

Muirakytan Macedo-UFRN/CERES-Caicó

Raimundo Pereira Alencar Arrais-UFRN

Rodrigo Ceballos-UFCG

Simeia de Nazaré Lopes-UFPA

Tacito Thadeu Leite Rolim–UECE

Taissa Taverna de Luca–UEPA

Tatiana Silva Poggide Figueiredo-UFF



Sumário

Apresentação	4
Por uma história do Tempo Presente: historiando para além das relações entre História Oral, Memória e Micro- História	
Fagno da Silva Soares (Universidade Federal Fluminense)	6
Arranjos familiares de pessoas negras na freguesia de Nossa Senhora das Neves (Parahyba do Norte, 1861-1863)	
Larissa Bagano Dourado (Universidade Federal da Paraíba)	
Solange P. da Rocha (Universidade Federal da Paraíba)	49
Construindo a parentela: negros e índios lutando por visibilidade no Rio Grande do Norte imperial	
Genilson de Azevedo Farias (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)	69
A cidade e sua composição:um retrato de Manáos no fim do século XIX	
Bruno Miranda Braga (Universidade Federal do Amazonas)	94
“No tempo dos antigos índios”: memória e identidade indígena no Planalto da Conquista em fins do Século XX e princípios do XXI	
Renata Ferreira de Oliveira (Universidade Federal do Norte de Minas Gerais)	114
Ceticismo e o princípio do Verum Factum nos tratados de Baltasar Gracián	
Diogo Luiz Lima Augusto (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)	136



Tecendo redes:

um espaço de referência para intelectuais nas crônicas de Rachel de
Queiroz (revista O Cruzeiro, 1964-1975)

Raquel França dos Santos Ferreira (Universidade Federal Fluminense)..... 154



Apresentação

Em Perspectiva – Volume 1, número 2

A revista *Em Perspectiva* chega a seu segundo número buscando assegurar seus objetivos: estimular e divulgar a produção intelectual nos múltiplos campos de pesquisa da história, sobretudo na História Social, dialogando com as mais diversas áreas do conhecimento.

Diversidade. Eis a tônica deste número que traz para o leitor um exemplo de recorte crítico de pesquisas desenvolvidas nos mais distantes centros do país e do mundo.

Diversidade de espaços. São artigos de professores e estudantes de oito diferentes instituições de ensino superior que atuam e desenvolvem suas pesquisas em pelo menos três cursos diferentes: Ciências sociais, Geografia e História.

Diversidade de fontes. Os trabalhos aqui publicados utilizam diversos suportes para construir suas argumentações historiográficas. A documentação vai desde assentos de batismo, postais e fotografias, registros autobiográficos, crônicas, escritos religiosos até os relatos orais, além dos textos teóricos sobre a relação memória-história, usados como esteio discursivo para o único texto teórico desse número: o de autoria de Fagno Soares.

Diversidade de temas, muito embora possíveis aproximações possam ser construídas. As preocupações dos(as) historiadores(as) aqui publicados apontam para a multiplicidade que a pesquisa em humanidades hoje se preocupa, no entanto, mostra também como os temas se tangenciam.

Larissa Dourado e Solange Rocha discorrem sobre os arranjos das famílias negras na Paraíba oitocentista, ao passo que Genilson Farias estuda a resistência à marginalização, a partir da família de Auta de Souza, escritora negra norte-rio-grandense.

No que diz respeito à interpretação, recomposição dos espaços e ao registro do território, Bruno Braga estuda a paisagem construída da cidade de Manaus-AM no século XIX. Renata de Oliveira ocupa-se em compreender a presença afirmativa de povos indígenas no sertão de Vitória da Conquista – BA.

Outros textos trabalham com escrita intelectual. Os tratados de Baltasar Gracián, jesuíta aragonês, são a preocupação de Diogo Augusto. A partir deles, o autor procura



compreender a apropriação do ceticismo no século XVII. Já Raquel Ferreira investiga as redes de sociabilidade construídas na revista *O Cruzeiro*, a partir dos escritos de Rachel de Queiróz, entre 1964 e 1975. Por fim, Fred Maciel estuda a política cultural sandinista, através da vida e obra do intelectual nicaraguense Sérgio Ramirez.

Dessa forma esperamos cumprir duplamente a missão da revista: divulgação científica e promoção da pesquisa em história. O resultado do esforço dos pesquisadores e dessa equipe editorial pode ser conferido a partir das próximas páginas, com as quais esperamos inspirar nossos leitores. Uma inspiração igualmente diversa, baseada nas possibilidades metodológicas e na procura por novos problemas como assim fizeram os autores aqui publicados.

Kamillo Karol Ribeiro e Silva.



Por uma história do Tempo Presente: historiando para além das relações entre História Oral, Memória e Micro-História¹

Fagno da Silva Soares ²

Não serei o poeta de um mundo caduco, também não cantarei o mundo futuro. O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente.

Carlos Drummond de Andrade

O historiador do tempo presente é contemporâneo do seu objeto e, portanto, partilha com aqueles cuja história ele narra.

Roger Chartier

RESUMO

Este estudo pretende contribuir na ampliação das reflexões, acerca da história do tempo presente e sua relação com a história oral e memória. Neste contexto, realizamos um debate historiográfico, de modo a cotejar os conceitos entre história e memória. Contudo, tomamos para pensar a história do tempo presente, interseccionada por uma dupla articulação dos conceitos filigranados entre historiar a memória e memoriar a história. Propondo assim, forjar um instrumental teórico de reflexão e aprofundamento a estudos futuros.

Palavras-chave: História; tempo presente; memória.

For a history of the present time: historicizing beyond relations oral history, memory and history micro

ABSTRACT

This paper aims to contribute to the expansion of reflections about the history of this time and its relation to oral history and memory. In this context, we conducted a historiographical debate in order to collate the concepts of history and memory. However, we think the story to the present time, intersected by a double articulation of filigreed concepts of historicizing

¹ Recebido em: 20 de agosto de 2015. Aceito para publicação em: 21 de janeiro de 2016.

A arquitetura deste texto contou com a inestimável colaboração das professoras Ana Maria Mauad de Sousa do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI/UFF) e Marta Gouveia Rovai do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO/USP).

² Doutorando em História Social/Contemporânea II pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), mestre e especialista em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), professor de história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA/Campus Açailândia). Líder do CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória (IFMA). E-mail: fagno@ifma.edu.br Lattes: /http://lattes.cnpq.br/3217068793114228.



memory and memorizing history. Proposing thus forge a theoretical instrument of reflection and deepening future studies.

KEYWORDS: History; present time; memory.

Introdução

Papai, então me explique para que serve a História³.

Esta, certamente não é um pergunta simples de ser respondida e, por essa mesma razão, faz-se mister perscrutar os caminhos e descaminhos da história na tentativa de respondê-la ainda que, não satisfatoriamente. São muitos os que assim como o garoto Henri, filho do historiador Marc Bloch que questiona o pai sobre a importância de se estudar a história na introdução da obra inacabada em 1943, de Bloch permanecem sem resposta. A despeito disto, o teatrólogo Bertolt Brecht sublinha que todos fazemos a história, para além dos heróis conhecidos, os anônimos, sem os quais a história deixaria de ser história. A busca por possíveis respostas norteou esta nada sucinta, porém, loquaz reflexão acerca das relações entre história oral e memória, promovendo reflexões historiográficas a partir da análise bibliográfica dos conceitos de história oral e memória perpassados pelo tempo presente.

Ainda nestes termos, o historiador Peter Burke para quem a função da história seria de ordenar informações sobre o passado⁴ ou como nos propõe Eric Hobsbawm que o historiador deve sempre lembrar o que a sociedade insiste em esquecer,⁵ não basta ao historiador registrar apenas o passado, mas refleti-lo, problematizadamente ancorado no presente. Destarte, o historiador do século XXI está singrando o “oceano da historiografia que se acha povoado por inúmeras ilhas com sua flora e fauna particular”,⁶ tendo vez por vez, de ancorar em diversos portos, formando um

³ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Trad.: André Telles, Rio de Janeiro; Zahar, 2001, p. 41.

⁴ BURKE, Peter (org.). *A escrita da história – novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

⁵ HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 13.

⁶ BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004, pp. 08-09.



[...] caleidoscópio de sub-especialidades [...] perpassando um todo cada vez mais compartimentado deste campo do saber [...] o historiador de hoje é um historiador da cultura, um historiador econômico [...] micro-historiadores [...] fragmentação de especialidades.⁷

No novo século, a hiper-especialização e as interconexões dos saberes são oriundos da crescente complexificação do conhecimento humano que fazem do conhecimento histórico um caleidoscópio com infinitas possibilidades de estudo. Ainda segundo o autor “a história, neste início de milênio, divide-se em inúmeras modalidades que fazem do ofício dos historiadores contemporâneos um universo vasto e complexo.”⁸ Destarte, não existem fatos exclusivamente políticos, econômicos, religiosos, sociais ou culturais em um mesmo campo historiográfico, todas possuem interfaces e enfoques para o desnudamento da sociedade em um tom quase babélico de possibilidades.

Nós historiadores somos tomados por um certo encantamento de fontes, se por um lado é um manancial de possibilidades de pesquisa, por outro, pode ser o nosso *calcanhar de aquiles*.⁹ Pois, o risco de afogar-se nelas pode ser maior do que o da ‘euforia da ignorância’ de que trata Carlo Ginzburg. Afinal, o que fazer com as fontes que já dispomos? Não menos despicientes são os aportes metodológicos e teóricos utilizados em uma pesquisa, que constituem necessariamente, em como fazer? E com quem dialogar?

Para Ginzburg o historiador é como um “[...] médico que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural.”¹⁰ Para nós, o conhecimento histórico também o é, necessitando “[...] examinar os pormenores mais negligenciáveis [...] os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés,”¹¹ para melhor conhecer as realidades existentes, por vezes, nos parece oblíqua.

⁷ Idem. 2004, p. 09.

⁸ BARROS, José D’Assunção. *Campos históricos – as diversas modalidades historiográficas no mundo contemporâneo*: Disponível em: <<http://www.campodahistoria.org/artigo.html>>. Acesso em: 19 de ago. 2006.

⁹ Alguns dicionários como Houaiss e Aurélio registram a expressão hifenizada. Em contraparte, optamos pela gráfica proposta pela 5ª edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – VOLP.

¹⁰ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad.: Federico Carotti. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2009, p. 157.

¹¹ Ibid., 2009, p. 144.



O desafio do historiador do século XXI é articular a produção historiográfica aos saberes históricos no espaço escolar, bem como, a incorporação de diferentes linguagens e narrativas históricas em sua práxis pedagógica, fazendo o uso adequado das tecnologias de informação e comunicação aplicadas ao ensino da história solapando os eixos tradicionais da história linear francesa quadripartite, por uma história temática, interdisciplinar, problematizadora atenta às transformações do novo século, a partir das relações de identidade-diferença, continuidade-ruptura em diferentes contextos sócio-culturais. Eis, o grande desafio do ofício do historiador.¹²

Sabe-se que o uso do testemunho oral é tão antigo quanto à história de Heródoto, mas foi a partir da Segunda Guerra Mundial que a história oral se desenvolveu, tendo como locus fundador a Universidade de Columbia, Nova York, a primeira a formalizar um projeto de história oral, enquanto metodologia acadêmica. Sobre a sua gênese, o pesquisador José Carlos Sebe Bom Meihy assevera que “ela combinou três funções complementares: registrar relatos, divulgar experiências relevantes e estabelecer vínculos com o imediato urbano, promovendo assim um incentivo à história local e imediata”.¹³ Deste modo, a história oral nasce na academia com indeléveis dileções com a micro-história, assim como a história do tempo presente¹⁴ com a função quase que salvacionista das memórias dos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial. Assim, os elementos motivadores para sua gênese que foram à necessidade do registro das experiências dos sobreviventes deste fatídico momento da história, através dos relatos orais somados ao uso do gravador analógico.

Para tanto, este será o mote sobre o qual se fará inferências ao logo do artigo que se segue, acerca da intrínseca relação entre história oral, memória e micro-história, não como complementares ou opostas, mas forjadoras de uma história do tempo presente que solape as barreiras dos documentos operados numa perspectiva positivista.

Historiar memória e memoriar história

¹² SOARES, Fagno da Silva. Para que serve a história? *Revista Mundo Jovem*. Porto Alegre; v. 413, p. 09, 01 fev., 2011, p.11.

¹³ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 5. ed. revis. e ampl. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 22.

¹⁴ CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, texto e história: para ler a história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.



Sabe-se que, a tradição oral como fonte histórica perdeu força,¹⁵ sobretudo, com o discurso positivista do século XIX e abordagem rankiana que vigoraram durante muito tempo, que só o documento escrito tem validade histórica. Superados os percalços erigiu-se como metodologia entre antropólogos, sociólogos e mais recentemente, entre os historiadores.

Neste ensejo, compreendemos a importância da Associação Brasileira de História Oral para nos informar acerca das origens da moderna história oral, destacando que a

[...] gravação de entrevistas com testemunhas da história teve início na década de 1950, após a invenção do gravador à fita, na Europa, nos EUA e no México. A partir dos anos 1970, as técnicas da história oral difundiram-se bastante e ampliou-se o intercâmbio entre os que a praticavam. Foram criados programas de história oral em diversos países e editados livros e revistas especializados na matéria. Os anos 1990 assistiram à consolidação da história oral no meio acadêmico e à criação, além da ABHO, em 1994, da International Oral History Association [IOHA], em 1996.¹⁶

Para além do que afirma Verena que “o trabalho com a história oral consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos instituições e modos de vida da história contemporânea”,¹⁷ que de outro modo, não seria possível. Assim sendo, a história oral “[...] permite o resgisto de testemunhos e o acesso a histórias dentro da história”,¹⁸ atestando sua riqueza e alcance metodológico, ao que parece está em franco crescimento.

Sabemos, pois, que atualmente a história oral atingiu *status quo* e consagração entre os historiadores que dedicam suas análises ao tempo presente. A gênese da história oral nas terras tupiniquins data dos anos 70, mas só em meados da década de 90 alargou-se sua utilização enquanto metodologia de pesquisa, onde cada depoente é em certa medida um

¹⁵ VANSINA, Jan. *La tradición oral*. 2.ed. Barcelona: Editorial Labor, 1968.

¹⁶ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL, Rio de Janeiro; 2012. Disponível em: <<http://www.abho.com.br>> Acesso em: 06 de jan. 2012.

¹⁷ ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro; FGV, 2004, p.77.

¹⁸ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: Carla Bassanezi Pinsky. (Org.). *Fontes históricas*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2005, v. 1, p. 155.



legítimo guardião de memórias capaz de torná-las coletivas as suas memórias individuais. Como são os griots, antigos contadores de histórias nas comunidades africanas.

Podemos exemplificar a bem sucedida experiência do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas CPDOC/FGV criado nos anos 70, inspirado na proposta da Oral History Program da Columbia University de 1948. Arregimentados esforços de estudiosos e pesquisadores das ciências humanas e sociais de diversas partes do Brasil, especialmente do sudeste, puderam criar em 1994 a Associação Brasileira de História Oral - ABHO que realiza sazonalmente encontros regionais e nacionais a cada dois anos. Atualmente, constitui-se em um fórum aglutinador de debates e experiências em história oral realizadas em academias, instituições privadas e comunitárias em todo país.

Concomitantemente a criação da ABHO cresceu exponencialmente o número de programas, pesquisas e publicações que se utilizam da metodologia da história oral, bem como o considerável aumento de participantes nos eventos realizados pelas instituições. São provas cabais da credibilidade que esta metodologia tem auferido junto a profissionais de diversas áreas ao longo dos anos. Destacamos ainda que, apesar do apreço que temos à história oral, assim como outros estudiosos, reconhecemos que a sua denominação é um tanto equivocada, visto que, em vez de relacionar às fontes, adjetiva a história;¹⁹ por outro lado, foi com os historiadores que ele constituiu uma rede de profissionais, que imbuídos do dever historiográfico, perfazem um todo cada vez mais elaborado de sua metodologia.

De acordo com a literatura estudada, podemos elencar algumas proposições sobre a história oral enquanto metodologia e sua subjetividade que “apesar de seu uso crescer a cada dia, ainda existem muitos preconceitos e árduas críticas contra esse método: o entrevistado pode ter uma falha de memória, pode criar uma trajetória artificial, se auto-celebrar, fantasiar e mentir”.²⁰ Embora consagrada, os praticantes da história oral costumeiramente são convocados a ratificar seus aspectos metodológicos relacionados à memória. Quanto a esta

¹⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (orgs.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 8a ed. 2006, p. xii.

²⁰ VI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, São Paulo, Anais eletrônicos. USP, 2002. ABHO: Disponível em: < <http://www.abho.com.br/anais/anaisusp.html> >. Acesso em: 19 de ago. 2006.



relação, os historiadores, assinalaram uma constatação na confraria da ABHO, sublinhando que, “[...] mas isso faz da história oral uma fonte não fidedigna para o pesquisador?”²¹ Deste modo, o “[...] o principal alvo dessas críticas era a memória não ser confiável como fonte histórica, porque era distorcida pela deterioração física e pela nostalgia”²² do entrevistado que possa fazê-lo idealizar o passado. Porém, essa ‘não confiabilidade da memória’ pode ser encarada como um recurso e não como um problema. Destarte a história oral e o estudo da memória tem demonstrado força teórica na superação destas e de outras críticas.

É de domínio do historiador oral a importância dos ‘apoios de memória’, como fotos, objetos e outras coisas que podem ajudar na reconstituição do passado e que os lapsos de memória são menos preocupantes que as omissões da história ‘oficial’.²³ Outro aspecto bem marcante da oralidade é a sobrecarga de subjetividade que, em tese, deve ser considerada uma potencialidade, pois somos sujeitos e objetos no âmbito da pesquisa. Tal como Durval para quem “[...] se o sujeito produz o objeto, este também define o sujeito”²⁴ defendemos que na história oral somos sujeitos ao questionar, problematizar objetos, ao ouvir, registrar e ser observado, questionado e interpretado pelo outro. Deve-se, portanto, examiná-la praticando-a criticamente para acesso à *história pelo avesso*. Desta forma, Mercedes Vilanova aconselha que revisitemos com muitas audições

las fuentes orales debemos escucharlas en estéreo como la música, con registros diferentes para cada oído. Por un lado escuchamos lo que nos dicen y por otro oímos lo que no nos dicen porque no lo quieren compartir, porque no lo saben decir, o porque no lo sabemos preguntar.²⁵

Visto nestes termos, reverberamos a assertiva de uma das maiores autoridades no assunto, Paul Thompson aponta que as fontes orais não devem ser utilizadas como tapanburacos ou mero complemento aos documentos escritos, lançando o questionamento,

²¹ Idem.

²² THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael e HAMILTON, Paula. Os Debates sobre Memória e História: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 8a ed. 2006, p. 66.

²³ BARROS, 2004. Passim.

²⁴ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 32.

²⁵ VILANOVA, M. La historia sin adjetivos com fuentes orales y la historia del presente. *História Oral, Associação Brasileira de História Oral*, São Paulo, junho de 1998, n. 1, p. 36.



Quão fidedigna é a evidência da história oral? [...] A pergunta propõe uma falsa escolha. Se as fontes orais podem de fato transmitir informação ‘fidedigna’, tratá-las simplesmente ‘como um documento a mais’ é ignorar o valor extraordinário que possuem como testemunho subjetivo, falado.²⁶

Assim, na perspectiva de Paul Thompson a utilização das fontes orais enriquece sobremaneira a história, visto que tomam como objeto de estudo as narrativas orais dos sujeitos históricos que além de testemunharem a história, viveram-na. Existem, entretanto, pesquisadores que ainda acreditam que os documentos escritos são “mais confiáveis” do que as fontes orais. Vale ressaltar que, corriqueiramente, tais documentos não passam de transmissões de relatos orais escritos por homens, sendo, desse modo, susceptível às mesmas ‘falhas’. Seria pretensioso de nossa parte, pensarmos o documento como verdade e a história seu estatuto. Destarte, segundo o historiógrafo inglês Edward Carr, nenhum documento histórico é de “[...] nos dizer mais do que aquilo que o autor pensava, o que ele pensava que havia acontecido queria que os outros pensassem que ele pensava, ou mesmo apenas o que ele próprio pensava pensar. Nada disso significa alguma coisa, até que o historiador trabalhe sobre esse material e decifre-o”.²⁷

Embora muitos estudiosos afirmem que as fontes orais são tendenciosas, colocando-nas em xeque, defendemos que toda fonte carrega em si uma carga de parcialidade. Mesmo os documentos tidos como oficiais pelos positivistas trazem consigo a intencionalidade de seus produtores. Logo, podemos presumir que os documentos escritos legam marcas dos que o produzem e têm os mesmos problemas que as fontes orais, podendo estas serem tão fidedignas quanto qualquer documento escrito. Ainda nestes termos, fazemos uso da reflexão do sociólogo austríaco Michael Pollak para quem a memória é

é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é [...] não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral [...] A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve [...] ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente

²⁶ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 138.

²⁷ HUGHES, Warrington Marnie. *50 grandes pensadores da história*. SP; Contexto, 2002.



comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta [...] apesar de terem uma forma *sui generis*.²⁸

De qualquer modo, todo documento é passível de críticas. Parafraseando obtusamente o historiador Durval Muniz, os textos escritos chegam até nós, como rins sem néfrons, corpos sem órgãos, falas sem sentimentos, dores sem gritos e voz sem emoções.²⁹ Logo, um documento nada mais é do que a ponta de um imenso iceberg, onde o mais importante está na parte submersa, por isso somos forçados a mergulhar por entre grutas e blocos de gelo flutuantes que se desprendem do iceberg para entendermos as origens e o contexto do fabrico de um documento. Vejamos a indagação de Bosi acerca dos marcos cronológicos, sobretudo as datas, sob as quais lança o seguinte questionamento:

Mas o que são datas? Datas são pontas de icebergs. O navegador que singra a imensidão do mar bendiz a presença dessas pontas emersas, sólidos geométricos, cubos e cilindros de gelo visíveis a olho nu e a grandes distâncias. Sem essas balizas naturais, que cintilam até sob a luz noturna das estrelas, como evitar que a nau se espedace de encontro às massas submersas que não se vêem? [...] Datas são pontos de luz sem os quais a densidade acumulada dos eventos pelos séculos dos séculos causaria um tal negrume que seria impossível sequer vislumbrar no opaco dos tempos os vultos dos personagens e as órbitas desenhadas pelas suas ações. A memória carece de nomes e de números. A memória carece de numes.³⁰

Adensamos a isso, o fato que muito do que temos de história construída por documentos escritos, não passa de histórias dos algozes, escamodeadora dos vencidos. O escrito, já fora oral e antes de sê-lo, era mental, processado pelos interesses eminentemente pessoais, traduz-se para o escrito só o que lhes convêm. Assim, “[...] o moleiro nos chega escrito pelo inquisidor”,³¹ e a história da escravização pelos documentos produzidos pelos geralmente pelos escravocratas. Para Aróstegui entre outras possibilidades a história oral nos

²⁸ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, 1992, pp. 207-208.

²⁹ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaio de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 232.

³⁰ BOSI, Alfredo. *O tempo e os tempos*. In: NOVAES, Aduino [org.] *Tempo e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, pp. 19-32.

³¹ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaio de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 232.



serve “[...] para a análise das ‘outras histórias’, daquelas histórias de que raras vezes se ocupa a historiografia acadêmica”.³² Eis a história, da qual despreziosamente acreditamos fazer.

É sabido que, tal como a documentação escrita tem seus lapsos, falseamentos, polifonias e entrelinhas, a oralidade também possui imprecisões. Porém, Barros nos afirma que a história oral “[...] têm ocupado a maior parte da prática historiográfica até os dias de hoje [...]”³³ Rompendo com a ditadura positivista do documento, qualquer texto pode ser considerado uma fonte para o historiador do século XXI, como afirma o historiador Barros, ao dizer que, “[...] o diário de uma jovem desconhecida, uma obra de alta literatura ou da literatura de cordel, as atas de reunião de clube, as notícias de jornal, as propagandas de uma revista, as letras de música, ou até mesmo uma simples receita de bolo [...]”³⁴

Não há mais limites de fontes para aos historiadores do século XXI, pois os diferentes documentos os levam diretamente ao contato com o problema a ser investigado. Atentemos à afirmação de Pierre Nora no tocante à história e memória. Nos termos desse autor “[...] a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais [...]”³⁵ e “[...] a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...]”³⁶ Para tanto, preocupar-se com a preservação da memória é salutar em tempos que parece sucumbir, torna-se justificável o afã dos historiadores, em reconstruir, problematizar e preservar histórias e memórias de anônimos. Logo, a memória é platô da história.

Neste enlevo, o historiador medievalista francês Jacques Le Goff afirma que a função do historiador com a “[...] memória é para libertação [...], salvar o passado para servir ao presente e ao futuro [...]”³⁷ Portanto, o historiador de abordagem oral desempenha na sociedade um papel peculiar de “[...] impedir que a história seja somente história”,³⁸ comprovando sua indissociabilidade com a memória, ou seja, com o passado. Seguindo os

³² ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica – teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006, p. 228.

³³ BARROS, José D’Assunção. *O campo da história*. 2004, p.133.

³⁴ Idem, p. 134.

³⁵ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História – História e Cultura*. PUC-SP, n. 17. 1998, p. 09.

³⁶ Idem.

³⁷ LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. trad. Bernardo Leitão (et. al.). 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 47.

³⁸ NORA, Pierre. *Entre memória e história*, Op. cit., p. 09.



rastros deixados por conspícuos historiadores, bem como os indícios insuflados por nossos colaboradores, podemos asseverar que se todo documento porta certa intencionalidade, não diferente, são as fontes orais que também devem ser soçadas. A esse respeito, Le Goff aponta que,

O documento não é inócuo. É antes de qualquer coisa o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado desmistificando o seu significado aparente. O documento é monumento.³⁹

A partir da proposição supracitada, podemos depreender que todo documento se constitui em monumento para servir à posteridade com status de ‘lugar de memória’ como muitas estátuas e bustos espalhados nas praças pelo Brasil afora. Estes signos da memória histórica chegam até nós, por vezes travestidos de um sentido que não o original, daí a intrínseca necessidade de destrinchá-los ou até como diz o autor ‘decompô-los e desmontá-los’, para compreendê-los no contexto em que foram forjados. Como reitera mais adiante Le Goff “[...] resulta dos esforços das sociedades históricas para impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente, determinada imagem de si próprias”.⁴⁰ Imagens estas que não correspondem à realidade, mas de certo modo parte desta realidade pode ser compreendida e representada por estes documentos quando historicamente analisados.

Para fugir das armadilhas teórico-metodológicas a que todo documento nos impõe é preciso esquadrihá-lo histórico e arqueologicamente como assevera a historiadora Jóina Borges como uma espécie de operação historiográfica de decifração para quem

todo documento histórico é, portanto, criado, urdido na trama teórico-metodológica do historiador. Dessa forma, a história também é arqueologia,

³⁹ LE GOFF, Jacques. Memória, 2003, pp. 547-548.

⁴⁰ Ibid., p.103.



pois qualquer documento em história é uma espécie de artefato: alguém o fabricou e deu-lhe significado, assim como alguém o resignificou, o leu.⁴¹

Despretensiosamente a história oral confere aos indivíduos narradores de suas memórias o status quo de sujeitos históricos, assim sendo, para Paul Thompson, esta metodologia é capaz, entre outras coisas, de “poder devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”⁴² ser o protagonista de sua história, uma ‘história de baixo para cima’ tão comum a metodologia da história oral. Deste modo, ao optar por tal metodologia, sobretudo o historiador, assevera Thompson, requer atributos

[...] essenciais que o entrevistador bem sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar. Quem não consegue parar de falar, nem resistirá tentação de discordar do informante, ou de lhe impor suas próprias idéias, irá obter informações que, ou são inúteis, ou positivamente enganosas.⁴³

Portamos alguns destes atributos presentes na fala do autor, de modo que as entrevistas foram pautadas na ‘arte de saber ouvir’ e na confiança construída desde os primeiros contatos nas pesquisas que realizei durante o mestrado e doutorado, facilitaram para que as entrevistas em tom espontâneo tornassem lócus privilegiado de nossa pesquisa. Nos registros de nosso diário de campo temos anotações que vão desde as interrupções, suspiros sôfregos e coléricos até risos e lágrimas. Pois, acreditamos que não se faz história oral sem projeto, procedimentos e trato com a subjetividade, deste modo munimo-nos da carta de cessão entregue no momento da entrevista e na pós-entrevista [transcrito] e roteiro não-diretivo consentido, informado com tópicos-guia. Durante a transcrição realizamos uma atenta audição e formatamos um quadro

⁴¹ BORGES, Jóina Freitas. Sob os areais, histórias de vida. In.: CASTELO BRANCO, Julinete Vieira. SOLON, Daniel Vasconcelos. [Org.] *Histórias em poliedros: cidade, cultura e memória*. Teresina: EDUFPI, 2008, p. 93.

⁴² SHARPE, J. A História vista de baixo. In: BURKE, P. [Org.]. *Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edunesp. 1992. p. 22.

⁴³ THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 254.



tematizado de relatos orais divididos em arquivos por tema, a exemplo, pasta sobre aliciamento, castigos, fugas, saudades da família e etc.

Durante a análise das entrevistas fez-se uma leitura vertical do conjunto sistemático das entrevistas, buscando apreender o global de cada fala, seguida por uma leitura horizontal, alinhavando o côncavo-convexo dos testemunhos, de modo a formatar um quadro de categorias. E por fim, procedeu-se a análise das interpretações com fundamentação em autores por categoria, a revelia dos enquadramentos disciplinares advogados por alguns historiadores. Assim pudemos, apreender na prática, a acuidade com que devem ser tratadas as fontes orais e por isso valemo-nos do que afirmou Janaina Amado para quem

peças [...] não são papéis. Conservar com os vivos implica, por parte do historiador, uma parcela muito maior de responsabilidade compromisso, pois tudo aquilo que escrever ou disser, não apenas lançará luz sobre as pessoas e personagens históricos [como acontece como quando o diálogo é com os mortos], mas trará consequências imediatas para as existências dos informantes e seus círculos familiares, sociais e profissionais [...]⁴⁴

Munimo-nos deste zelo para a realização das entrevistas, que como sabemos é um trabalho minucioso que vai dos primeiros contatos até a devolutiva da transição ao colaborador, que em nosso caso não hesitaram quanto à autorização do uso da entrevista, no entanto, o uso das imagens dos colaboradores não foi consensual. Neste sentido, reivindicam outras possibilidades de leitura de suas falas, afinal, não se trata de mortos, tampouco são seres inanimados. Apesar das tensões, todo esse processo construiu-se do modo mais ético possível. Comungamos com a historiadora Verena, para quem, historiar memórias “[...] não é simplesmente sair com um gravador em punho, algumas perguntas na cabeça e entrevistar aqueles que cruzam o nosso caminho, dispostos a falar um pouco sobre suas vidas”.⁴⁵ Não se faz história oral por osmose. São elementos subjetivos de difícil trato científico, há que se ter um arcabouço teórico e metodológico para fazê-la. Lidar com a oralidade de pessoas que vivenciam e/ou vivenciaram, como sublinha Fenelon, é [...] trazer à tona outras histórias e

⁴⁴ AMADO, Janaina. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História*, n.º 15, São Paulo, abr., 1997, p. 146.

⁴⁵ ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p.29.



outros olhares sobre o passado”,⁴⁶ geralmente traumáticas. Para isso é preciso dispor de vários relatos que permitam cruzá-los como afirma Gwyn Prins, “*testis unus, testis nullus*”,⁴⁷ não para validar ou desqualificar, mas para complementá-los e, assim melhor compreendê-los. Conferindo portanto, maior confiança metodológica aos nossos pares.

Ora, seguir o caminho da história oral neste caso, é bem mais que pertinente, contudo optamos em não corrigir ao pé da escuta, ou seja, *ipsis litteris* os termos durante o processo de transcrição, respeitando o universo vocabular e léxico dos narradores sem caricaturar ou mudar o sentido pela busca do equilíbrio, apesar de difícil, entre o oral e o escrito, do contrário seria uma forma sub-reptícia de fazer ciência, menoscabando atores, autores e leitores da pesquisa.

Entendemos que a história oral, além de explorar as relações entre história e memória, extrapola seus limites e tem assento na pesquisa de campo, sem a qual não se faz história oral. Neste sentido, em Portelli nos foi possível definir a história oral para além da metodologia, como arte do indivíduo a sua imprescindível relação com o trabalho de campo. O autor nos informa que a história oral

[...] é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma. Portanto, apesar de o trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a história oral é, por definição, impossível sem ele.⁴⁸

Nesses termos, para Aróstegui a “história oral foi aplicada comumente para a análise das outras histórias, daquelas histórias de que raras vezes se ocupa a historiografia

⁴⁶ FENELON Déa [Org.]. *Cidades*. Pesquisa em História. Programa de Estudos de Pós Graduação da PUC/SP. São Paulo: Olho Da Água. 2000, p. 09.

⁴⁷[Uma só testemunha não é uma testemunha]. PRINS, Gwyn. História oral In.: BURKE, Peter [Org.]. *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edunesp, 1992, p. 171.

⁴⁸ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na história Oral. In: *Projeto História - Ética e História Oral*. São Paulo:1997, p.17.



acadêmica”.⁴⁹ Ao evocar as lembranças do passado, somos tomados por sentimentos em fervura que no dizer de Paul Thompson “a maioria das pessoas conserva algumas lembranças que, quando recuperadas, liberam sentimentos poderosos”.⁵⁰ Com lembranças perpassadas de fortes sentimentos como as narradas pelo Carvoeiro, jovem, casado, pai de três filhos, dono de uma saúde e vigor físico invejável. É interessante perceber que “o ato de lembrar é individual, entretanto, as lembranças estão relacionadas com o grupo social do qual fazemos parte ou ao qual julgamos pertencer”.⁵¹ No bojo desse processo, conferimos, portanto, que para além de uma técnica, a história oral prova-nos ser um excelente instrumento metodológico e não uma disciplina, criticada pelo uso da expressão ‘história oral’, dada a sua estreita e direta relação com o panteão da história do tempo presente. E assim consolida-se a cada pesquisa que envolve a sua utilização em qualquer campo do saber, o status de cientificidade. Logo, a história do tempo presente, “perspectiva temporal por excelência da história oral, é legítima como objeto da pesquisa e da reflexão históricas”⁵² e também por esta razão vem ganhando um crescente número de adeptos e ampliando o seu arsenal metodológico, provando-nos ser um importante instrumento de pesquisa para os historiadores especialista no tempo presente.

Acerca da autoria nos estudos de história oral, José Carlos Bom Meihy em entrevista concedida à Revista Carta Capital, quando indagado, responde que se trata de

um trabalho feito em colaboração. Duas partes se completam na produção de resultados que geram um documento. O trabalho começa com o narrador estimulado a contar. O ouvinte, além de animar a conversa, deve ser o ‘tradutor’ da fala. Por sua vez, o texto só tem sentido se for autorizado para publicação e uso. Há, portanto, fases de controle: quem fala, quem transcreve, a autorização, que pode ser total ou parcial, mas é sempre negociada, e a publicação. Juridicamente, o responsável pelo projeto é o autor, pois se responsabiliza e se beneficia com o produto final.⁵³

Seguindo os passos deste autor, pudemos compreender que a autoria em história oral

⁴⁹ ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica – teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006, p. 228.

⁵⁰ THOMPSON, Paul. *A voz do passado*, 1992, p. 205.

⁵¹ NASCIMENTO, Francisco Alcides. Fios da Memória: histórias do rádio. In.: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. NASCIMENTO, Francisco Alcides. PINHEIRO, Áurea da Paz. [Org.] *Histórias: cultura, sociedade, cidades*. Recife: Bagaço, 2005, p. 05.

⁵² FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (coords.) *Usos & Abusos da História Oral*. 1996, p. xv.

⁵³ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. A Vez da história oral. *Revista Carta Capital*. São Paulo: Editora Confiança Ltda, ano 17, n. 664, set. 2011, pp. 72-73.



pertence ao pesquisador que, inscrevendo-a, responde público e juridicamente suas ressonâncias, o que em hipótese alguma desmerece o protagonista da narrativa, o narrador, sem o qual não se faz história oral. A propósito disso, podemos medrar que por outro lado, a história não pertence a quem a fabrica, ou seja, ao historiador, mas à sociedade. Ainda na mesma entrevista o autor destaca que a história oral conquistou definitivamente o seu lugar não só na academia, como em outros espaços não-formais enquanto metodologia interdisciplinar e não como campo do conhecimento. Do contrário teríamos uma antropologia oral ou até mesmo uma sociologia oral, o que não convém.

Ainda sobre a história oral, o pesquisador José Carlos Sebe Bom Meihy afirma ser uma “prática de apreensão de narrativas [...]”⁵⁴ que objetiva “[...] promover análises de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato”.⁵⁵ A história oral está para o tempo presente assim como o marxismo está para os excluídos, dando voz aos silenciados e evidenciando os esquecidos da história. Para Etienne François, a história oral privilegia o “[...] cotidiano e a vida privada [...]”⁵⁶ valoriza a historicidade local e regional da “[...] história vista de baixo [...]”⁵⁷ ou seja, das “[...] visões subjetivas e os percursos individuais [...] numa perspectiva decididamente micro-histórica”.⁵⁸ Deste modo, os autores supracitados nos ajudaram a compreender o *modus operandi* da história oral.

O historiador Prins nos alerta que o diálogo os diferentes tipos de fontes constitui um desafio ao historiador, para não estabelecer uma relação de força entre elas, mas como complementaridades. Assim para o autor, a

questão é que o relacionamento entre as fontes escritas e orais não é aquele da prima-dona e de sua substituta na ópera: quando a estrela não pode cantar, aparece a substituta: quando a escrita falha, a tradição sobe ao palco. Isso está errado. As fontes orais corrigem as outras perspectivas, assim como as outras perspectivas as corrigem.⁵⁹

⁵⁴ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005, p. 17.

⁵⁵ MEIHY, *Ibid.*, 2005, p. 17.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 04.

⁵⁷ *Idem.*

⁵⁸ *Idem.*

⁵⁹ PRINS, Gwyn. História Oral. In.: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p.166.



Deste modo, amalhadas as fontes orais as escritas nos apontou uma ligeira aproximação aos estudos antropológicos, motivado, sobretudo, pela temática aqui em questão. Assim sendo, a história oral e a história social perfazem um belo casamento, celebrando o *feeling* existente entre elas, nos permitiu perceber como os testemunhos orais tornam-se histórias individuais que retratam na verdade uma história muito maior, a história entretecida por milhares de brasileiros escravizados pela Amazônia afora.

À guisa da exemplificação, buscamos a acuidade intelectual de Alessandro Portelli no livro *Biografia di una città*,⁶⁰ ao narrar a história de Terni, realiza um estudo micro-histórico das entrevistas realizadas e destaca, sobretudo, as subjetividades como elemento precioso das fontes orais que lhe dão um caráter humanizado e carregado de emoções, desejos e sonhos. Embora a obra tenha como recorte temporal 150 anos, e narra a história de uma cidade com cem mil habitantes, a metodologia é ancorada em uma abordagem micro-histórica das fontes orais, pois a história oral não se confaz no recorte temporal ou espacial, tampouco no número de entrevistados, mas, nas abordagens dada a estes e, sobretudo, na escolha e tratamento das fontes. Por isso, este estudo foi construído e perspectivamente ancorado nas bases da história oral. Desde modo, a temática nos levou às fontes e esta nos impôs a abordagem e metodologia a serem aplicadas, apesar da aparente dissonância, são perfeitamente sinérgicas. Em suma, para que um estudo seja de história oral, dependerá não só das fontes, mas do olhar que o historiador lança junto às fontes que intenta dialogar, uma espécie de microscópio da história capaz de produzir um *zoom* que evidencie indícios aparentemente invisíveis aos demais historiadores através da oralidade, como este que propomos.

Entendemos que as trajetórias individuais privilegiam combates singulares que servem, entre outras coisas, para endossar situações coletivas, ou seja, o estudo do macro pelo micro. Assim como fez Ginzburg ao analisar detidamente a trajetória do moleiro friulano Menocchio um ilustre desconhecido, imortalizado pelas mãos do historiador, expoente da micro-história enquanto prática historiográfica, a obra *O Queijo e os Vermes*,⁶¹ representa o nascimento italiano desta corrente.

⁶⁰ PORTELLI, Alessandro. *Biografia di una città*. Torino: Giulio Einaudi Editores, 1985.

⁶¹ GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.



Dialogando com outras abordagens de pesquisa, a história oral “[...] mesmo tendo nascido exilada”⁶² ampliou seu campo de ação com vista à dinâmica do tempo presente, ganhando novos adeptos e possibilitando que as vozes de outros atores sociais multipliquem-se, assim como as técnicas específicas e procedimentos metodológicos ímpares dessa metodologia. De fato, é crescente o número de pesquisas e publicações em história oral no Brasil, o que evidencia sua forte presença nas pesquisas acadêmicas no país, afirma que a história do tempo presente “[...] perspectiva temporal por excelência da história oral, é legítima como objeto de pesquisa e da reflexão histórica”,⁶³ cabendo ao historiador que lida com a oralidade “[...] buscar contribuições de outros campos do saber como a filosofia de Henry Bérghson sobre a memória e a teoria sociológica de Maurice Halbwachs e Pierre Bourdieu ou mesmo da teoria psicanalítica de Freud”.⁶⁴ Já para Roger Chartier “o historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto [...]”⁶⁵ dividindo com os que fazem a história e analisando as fontes no calor dos fatos, uma história em processo, assim a história oral é por *excellence* metodologia da história do tempo presente.

Assim, nos termos de Chartier ao tratar sobre a história do tempo presente, preconiza que o profissional da história ao eleger este recorte temporal tende a potencializar sua pesquisa, uma vez que, “compartilhando com aqueles cuja história ele narra, as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais”,⁶⁶ o pesquisador passa ser o único “que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e dos homens e mulheres cuja história ele escreve”.⁶⁷ Eis mais um desafio do fazer historiográfico, uma quase tarefa hercúlea e mestra do historiador a de assim como Walter Benjamin “escovar a história a contrapelo”⁶⁸ e à revelia dos escamoteadores, que do sótão tripudiam em cima dos que jazem ainda no porão da história.

⁶² MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

⁶³ FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

⁶⁴ CHARTIER. Roger. *A visão do historiador modernista*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (coords.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp. 215-219.

⁶⁵ Idem, pp. 215-219.

⁶⁶ Idem, p. 216.

⁶⁷ Idem, pp. 215-219.

⁶⁸ BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.225.



Remetemos-nos, ao filme *Narradores de Javé*, obra de ficção, que trata a realidade brasileira sob a ótica das narrativas populares que entremeiam a cultura popular nacional, em especial a nordestina. Cabia à história, neste caso, retratar os dramas dos javeenses, moradores da dita comunidade, que, temendo perderem seu lugar, intentavam contar suas memórias para na tentativa de fazer da comunidade um lugar de valor histórico, podendo assim salvá-la da destruição. O protagonista do filme é a própria localidade, em sua busca por reconstruir-se em forma de narrativa. Mas o principal intermediador de seu diálogo com o mundo é o personagem Antônio Biá, ao qual a população dá a incumbência de contar a história de Javé. Sem acesso a documentos oficiais, que referendassem a cientificidade, aqui entendida sob o paradigma rankeano, de tal história, Biá se vê obrigado a reconstruir ainda que ‘*a machadadas*’ a trajetória do local através da oralidade, captando as vozes dos mais antigos e, dessa maneira, entrevedo em seus relatos as lacunas deixadas pela ausência de um passado registrado em cartório.

As dificuldades de Biá em construir a narrativa historiográfica de Javé a partir da oralidade, podem representar, com certa fidedignidade, o ofício do historiador que, partindo da metodologia da história oral, empreende uma busca por captar as subjetividades de um povo, e o olhar particular dos que vivenciaram determinada época, o que indubitavelmente sugere enquadramentos. Os personagens Indalécio, Deodora, Maria Dina e Indalêo travam uma disputa pela memória, reclamando pra si os feitos históricos de Javé. Desta forma, a memória e a história são marcadamente frutos de tensões e embates entre o eu e o nós, o individual e o coletivo. Destarte, comungamos com Alessandro Portelli quanto ao entendimento de que na relação historiador e narrador também há disputas e tensões entre o presente vivo e o passado lembrado, o primeiro deseja historicizar às memórias, já o segundo, forjá-las a sua própria lógica. Para esse autor,

Enquanto os historiadores estão interessados em reconstruir o passado, os narradores estão interessados em projetar uma imagem. Portanto, enquanto os historiadores muitas vezes se esforçam por ter uma sequência linear, cronológica, os narradores podem estar mais interessados em buscar e reunir conjuntos de sentidos, de relacionamentos e de temas, no transcorrer de sua vida.⁶⁹

⁶⁹ PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa et al. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2004, p. 300.



Apoiamo-nos nessa assertiva de Portelli, para entender os por vezes conflitantes interesses que guiam os narradores e o historiador. Um deseja projetar-se ao futuro, deixar sua verdade, o outro reconstruir o passado. Desta forma, identificamos a relação entre a história escrita e a memória narrada, que faz da história uma narrativa, *operação intelectual*, grafadora dos fatos, e da memória um constructo do presente eternamente revitalizado. De modo que, o autor deste estudo histórico por diversas vezes foi alertado quanto às intencionalidades de nossos colaboradores na reconstrução de suas memórias por outrem. Em nosso socorro, Pierre Nora, com todo seu *know-how*, nos alerta acerca das relações entre história e memória observando que

a história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizaste, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.⁷⁰

Diante do apresentado por Nora, a memória é atual, já a história é passado. De suas insólitas relações nascem semelhanças e oposições. Assim, sabe-se que toda memória individual corresponde a uma parte da coletiva, Halbwachs considera a memória individual como coletiva tangenciada pela sua temporalidade, espacialidade e interação, “[...], pois cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações

⁷⁰ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História – História & Cultura*. n. 10. Revista da Pós-Graduação em História da PUC-SP. São Paulo. Brasil, 1993, p.09.



que mantenho com outros meios”.⁷¹ Para Pollak, corroborando as afirmações de Halbwachs, a memória “[...] é também um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual como coletiva”.⁷² Noutros termos, a memória é também identidade social entretida por uma teia imbricada de outras identidades. Quanto as nossas lembranças coletivas, Maurice Halbwachs,

[...] permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.⁷³

Nos termos do mesmo autor, o *hour concours* estudioso da memória coletiva para quem toda memória tem como base estruturante a identidade de grupo, por isso quando rememoramos a nossa infância, nos vem à mente lembranças relacionadas em geral à família ou quando nos fazemos recordar das nossas experiências profissionais, estas chegam até nós estabelecendo relações com o meio profissional do qual fizemos parte. Deste modo, o autor mostra que somos unos e múltiplos e ‘nunca estamos sós’. Afinal, nossas lembranças individuais são construídas coletivamente e, portanto, atravessadas pelo social. No que concerne a essa discussão, é sabido, sofremos a todo o momento, o processo de enquadramento da memória, a cada evocação da memória que realizamos.

Ainda nesse trajeto e com efeito, o autor acrescenta que “[...] a lembrança aparece pelo efeito de várias séries de pensamentos coletivos emaranhados, e [...] não podemos atribuí-la exclusivamente a nenhuma dentre elas”.⁷⁴ Ratificando que a memória individual e a coletiva são quase indissociáveis, o autor ainda indiretamente relaciona a história ao passado constructo no presente ao sentenciar que “não é na história apreendida, é na história vivida que se apóia nossa memória”.⁷⁵ e com um elã quase poético afirma do ‘seu lugar de fala sociológica’ que a “história, com efeito, assemelha-se a um cemitério onde o espaço é medido

⁷¹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. trad. Beatriz Sidou. São Paulo: 2006.

⁷² POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, pp. 200-215, 1992.

⁷³ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2006, p. 26.

⁷⁴ *Ibidem.*, p. 26.

⁷⁵ *Ibidem.*, p. 60.



e onde é preciso, a cada instante, achar lugar para novas sepulturas”.⁷⁶ Nesses termos, torna-se possível perceber que nossos narradores ao relembrar do passado, têm sobre suas lembranças o peso do tempo, de modo que, a cada rememoração, o narrador comete, intencionalmente ou não, lapsos e/ou acrescenta elementos a sua narrativa. E assim, a memória é compreendida nesta investigação como “algo que interage constantemente com as experiências adquiridas no cotidiano”⁷⁷ de seus narradores.

Nesse contexto, o historiador oralista da memória remete-se a fragmentos de lembranças individuais de modo a inter-oralizar [confrontar] os testemunhos, tendo vistas a coletivizar o individualizado, estabelecendo uma relação com o tempo presente, uma vez que, lembrar não é viver duas vezes, mas rever [revisitar com olhos do presente] o passado para compreendê-lo. De acordo com Bosi,

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado [...] A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítido que nos pareça de um fato antigo, ele não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor⁷⁸. (Grifo nosso).

É com maestria que Bosi em sua escrita, define lembranças como elaboração e reconstrução contínua das experiências do passado com a imagética do presente, pois nunca somos os mesmos. Nestes termos, fazemos uso das reflexões de Janaina Amado, quando esta categoricamente nos alerta quanto às diferenças entre o vivido e o lembrado,

parece-me necessário, antes de tudo, distinguir entre o vivido e o recordado, entre experiência e memória, entre o que se passou e o que se recorda daquilo que se passou. Embora relacionadas entre si, vivência e memória possuem naturezas distintas, devendo assim ser conceituadas, analisadas e trabalhadas como categorias diferentes, dotadas de especificidade. O vivido remete à ação, à concretude, às experiências de um indivíduo ou grupo

⁷⁶ Ibidem., p. 55.

⁷⁷ SILVA, 2009, p. 123.

⁷⁸ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 57.



social. A prática constitui o substrato da memória, esta, por meio de mecanismos variados, seleciona e reelabora componentes da experiência.⁷⁹

Neste sentido, existe claramente uma tênue diferença entre o vivido e o lembrado, de modo a permitir diferentes versões de um mesmo fato. Afinal, enquanto sujeitos de suas próprias histórias acabam por advogar suas verdades particulares como coletivas. Como se sabe, “a memória humana é um instrumento maravilhoso, mas fala [...] uma verdade gasta, [...] recordações que jazem em nós não estão inscritas na pedra”.⁸⁰ Pois até mesmo as pedras são afetadas com a ação do tempo. Entendemos, portanto, a memória não como um processo estático, mas um fenômeno dinâmico, sempre a se resignificar.

Avançando no debate, compreendemos a memória como expressão primeira do passado, construída seletivamente através do psíquico-intelectual de cada indivíduo e inserida num contexto familiar e social de uma memória que parece estar ameaçada. Deste modo, entendemos assim como Nora que

[...] não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que elas envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos.⁸¹

Visto nesses termos, os *lugares de memória* são materiais e imateriais, capazes de incrustar na memória de um grupo social o sentimento de pertencimento de cada indivíduo,

⁷⁹ AMADO, 1995, p.131.

⁸⁰ LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 09.

⁸¹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História – História & Cultura*. nº 10. Revista da Pós-Graduação em História da PUC-SP. São Paulo. Brasil, 1993, p.13.



forjando constantemente suas identidades como forma de reconhecimento e identificação ainda que de forma fragmentada, se faz como caminho para a preservação da memória. Para nossos narradores, estão entre os lugares de memória, estão não só a carvoaria e o local do aliciamento, mas também as marcas no corpo, e para além do universo material, as marcas incrustadas na alma como as humilhações sofridas e dor de ficar longe dos seus. Desta forma, entendemos, pois, lugares de memória em sentido lato, desde o concreto ao simbólico que podem coexistir simultaneamente,

mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre [...]. É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número, uma maioria que deles não participou.⁸²

Constatamos, pois, ainda que os lugares de memória, não se constituem somente enquanto experiência vivida, mas cristalizadas no seio do grupo do qual se faz parte. Por isso, os lugares de memória servem para determinar, inclusive a que grupo pertencemos, ou seja, quem somos, acionando imagens e sentimentos de experiências coletivas, conferindo o sentimento de pertença e identidade que lhe confaz, fixando ainda ilusoriamente o tempo ajudando-nos a minimizar o esquecimento. Conforme analisado alhures, os lugares de memória existem entre o concreto e o abstrato, entre o real e o simbólico e estão presentes nos mais diferentes monumentos tais como

museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processo verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os

⁸² NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. 1993, pp.21-22.



particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.⁸³

A despeito disto, pode tratar-se de um lugar ou de um documento, de um museu ou de um rito, de uma festa ou até mesmo de um discurso. Porém, nem tudo pode ser considerado lugar de memória, para isso, é preciso romper para além de um lugar de história como marco memorialístico carregado de identidades e possuidor de *vontade de memória*, que transmitem e perpetuam sentimentos e ressentimentos, quando sem estes lugares de memórias, já não existiriam mais. Afinal, como sabemos, assim como as identidades, as memórias também são fluídas e cambiantes.

Valemo-nos da consideração de Seixas enfatizando Pierre Nora quando afirma que “a memória encontra-se, assim, prisioneira da história [...]” transformou-se em objeto e trama da história, em memória historicizada “[...] toda memória, hoje em dia, é uma memória exilada, que busca refúgio na história [...]”⁸⁴ Deste modo, para entender melhor a questão dos lugares de memória retomamos a questão das diferenças entre memória e história, sob o ponto de vista de Nora que considera que [...] a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”.⁸⁵ Constatamos, pois, esta como uma das mais brilhantes elucidações acerca das diferenciações entre história e memória.

Deste modo, vociferamos que a memória constrói vida e a história, os ‘lugares de memória’. Logo, a história é uma Medusa⁸⁶ que com seu olhar petrifica a memória nos despojos do passado, construindo lugares de memória. A memória, como bem disse o autor, é vida resignificada a cada ato do lembrar e do esquecer, ela retroalimenta a história que é a erudição do passado grafado na agenda dos historiadores deste século. Deste modo, o conceito de lugar de memória perpassa um todo atravessado pelas diferenças entre história e

⁸³ Ibidem, p.13.

⁸⁴ ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Maria Stella. NAXARA, Márcia. (Org.). *Memória e [res]sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2004, p. 45.

⁸⁵ NORA, Pierre. Entre memória e história. 1993, p.9.

⁸⁶ BORGES, Jóina Freitas. *Sob os areais, histórias de vida*. In: CASTELO BRANCO, Julinete Vieira. SOLON. Daniel Vasconcelos. (Org.). *Histórias em poliedros: cidade, cultura e memória*. Teresina: EDUFPI, 2008, p. 87.



memória e ao mesmo tempo ‘coabitados’.⁸⁷ Representa um passado que já se foi, mas reside em monumentos visíveis e invisíveis capazes de transcender as transformações do mundo moderno.

Faz-se mister destacarmos, que um estudo que se pretende, micro-histórico, parte de um recorte do passado que privilegia o tempo e o espaço em escala microscópica, o que permiti entre outras coisas compreender o macro. E assim, perscrutar com ousadia os indícios e sinais deixados pelos sujeitos históricos reverberados nos relatos orais, comprovadamente podemos perceber quão grande aventura é o labor historiográfico. O historiador neste caso é mais que um detetive assentado nos fios e rastros numa saga detetivesca como a de Ginzburg, para quem “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la”.⁸⁸ São estas as zonas com as quais investigamos uma pesquisa desenvolvida sob o *paradigma indiciário*, captadora de pistas que para os olhos mais desatentos passariam inapercebidamente por acreditar que tratar-se-iam apenas de dados pouco relevantes, não considerando a complexa trama tecida pela investigação posto que, a trajetória de alguns, pode trazer a tona o estrato social de uma época.

Nos termos da história oral, o pesquisador que opta por poucos narradores pode apoiar-se em Sônia Maria de Freitas para quem devemos deter atenção “[...] com a qualidade e não com a quantidade de entrevistas a serem realizadas”.⁸⁹ Há que ressaltarmos que não se trata de um estudo micro-histórico, por razões óbvias, muito embora tenhamos buscado uma redução da escala de análise, o que possibilitou uma descrição da realidade de modo a esmiuçarmos os relatos orais auferindo relevo em nossa análise.

Ainda sobre a história oral, o pesquisador José Carlos Sebe Bom Meihy afirma ser uma “prática de apreensão de narrativas [...]”⁹⁰ que objetiva “[...] promover análises de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato”.⁹¹ A história oral está para o tempo presente assim como o marxismo está para os excluídos, dando voz aos silenciados e evidenciando os esquecidos da história. Para Etienne François, a história oral

⁸⁷ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas; Unicamp, 2007, p. 408.

⁸⁸ GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____, *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad.: Federico Carotti. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2009, p. 177.

⁸⁹ FREITAS, Sônia Maria. *História oral: possibilidades e procedimentos*. Humanitas, São Paulo; 2006, p. 86.

⁹⁰ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005, p. 17.

⁹¹ MEIHY, Ibid., 2005, p. 17.



privilegia o “[...] cotidiano e a vida privada [...]”⁹² valoriza a historicidade local e regional da “[...] história vista de baixo [...]”⁹³ ou seja, das “[...] visões subjetivas e os percursos individuais [...] numa perspectiva decididamente micro-histórica”.⁹⁴ Deste modo, os autores supracitados nos ajudaram a compreender o *modus operandi* da história oral.

À guisa da exemplificação, buscamos a acuidade intelectual de Alessandro Portelli no livro *Biografia di una città*,⁹⁵ ao narrar a história de Terni, realiza um estudo micro-histórico das entrevistas realizadas e destaca, sobretudo, as subjetividades como elemento precioso das fontes orais que lhe dão um caráter humanizado e carregado de emoções, desejos e sonhos. Embora a obra tenha como recorte temporal 150 anos, e narra a história de uma cidade com cem mil habitantes, a metodologia é ancorada em uma abordagem micro-histórica das fontes orais, pois a história oral não se confaz no recorte temporal ou espacial, tampouco no número de entrevistados, mas, nas abordagens dada a estes e, sobretudo, na escolha e tratamento das fontes. Por isso, este estudo foi construído e perspectivamente ancorado nas bases da história oral. Desde modo, a temática nos levou às fontes e esta nos impôs a abordagem e metodologia a serem aplicadas, apesar da aparente dissonância, são perfeitamente sinérgicas. Em suma, para que um estudo seja de história oral, dependerá não só das fontes, mas do olhar que o historiador lança junto às fontes que intenta dialogar, uma espécie de microscópio da história capaz de produzir um *zoom* que evidencie indícios aparentemente invisíveis aos demais historiadores através da oralidade, como este que propomos.

Entendemos que as trajetórias individuais privilegiam combates singulares que servem, entre outras coisas, para endossar situações coletivas, ou seja, o estudo do macro pelo micro. Assim como fez Ginzburg ao analisar detidamente a trajetória do moleiro friulano Menocchio um ilustre desconhecido, imortalizado pelas mãos do historiador, expoente da micro-história enquanto prática historiográfica, a obra *O Queijo e os Vermes*,⁹⁶ representa o nascimento italiano desta corrente.

Parafraseando Ginzburg, reduzir a escala de observação também é transformar numa dissertação aquilo que poderia ter sido uma simples nota de rodapé de um texto

⁹² Ibid., p. 04.

⁹³ Idem.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ PORTELLI, Alessandro. *Biografia di una città*. Torino: Giulio Einaudi Editores, 1985.

⁹⁶ GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.



monográfico,⁹⁷ é do episódico e conjectural que os *historiadores oralistas* fazem a história distanciando-se dos perigos de uma história generalizante ou simplista. Assim, a história oral rompe com a ideia de que a redução da escala de observação só é possível, quando fazemos biografias ou estudamos pequenos vilarejos ou comunidades. Isso já foi superado, tais análises hoje podem ser consideradas precipitadas, visto que a história oral se constrói a partir do recorte temático de um evento circunscrito historicamente, como o caso em estudo e da escolha e abordagem das fontes e não da espacialidade em estudo ou menos da entrevista de dois ou três sujeitos históricos, e sim de um conjunto concatenado de ações metodologicamente articuladas que propõe um *zoom* nas fontes orais, como em uma fotografia,⁹⁸ buscando os detalhes que só com uma lupa de detetives podemos enxergar e, por conseguinte, devassá-las esmeradamente.

Por uma história do tempo presente

Advogamos que, remonta aos tempos de Heródoto e Tucídides, “[...] às origens da história enquanto empreendimento intelectual. As Histórias de Heródoto ou a Guerra do Peloponeso de Tucídides são, em parte, histórias do tempo presente [...]”⁹⁹ que faziam uso das narrativas orais amalhadas em suas pesquisas, registrando os testemunhos para etenizá-los. Com efeito, a historiadora Marieta de Moraes Ferreira ratifica que,

É preciso lembrar que a história dos fatos recentes nem sempre foi vista como problemática. Na Antiguidade clássica, muito ao contrário, a história recente era o foco central da preocupação dos historiadores. Para Heródoto e Tucídides, a história era um repositório de exemplos que deveriam ser preservados, e o trabalho do historiador era expor os fatos recentes atestados por testemunhos diretos. Não havia, portanto nenhuma interdição ao estudo dos fatos recentes, e as testemunhas oculares eram fontes privilegiadas para a pesquisa.¹⁰⁰

⁹⁷ “[...] transformar num livro aquilo que poderia ter sido uma simples nota de rodapé numa hipotética monografia sobre a Reforma protestante no Friul”. GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro falso e fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 264.

⁹⁸ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, pp. 133-161.

⁹⁹ ROUSSO, Henry. *La hantisse du passé*. Paris: Éditions Textuel, 1989, p. 57.

¹⁰⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v.94, n° 3, pp.111-124, maio/jun., 2000. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 06 de jan. 2012.



Cabe considerarmos que a própria tradição historiográfica ao reiterar que toda história é hodierna, já demonstra o crescente interesse da sociedade por uma história atenta às indagações do presente. Assim sendo, “toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimos”,¹⁰¹ assinalou Le Goff, assim o faz, com as perguntas, conceitos, teorias e metodologias de seu tempo, mesmo quando este, analisa fatos da antiguidade ou do medievo. Assim como afirmou Henry Rousso, para quem a história contemporânea tem como marco inicial a Revolução Francesa de 1789,

[...] a história do tempo presente é a que se refere ao passado próximo, aquele no qual existem ainda atores vivos. Antes de explicar o que é esta última, é preciso lembrar que a noção de ‘contemporaneidade’ é tão antiga e tão problemática quanto a própria disciplina da história [...] De outro lado, só há história contemporânea, segundo a célebre afirmação de Benedetto Croce. Um historiador, como qualquer outro indivíduo, fala sempre sobre o passado no presente. Ele constitui os discursos e os atos do passado com linguagem, conceitos e preocupações que são as do seu tempo, ele se dirige a seus contemporâneos. [...] Seu trabalho se inscreve assim em uma dialética, uma tensão entre as palavras do passado e as do presente.¹⁰²

As assertivas supracitadas são necessárias, mas não o bastante para compreendermos a emergência dos estudos em história do tempo presente. Soma-se a isto, o fato de que a contemporaneidade na produção historiográfica advém, mormente da relação do historiador na academia, com seus pares; e na sociedade, com seus leitores. Destarte, a concepção de passado na história do tempo presente é compreendida como uma construção intelectual ligeiramente próxima, por vezes problemática, os sujeitos históricos ainda vivos, reivindicam outras versões. Estudar um passado que ‘não está morto’, trabalhando memórias às vezes traumáticas, ainda muito carregadas de emoções dos que as narram foi o nosso desafio dissertativo. Desta forma, cedemos a palavra a Rousso para quem

¹⁰¹ LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. trad. Bernardo Leitão [et. al.]. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 51.

¹⁰² ROUSSO, Henry. *La hantisse du passé*. Paris: Éditions Textuel, 1989, p. 50.



a definição de história do tempo presente é a de ser a história de um passado que não está morto, de um passado que ainda está vivo na palavra e na experiências dos indivíduos, portanto, ligado a uma memória ativa e singularmente atuante [...]. Esta história é um diálogo entre vivos e mortos, como toda narrativa histórica, mas ela repousa igualmente em um diálogo entre vivos, entre contemporâneos, sobre um passado que ainda não passou inteiramente, mas que já deixou de ser atual.¹⁰³ (Grifo nosso).

Nos termos deste autor, é, portanto, um diálogo entre vivos, dos que narram com quem escreve a narrativa histórica. Associada à enxurrada de novas tecnologias da informação e comunicação forjam um vasto acervo com relevo e teor documental. E estes necessitam de novas metodologias que deem conta de devassá-las. Nesse contexto, as narrativas orais e os repositórios digitais de entrevistas como o CPDOC/FGV e o Museu da Pessoa, importantes depositórios de fontes de caráter interdisciplinar por excelência, em tempo quase real, na tentativa de explicar um passado cada vez mais contíguo, demarcando o crescente diálogo com o mundo globalizado que minimizou as distâncias e maximizou as diferenças, alterando definitivamente as percepções de tempo e espaço, compreendidos mais do que nunca como efêmero e mutável respectivamente. As inquietações do presente catapultam o devir do historiador, enquanto destrinchador do passado, para quem o passado não está morto, ao contrário, ele está vivo e se impõe no presente para que seja desvelado, assim o passado serve ao presente que como afirma Lucien Febvre para quem “[...] organizar o passado em função do presente: é o que se poderia definir de função social da história”.¹⁰⁴

A esse respeito, comungamos com este historiador que a função social da história é servir ao presente. Assim, a história do tempo presente nos parece ser uma abordagem historiográfica profícua, que empreende estudos para o entendimento da realidade atual, a partir, da compreensão do passado recente, explicando-o e não o resgatando. Entendemos que o passado é uma invenção do presente e, portanto não pode ser resgatado como se fora algo perdido, tampouco a memória deste seja congelada, estanque como antes se acreditava. Interpretá-lo e não reconstruí-lo, descrevendo interpretativamente os fatos, como o que fazemos aqui por meio majoritariamente das fontes orais, compreendidas como indiciárias e não fiduciárias, dando-nos pistas mediadas entre teoria e empiria para fazê-las fontes documentais. Afinal, “toda história é uma história contemporânea” afirmou Benedetto Croce

¹⁰³Ibid., p. 63.

¹⁰⁴ LE GOFF, Jacques. *Memória*. 2003, p. 26.



por ser revisitada por historiadores e para leitores do nosso tempo. Justifica-se a importância de se estudar a história à medida que, desvelamos quem fomos, somos e seremos no espaço e no tempo de maneira crítica rompendo com a visão maniqueísta e evitando cometer anacronismos.

Destarte, “a história do tempo presente tem de lidar com testemunhas vivas, presentes no momento do desenrolar dos fatos, que podem vigiar ou contestar o pesquisador”,¹⁰⁵ em primeiro momento nos parece problemático, porém não o é. Afinal, a história é palco de tensões e disputas, do contrário não seria história, seria um ponto fora da curva historiográfica.

Para Roger Chartier “os historiadores sempre foram os piores profetas, mas têm um papel na compreensão das heranças acumuladas que nos fazem ser como somos hoje”,¹⁰⁶ e acrescenta que ela, a história, “pode nos ajudar com a compreensão crítica das inovações do presente, as quais sempre nos seduzem e nos inquietam”.¹⁰⁷ Nesse sentido, a história do tempo presente se justifica e nos faz rememorar a célebre assertiva de Eduardo Galeano para quem “a história é um profeta com o olhar voltado para trás, pelo que foi e contra o que foi e anuncia o que será”.¹⁰⁸ Logo, existe uma tensão entre o passado e o presente, assim, é com os olhos do presente que se fita no passado para explicá-lo. Destarte, “a história é o objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras”,¹⁰⁹ com “uma história em nossos calcanhares”¹¹⁰ como bem assinalaram, Walter Benjamin e Marc Augé, respectivamente.

Retomando a discussão acerca da história do tempo presente, podemos destacar que nos idos do século XIX, a história perdia a autonomia dado à forte influência do positivismo, sob o pretexto de se forjar um estatuto, ou seja, em um conjunto de pressupostos pautados na objetividade científica por uma história acadêmica, que muitos insistem advogar da necessidade do distanciamento temporal para qualificar um estudo como sendo historiográfico. No contraponto está a história linear, factual, anedótica e a narrativa política

¹⁰⁵ FERREIRA; AMADO. (coords.) *Usos & Abusos da História Oral*. 2006, p. xiii.

¹⁰⁶ CHARTIER, Roger. *La historia o la lectura del tiempo*. Barcelona, Espana: Gedisa, 2007, pp. 16-17.

¹⁰⁷ *Ibid.*, pp. 16-17.

¹⁰⁸ GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p.19.

¹⁰⁹ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 229.

¹¹⁰ AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Papirus, Campinas: 2010, p.29.



dos grandes personagens, que passou a ser dominante a guisa dos historiadores vanguardistas da época, Victor Langlois e Charles Seignobos autores da umbrática obra *L'introduction aux études historiques* de 1897, valorava as análises quantitativas, os feitos de 'grandes homens', a compilação cronológica dos fatos e, sobretudo, os documentos escritos. Lucién Febvre, descreveu a obra como sendo "a bíblia do método positivista"¹¹¹ com certo rigor metodológico, se utiliza da descrição esmiuçada de dados e fatos geralmente de cunho político, contidos em documentos escritos, tidos como 'oficiais', e assim demarcando os territórios de um história francesa que serviu de arquétipo para o mundo.

Nasceu, portanto, uma corrente historiográfica delineada pelo distanciamento do passado com o presente e pela legitimação da cientificidade histórica a partir do documento escrito, tomado como prova irrefutável da realidade passada. Ainda Lucien Febvre, nos alerta que este modo de fazer história "sob o rigor da máscara científica"¹¹² já fora ultrapassado, pois a objetividade e a pretensa neutralidade do conhecimento histórico, bem como, o distanciamento temporal não são garantias de uma história mais científica, pois o fazer historiográfico é bem mais complexo do que supõe a nossa vã empiria. Visto nestes termos, a valoração do passado distante não deve significar a desqualificação do presente, afinal o passado se constitui a luz do presente.

Deste modo, estudar o presente não nos parece ser um interdito, assim devemos avaliar com acuidade a máxima proferida por Bloch, em meados do século XX, para quem "a história é o estudo do homem no tempo"¹¹³ seja ele passado ou presente, bem como, suas relações. Assim, fazemo-nos rememorar o sequioso historiador Paul Thompson na obra 'A voz do passado' a *posteriori*, pluralizada e mais adequadamente empregada por Phillipe Joutard no título da obra 'Essas vozes que nos chegam do passado'. Com estes autores aprendemos que os sacerdotes de Clio não examinam o passado pelo passado, mas suas relações com o presente, ou seja, as relações de temporalidades.

O tempo presente foi durante muito tempo um domínio temporal preferencialmente adotado por antropólogos, sociólogos, jornalistas e cientistas sociais. Ao contrário, os historiadores por motivos já expostos, debruçaram-se mui tardiamente as temporalidades mais

¹¹¹BURGUIÉRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago. 1993, p. 712.

¹¹² Ibid., p. 712.

¹¹³BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. 2001, p. 55.



próximas à revelia dos que ainda resistem, defendendo que só se atinge cientificidade com recuos temporais cada vez mais acentuados, atribuindo aos não-profissionais, o uso de fontes orais como históricas e o estudo do presente. Contrariando esta proposição, Jean-Pierre Rioux asseverou que é “o próprio historiador, desempacotando sua caixa de instrumentos e experimentando suas hipóteses de trabalho, que [...] cria o famoso recuo”.¹¹⁴ Deste modo, é possível realizar um distanciamento ainda que nos estudos que elegem o tempo presente. Assim, apropriamo-nos da assertiva de Marieta de Moraes para quem “a história do século XX tornou-se uma história sem historiadores”,¹¹⁵ uma vez que, os historiadores mais tradicionais negligenciaram-na. Daí a necessidade de arregimentar esforços no sentido de valorar a exploração por parte dos novos historiadores, neste que é, pois, um campo privilegiado de averiguação científica nada hermética.

Deste modo, a história do século XX com suas revoluções e catástrofes marcaram definitivamente os séculos do porvir, por isso, compreendido como longo para uns e breve para outros.¹¹⁶ Optamos aqui, assim como Hobsbawn em nomeá-lo adjetivamente de breve e extremado século XX. Assim, a historiadora Marieta de Moraes sinaliza que as profundas mudanças deste século com toda a sua profusão e intensidade das grandes guerras¹¹⁷ trouxe à baila os estudos do tempo presente, como uma prática complexa, porém, sedutora. Assim, expressões do tipo *histoire du temps présent*, *contemporary history*, *Zeitgeschichte*,¹¹⁸ ganharam paulatino relevo na academia, tendo a história oral como metodologia pertinente aos estudos do tempo presente. Resta-nos refletir quanto aos questionamentos lançados pela pesquisadora: Que denominação utilizar, que recortes cronológicos selecionar?¹¹⁹

Com efeito, comungamos com a historiadora Marieta de Moraes a opção pela expressão cunhada por François Bédarida, *histoire du temps présent*, pois acreditamos assim como ela, que a expressão é mais clara e menos problemática, portanto dá conta ao que

¹¹⁴ RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma História do Tempo Presente. In. CHAUVEAU, Agnes; TÈRTARD, Philippe [org]. *Questões para história do tempo presente*. São Paulo: EDUSC, 2002, p.46.

¹¹⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000, p. 06.

¹¹⁶ As expressões fazem alusão, respectivamente às obras ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. / HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914- 1991*. Companhia das Letras, São Paulo 1995.

¹¹⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000, p. 08.

¹¹⁸ KAELBLE, Hartmut. *La Zeitgeschichte, l’histoire allemande et l’histoire internationale du temps présent*. In: *Institut d’Histoire du Temps Présent*. *Ecrire l’histoire du temps présent*. Paris, CNRS Editions, 1993.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 09.



propõe. Quanto ao seu marco inicial, recorremos ao *savoir-faire* da mesma historiadora que durante o mini-curso História do Tempo Presente e Fontes Orais asseverou que a história do tempo presente é essencialmente volátil e seu recorte cronológico corresponde aos últimos 80 anos, tempo médio de vida biológica dos que ainda permanecem vivos para reivindicá-la.¹²⁰ Portanto, uma história em aberto, a exemplo, a recente e polêmica história da ditadura militar no Brasil. Trata-se, portanto, de limites temporais que devem ser redefinidos, pois o presente, assim como o passado, também é fugidio.

Nos termos outros a história do tempo presente que fazemos neste estudo permitiu rediscutir a relação entre história, memória e identidade, marco teórico deste estudo, assentado numa perspectiva decididamente história social revalorizando o papel do indivíduo em sua experiência vivida, sem sacralizar esta ou aquela categoria para a história, compreendendo que só fazem sentido, quando justapostas para dar substrato teórico e sustentação aos argumentos aqui expressos, pois, a indelével marca dos que fazem a história é a criticidade, condição primeira do ofício.

Assim sendo, os pesquisadores da história do tempo presente têm como pelega distanciar-se do presente, buscando suas relações com o passado, capital para os estudos históricos. Na relação entre história e ficção no tempo presente, Chartier defende “uma diferença fundamental, que consiste na ambição da história de ser um discurso verdadeiro, capaz de dizer o que realmente aconteceu”.¹²¹ Contrariamente, nos posicionamos por acreditar que, nem mesmo as testemunhas oculares de um fato, são capazes de apreender a verdade deste, uma vez que, sua narrativa oral sempre será a sua versão, ou seja, a sua ‘verdade’, não necessariamente compartilhada por todos. Assim, vale registrar, a propósito, o que diz Chartier, a “[...] realidade do passado só chega ao historiador por meio de representações”.¹²² Assim sendo, trata-se de um passado imutável, e de uma realidade estilhaçada que permiti múltiplas interpretações a cada visita às fontes.

¹²⁰ Realizado no I Congresso Pan-Amazônico e VII Encontro da Região Norte de História Oral - História do Tempo Presente & Oralidades na Amazônia, no Campus de Belém da Universidade Federal do Pará-UFPA, durante os dias 27 a 30 de março de 2012.

¹²¹ CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. [coords.]. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 217.

¹²² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In.: *Esboços* – Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFSC. vol. 11. Florianópolis: UFSC/Gráfica Universitária, nº 11, 2004, p. 44.



Queremos aqui mostrar que a verdade, embora seja nosso fio condutor e força centrípeta desta pesquisa, não somos portadores da verdade histórica e nem poderíamos ser, pois, a imparcialidade para o profissional da história nada mais é, do que uma quimera. Porém, compreendemos que devemos equacioná-la aos fatos como em uma catarse.¹²³ Acreditamos assim, no *know-how* de Bèdarida, mentor do *Institut d' Histoire du Temps Présent*, criado em 1978 em Paris, que a verdade é o

ouro do historiador [...] alfa e ômega [...] mas sabemos que não conseguiremos jamais dominar essa verdade, mas apenas nos aproximar dela. Chama vacilante e frágil na noite, mas que apesar de tudo, ilumina o nosso caminho e sem a qual mergulharíamos nas trevas.¹²⁴

Diante desta assertiva arguta, resta-nos exemplificar, a partir das diferentes visões de um mesmo fato, sem, contudo ser mentira nenhuma delas. Destarte, imaginemos um dia depois de uma final de Copa do Mundo, Brasil versus Argentina, com vitória apertada nos pênaltis da seleção canarinho, no Monumental de Núñez em Buenos Aires. Qual a versão dos torcedores portenhos? E dos brasileiros? Certamente, a partida será contada de diferentes maneiras quer pelos brasileiros ou argentinos, sem, contudo configurar em falácias. Juízes, jogadores, técnicos, analistas esportivos e torcedores, todos têm sua versão sobre o mesmo clássico futebolístico, embora não possam discordar de dados irrefutáveis deste fato histórico para o futebol mundial, como o tempo e o espaço, tampouco do placar oficial da partida.

Assim, para os entusiastas da seleção argentina, embora tenha perdido nos pênaltis, dominou a posse de bola, obteve mais chances de gols e fez as melhores jogadas da partida. Em contraponto, está à torcida brasileira que defende de modo veemente a vitória de sua seleção como mais do que justa, utilizando os mesmos argumentos a seu favor. Importante salientar, igualmente, que nós historiadores perfazemos uma interpretação do passado, compreendendo-o como campo de possibilidades, e por isso elegemos as versões mais

¹²³ Termo utilizado com o mesmo sentido que usualmente lhe é atribuído na psicologia como prática terapêutica baseada no estímulo ao paciente a relatar tudo que lhe vier à mente sobre um dado assunto. Para melhor compreender a patologia e assim buscar formas terapêuticas e/ou medicamentosas para saná-la.

¹²⁴ BÉDARIDA, François. Tempo Presente e Presença da História. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 8. ed. 2006, p. 222.



plausíveis fundamentadas nas fontes encontradas. Em história, tudo é uma questão de interpretação dos fatos através das fontes. Mas, eis que o samba venceu o tango.

Aditamos a isso, o fato de que todos têm suas verdades, o que para o profissional da história assim como o filósofo, não se chega à verdade, tampouco à realidade, mas as representações destas através da memória. Numa relação entre a memória contra o esquecimento. Desta forma, podemos aliar a memória à noção de tempo, com o tracejado por Janaína Amado ao assinalar que

[...] recordar é viver, como ensinava o antigo samba. A memória toma as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados. Ao trazer o passado até o presente, recria o passado, ao mesmo tempo em que projeta o futuro; **graças a essa capacidade da memória transitar livremente entre os diversos tempos, é que o passado se torna verdadeiramente passado, e o futuro, futuro, isto é: dessa capacidade da memória brota a consciência que nós, humanos, temos do tempo.**¹²⁵ (Grifo nosso).

Seguindo os ensinamentos de teóricos como Agnès Chauveau e Philippe Tètart, compreendemos que o que convenciou-se chamar “[...] de história imediata, história próxima ou de história do tempo presente”,¹²⁶ nada mais que é do que história, apesar de suas nuances e especificidades. No decurso desta seção já vemos que a expressão adotada por este estudo foi história do tempo presente, explicitados os motivos anteriormente. E para pensar este território da história de modo menos incipiente, o conceito de René Rémond nos é singular, ao nos informar “[...] que é a história que vivemos: faz parte das nossas lembranças e de nossas experiências. Ora, vale lembrar que essa história exige igual rigor ou maior do que o estudo de outros períodos: devemos enfatizar a disciplina e a higiene intelectual, as exigências de probidade”.¹²⁷

O autor reiteradamente em primeira instância relaciona o tempo presente às memórias e em seguida ressalta o rigor científico com que os historiadores devem tratá-la, exigindo do estudioso do tempo presente uma maior acuidade intelectual e metucioso arcabouço

¹²⁵ AMADO, Janaína. *O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral*. História, UNESP, São Paulo, n.14, 1995, p.132.

¹²⁶ CHAUVEAU, Agnes; TÈRTARD, Philippe (org). *Questões para história do tempo presente*. São Paulo: EDUSC, 2002.p 07.

¹²⁷ RÉMOND, René. “Algumas Questões de alcance geral à guisa de introdução”. In FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (coords.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 8a ed. 2006, p.206.



metodológico com o seu objeto de estudo, locado em um mesmo tempo entre o pesquisador e o pesquisado. Tal argumento está à revelia do que afirmou o historiador Eric Hobsbawn, quanto a “[...] vivência pessoal deste tempo molda inevitavelmente a forma como o vemos, e até mesmo o modo como determinamos a evidência à qual todos nós devemos apelar e nos submete [...] a diferença de gerações é suficiente para dividir os homens”.¹²⁸

Com efeito, a abundância de fontes torna-se um grande desafio na construção de indagações que responda aos propósitos do historiador. Entre esses desafios, proximidade com o objeto a ser estudado é o mais caro ao profissional da história. Como diria o poeta modernista Carlos Drummond de Andrade em sua elegia, poema de dor e luto ao historiador que não por acaso, “[...] veio para ressuscitar o tempo e escarpelar os mortos, as condecorações, as liturgias, as espadas, o espectro das fazendas submergidas [...]”¹²⁹ A esse respeito, Michel de Certeau questiona: “o que fabrica o historiador quando faz história? Em que trabalha? Que produz?” (Certeau, 1995, p. 17) tais questões remetem o historiador da importância de seu ofício para si e para o grupo social do qual pertence, auxiliando-o na construção do seu fazer, fazendo-se historiador como uma operação de construção de sentidos ao passado e ao presente. Certeau endossou ao afirmar que a operação historiográfica “[...] se refere à combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita.”¹³⁰ Esta operação de que tanto fala o autor, trata dos esforços empreendidos pelos que escrevem a história. Assim, comungamos das mesmas inquietações do autor, acreditamos ser possível fazer história para além dos muros da academia.

Considerações finais

Diante do desafio proposto, cabe a nós historiadores a difícil tarefa de definir a utilidade da história no tempo presente. Perguntas não necessariamente geram respostas, trazem à tona novas indagações. Pesquisar história para além da história positivista é,

¹²⁸ HOBBSAWM, Eric J. “O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo”. In: Revista Novos Estudos. São Paulo; CEBRAP, Novembro/95 n. 43, p.105.

¹²⁹ ANDRADE, Carlos Drummond de. O historiador. In: *A paixão medida*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980, p. 34.

¹³⁰ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 66.



sobretudo, voltar-se para temas como loucura, cidadania, sexualidade, alimentação, moda, biografia, meio ambiente, corpo, cotidiano, enfermidades, gênero, crianças, cinema, festas, direitos humanos entre outros. Clio redimensionou seu olhar para uma outra história, uma zapeada nos estudos históricos recentes, catapultando-os, que no dizer de Júlio Aróstegui um “grande giro ou guinada dos anos 70 interrompeu uma certa trajetória da historiografia, mas propiciou o nascimento de muitas direções novas”¹³¹ uma renovação da produção historiográfica sem precedentes.

Historiar no século XXI é solapar os eixos tradicionais da história linear quadripartite francesa, valorando as contribuições da história francesa à historiografia, por uma história interdisciplinar e problematizadora atenta às transformações sociais do novo século, a partir das relações de identidade-diferença, continuidade-ruptura em diferentes contextos sócio-culturais. Eis, o grande desafio do ofício do historiador.¹³² O historiador não é mais o profissional que estuda o passado acabado, mas a sua relação com o presente inacabado em que as fontes não falam por si, há que fazê-las falar a partir das inquietações do presente. Somos, pois, convidados a revisitar temporalidades mais recentes e fontes diferenciadas, lançando mão quase sempre, das mesmas perguntas que faria um historiador do século XVIII a suas fontes, mas tracejando novos caminhos de pesquisa.

Para Chartier, a história do tempo presente desperta um mau sentimento: a inveja.¹³³ Com efeito, além de contar com recursos documentais abundantes sejam visual, escrita e sonora que parecem não se esgotar, mas, ao contrário, se multiplicam na sociedade contemporânea. Aos novos historiadores cabe fazer boas escolhas em meio ao manancial de fontes apensadas. Mais uma vez somos convencidos da assertiva de Le Goff que o historiador deve “decidir sobre aquilo que irá considerar como documento e o que irá rejeitar”,¹³⁴ podendo construir seus próprios repositórios digitais de documentos.

Nesta seara em que tudo é história, passado presente e futuro confundem-se. Somos e fazemos história. Entendê-la é compreender a si e ao mundo, com a consciência do que fomos

¹³¹ ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica – teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006, p. 208.

¹³² SOARES, Fagno da Silva. Para que serve a história? *Revista Mundo Jovem*. Porto Alegre; v. 413, p. 09, 01 fev., 2011.

¹³³ CHARTIER. Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (coords.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 215.

¹³⁴ LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. trad. Bernardo Leitão (et. al.). 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 101.



para transformar o que seremos. Com efeito, à medida que, adentra-se ao universo da pesquisa, mais complexa torna-se a tarefa do historiador, no mais, resta-nos tal como propõe o historiador Vainfas, “[...] percorrer os caminhos e descaminhos da história [...]”.¹³⁵ Afinal, a arte de historiar nunca foi tão complexa como hoje, devendo ser sempre revisitada por outros estudiosos. Afinal, a história que praticamos é uma história do tempo presente à revelia dos que pensam equivocadamente que história é só passado. E ao solapar a cronologia-narrativa, compreendendo a tensão do movimento temporal é possível romper com lógica do presente para o presente (*presentismo*), do presente para o passado (*magistra vitae*), por uma história do presente pelo futuro que articula e confronta passado, presente e futuro na perspectiva dos *regimes de historicidade*¹³⁶ proposta pelo historiador francês François Hartog.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. *História*, UNESP, São Paulo, n.14, 1995, p.132.

_____. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História*, n.º 15, São Paulo, abr., 1997, p. 146.

ANDRADE, Carlos Drummond de. O historiador. In: *A paixão medida*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Maria Stella. NAXARA, Márcia. [Org.]. *Memória e [res]sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2004, p. 45.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL, Rio de Janeiro; 2012. Disponível em: <<http://www.abho.com.br>>. Acesso em: 06 de jan. 2012.

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro; FGV, 2004, p.77.

_____. Histórias dentro da história. In: Carla Bassanezi Pinsky. (Org.). *Fontes históricas*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2005, v. 1, p. 155.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 232.

¹³⁵ VAINFAS, Ronaldo. Caminhos e descaminhos da história. In: _____. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. CARDOSO, Ciro Flamarion/VAINFAS, Ronaldo [Org.]. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 449.

¹³⁶ HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*, Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2013.



ANDRADE, Carlos Drummond de. O historiador. In: *A paixão medida*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980, p. 34.

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica – teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006, p. 208.

AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Papirus, Campinas: 2010.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história. especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004. pp. 08-09

_____. *Campos históricos – as diversas modalidades historiográficas no mundo contemporâneo*: Disponível em: <<http://www.campodahistoria.org/artigo.html>>. Acesso em: 19 de ago. 2006

BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.225.

BÉDARIDA, François. Tempo Presente e Presença na História. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (coords.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp.219-232.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Trad.: André Telles, Rio de Janeiro; Zahar, 2001, p. 41.

BORGES, Jóina Freitas. Sob os areais, histórias de vida. In: CASTELO BRANCO, Julinete Vieira. SOLON. Daniel Vasconcelos. [Org.] *Histórias em poliedros: cidade, cultura e memória*. Teresina: EDUFPI, 2008, p. 93.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia das Letras. 1992, pp. 19-32.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. SP: UNESP, 1992.

BURGUIÉRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago. 1993.

CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, texto e história: para ler a história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 66.

_____. *A operação histórica*. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro; Francisco Alves, 1995.

CHARTIER. Roger. A Visão do Historiador Modernista. In FERREIRA, Marieta de Moraes;



AMADO, Janaína. (coords.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 8a ed.2006, pp.215-219.

_____. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (coords.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp. 215-219.

_____. *La historia o la lectura del tiempo*. Barcelona, Espana: Gedisa, 2007, pp. 16-17.

CHAUVEAU, Agnes; TÈRTARD, Philippe (org). *Questões para história do tempo presente*. São Paulo: EDUSC, 2002.

FENELON Déa (Org.). *Cidades*. Pesquisa em História. Programa de Estudos de Pós Graduados da PUC/SP. São Paulo: Olho Da Água. 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (coords.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FREITAS, Sônia Maria. *História oral: possibilidades e procedimentos*. Humanitas, São Paulo; 2006.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad.: Federico Carotti. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

_____. *O Queijo e os vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

HOBBSAWM, Eric J. O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. In: *Revista novos estudos*. São Paulo; CEBRAP, Novembro/1995 nº 43.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

KAELBLE, Hartmut. La Zeitgeschichte, l'histoire allemande et l'histoire internationale du temps présent. In: *Institut d'Histoire du Temps Présent*. Ecrire l'histoire du temps présent. Paris, CNRS Editions, 1993.

LAGROU, Pieter. Sobre a história do tempo presente. In. PORTO, Gilson (org). *História do tempo presente*. Bauru: EDUSC, 2007.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. trad. Bernado Leitão (et. al.). 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, pp. 133-161.



- LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 09.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice. 1990.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*, Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2013.
- HUGHES, Warrington Marnie. *50 grandes pensadores da história*. São Paulo: Contexto, 2002.
- NASCIMENTO, Francisco Alcides. Fios da Memória: histórias do rádio. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. NASCIMENTO, Francisco Alcides. PINHEIRO, Áurea da Paz. (Org.). *Histórias: cultura, sociedade, cidades*. Recife: Bagaço, 2005, p. 05
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Revista Projeto História – História e Cultura. PUC-SP, n 17 1998.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. A Vez da história oral. *Revista Carta Capital*. São Paulo: Editora Confiança Ltda, ano 17, n. 664, set. 2011, pp. 72-73.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In.: *Esboços – Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFSC*. vol. 11. Florianópolis: UFSC/Gráfica Universitária, n. 11, 2004, p. 25.
- PRINS, Gwyn. História Oral. In.: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p.166.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, 1992, pp. 207-208.
- PORTELLI, Alessandro. *Biografia di una città*. Torino: Giulio Einaudi Editores, 1985.
- _____. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa et al. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho Dágua, 2004.
- _____. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na história Oral. In: *Projeto História - Ética e História Oral*. São Paulo:1997, p.17.
- RÉMOND, René. Algumas Questões de alcance geral à guisa de introdução. In FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (coords.) *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 8a ed.2006, pp.203-210.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas; Unicamp, 2007, p. 408.
- RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma História do Tempo Presente. In. CHAUVEAU, Agnes; TÈRTARD, Philippe (org). *Questões para história do tempo presente*. São Paulo:



EDUSC, 2002. pp. 39-50.

ROUSSO, Henry. *La hantisse du passé*. Paris: Éditions Textuel, 1989, p. 57.

SHARPE, J. A História vista de baixo. In: BURKE, P. [Org.]. *Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edunesp. 1992.

SOARES, Fagno da Silva. Para que serve a história? *Revista Mundo Jovem*. Porto Alegre; v. 413, p. 09, 01 fev., 2011.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael e HAMILTON, Paula. Os Debates sobre Memória e História: alguns aspectos internacionais. In.: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 8a ed. 2006.

VANSINA, Jan. *La tradición oral*. 2.ed. Barcelona: Editorial Labor, 1968.

VAINFAS, Ronaldo. Caminhos e descaminhos da história. In: *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. CARDOSO, Ciro Flamarion/VAINFAS, Ronaldo (Org.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

VI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, São Paulo, Anais eletrônicos. USP, 2002. ABHO: Disponível em:< <http://www.abho.com.br/anais/anaisusp.html>>. Acesso em: 19 de ago. 2006.

VILANOVA, M. “La historia sin adjetivos com fuentes orales y la historia del presente”. In: *História Oral, Associação Brasileira de História Oral*, São Paulo, junho de 1998, n. 1.



Arranjos familiares de pessoas negras na freguesia de Nossa Senhora das Neves (Parahyba do Norte, 1861-1863)¹

Larissa Bagano Dourado²
Solange P. da Rocha³

RESUMO

Os assentos de batismo podem fornecer informações valiosas para a construção da história social da população negra da sociedade oitocentista, devido à riqueza de informações nelas contidas. Em geral, os registros paroquiais apresentam informações sobre o sexo, a condição jurídica, o tipo de filiação, e a cor/origem racial e/ou étnica das pessoas batizadas. Com acesso às fontes paroquiais da freguesia de Nossa Senhora das Neves, localizada na atual cidade de João Pessoa (Capital da Paraíba), realizamos pesquisa acerca dos arranjos familiares e redes de solidariedade firmadas, sobretudo, pelas mães e pelos pais de crianças negras, nos anos de 1861 a 1863.

PALAVRAS-CHAVE: População Negra; Oitocentos; Assentos de Batismo.

Relatives arrangements of black people in “nossa senhora das neves” region, located in Parahyba do Norte, 1861-1863

ABSTRACT

Baptismal records can provide valuable information to build the social history of the black population from the nineteenth-century society, due to the wealth of information contained in the files. In general, parish registers give information about sex, legal status, type of membership, and color/racial and/or ethnic background of baptised people. By accessing parish sources from “Nossa Senhora das Neves”, a region located in João Pessoa (Paraíba capital), it has been developed a research focused on family arrangements and their solidarity networks, especially involving mothers and parents of black children between 1861-1863.

KEYWORDS: Baptism Records; Black Population; Nineteenth-Century.

¹ Recebido em: 14 de setembro de 2015. Aceito para publicação em: 18 de janeiro de 2016. Este texto resulta de pesquisa do curso de graduação em História, defendida em 2014.

² Mestranda do Programa de Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Paraíba, bolsista da Capes e integrante do Grupo de Pesquisa *Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista/UFPB*. E-mail: lariy@libe.com. Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4300005T9>.

³ Professora Doutora do Departamento de História e do PPGH da UFPB. Também coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas-NEABI na mesma universidade e a Linha de Pesquisa *Diáspora Africana, População Negra, Parentesco e Cultura no Oitocentos* do Grupo de Pesquisa *Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista*. E-mail: banto20ufpb@gmail.com. Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4728021P8>.



Arranjos familiares e Redes de sociabilidades de pessoa negras na Freguesia de Nossa Senhora das Neves (Parahyba do Norte, 1861-1863)

O Brasil possui uma população bastante diversificada, não só no que diz respeito ao grupo racial, mas também em relação à condição jurídica que eram três até o período Imperial. Desde o século XIX, tal diversidade foi acentuada devido às transformações sociopolíticas, econômicas e culturais que ocorreram no decorrer deste século. Referente à população negra, desde 1831 nota-se um processo gradual e lento de decretos e leis “abolicionistas” que culminaram com o fim do sistema escravista em 1888.

Apesar dessas diversidades, pesquisas e estudos sobre a população negra só alcançaram maior destaque nas últimas décadas devido a intensas transformações sociais e culturais que possibilitaram a visibilidade social das lutas femininas e da população negra como sujeitos políticos no espaço acadêmico das novas propostas teórico-metodológicas, tais como a História Social Inglesa e a História Cultural que ressaltam a necessidade de analisar os indivíduos que não fazem parte da elite política e/ou intelectual da sociedade como agentes históricos que atuaram ativamente, tendo uma própria lógica de comportamentos e de condutas. A partir disso, foi e é possível formar novos conhecimentos sobre as experiências vividas, por exemplo, pelas mulheres negras durante o século XIX, considerando assim, as distintas condições jurídicas em que elas pertenciam, como escravizadas, libertas e livres.

É importante enfatizar ainda que historiadores que utilizaram novas abordagens teóricas e incorporaram em suas pesquisas novas fontes, temas e questionamentos a partir da chamada “Nova História”. Antes disso, de tal perspectiva, em geral, os pesquisadores apresentavam os escravizados como “coisas”, sujeitos submissos e conformados com sua condição. Com o Movimento dos *Annales*, houve a elaboração de uma nova história que se opõe as abordagens *rankianas* da história chamada tradicional. Essa “Nova História” incorporou a interdisciplinaridade como meio de se construir novos problemas, métodos e perspectivas da pesquisa histórica, a exemplo da Antropologia possibilitando, assim, abordagens socioculturais que corroborarão pesquisas sobre as temáticas do compadrio e do parentesco. Nas décadas de 1930 e 1940, a História Social aparecerá ligada a uma abordagem culturalista com ênfase nos costumes e tradições nacionais.

Além disso, a partir das décadas de 1960 e 1970, a História Social teve uma crescente “preocupação” com métodos quantitativos para a análise das fontes históricas e a



aproximação com a Antropologia possibilitou abordagens socioculturais que viabilizaram pesquisas acerca da temática relativa às mulheres negras. Os pressupostos teórico-metodológicos da História Social Inglesa, por sua vez, ressaltaram a necessidade de analisar os indivíduos das camadas populares. Assim, a partir da História Social, podemos utilizar as fontes para recuperar a experiência histórica seja contada “de baixo para cima”, ou seja, visibilizar as trajetórias de homens e mulheres negros de diferentes condições sociais (livres, libertos(as) ou escravizados(as)), observando suas relações sociais, familiares e de trabalho, procurando compreender seus comportamentos, suas escolhas e suas atitudes no interior da sociedade oitocentista.

Thompson foi o historiador do século XX mais recorrentemente citado em todo o mundo, de acordo com *Arts and Humanities Citation Index*⁴. Ele ultrapassou seu interesse inicial no ativismo operário e evidenciou em suas análises a experiência das pessoas comuns no passado⁵. De acordo com Negro; Silva,

Em meio a tantos outros, esses momentos da obra de Thompson, que versou não só acerca do movimento operário, mas também sobre crime, protestos (individuais e coletivos) e o caráter tradicional e ativo da cultura popular, concorreram decisivamente para inspirar e dar forma e conteúdo a um modo diverso de se pensar, pesquisar analisar e redigir a história, vista a partir de “baixo”⁶.

Sendo que em sua obra *A Formação da Classe Operária*, Thompson procurou separar a análise tradicional da sociedade inglesa do século XVII, vista até então como uma sociedade consensual, formada por uma só classe, e passou a analisar a história por meio dos “excluídos”. No prefácio do seu livro, Thompon salientou um dos seus objetivos ao produzir uma nova visão histórica. Dizia ele:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” e mesmo o iludido seguidor de

⁴ NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. *As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2012. p.16.

⁵ Em 1963, E. Thompson lançou o livro *A formação da classe operária*, de suma importância para “História a partir de baixo”.

⁶ NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. *As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Op. cit., p.25-26.



Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade[...] Suas aspirações eram válidas nos termos da sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais⁷.

Logo, concordamos com Sharpe⁸ quando afirma que Thompson não ficou limitado a identificar a questão geral da reconstrução da experiência de um grupo de pessoas “comuns”, mas “percebeu também a necessidade de tentar compreender o povo no passado, tão distante no tempo, quanto o historiador moderno é capaz, à luz de sua própria experiência e de suas próprias reações a essa experiência”.

Em 1969, quando Thompson iniciou suas participações em eventos internacionais relacionados à História Social, aumentou cada vez mais sua influência em outros países. Assim, as interpretações históricas e os desdobramentos teóricos e políticos de Thompson contribuíram para a historiografia acerca da experiência negra no Brasil, uma vez que, até então, podia-se pensar que a construção do estado brasileiro fora feito apenas através de pactos entre as elites, excluindo assim outras camadas da sociedade oitocentista. Logo, por meio da História Social de Thompson, é possível elaborarmos uma história a partir de baixo “capaz de dar conta da alteridade, das inconveniências, que não seja evolutivamente contada a partir da voz de um pensamento (ou partido) único”⁹.

Ao propor uma indagação relativa à construção de identidade, Thompson influenciou (e influencia) discussões teóricas e sociológicas dos movimentos sociais. De acordo com Hebe Mattos,

[...] a categoria “movimentos sociais” remete a uma abordagem mais específica, de inspiração marcadamente sociológica. Os temas da identidade coletiva, da agência política e da transformação social estão implícitos na categoria que diz respeito a **um tipo de ação coletiva na qual, “grosso modo”, grandes grupos informais de indivíduos ou organizações, voltados**

⁷ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011. p.14.

⁸ SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 2011. p.42.

⁹ NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. *As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Op. cit., p.50.



para objetivos específicos, resistem ou propõe uma mudança social.
(Grifos nosso)¹⁰.

Assim, com objetivo o alcançar mudanças sociais e de construir uma identidade coletiva, desde a década de 1970, os movimentos sociais, especialmente o movimento negro e feminino de diversos países, questionaram a historiografia existente. No Brasil, não foi diferente, os movimentos sociais tiveram suma importância para a inclusão desse “pensamento social” nas universidades, as quais passaram a produzir cada vez mais obras relacionadas à escravidão e à história da mulher. Com relação ao movimento negro, Mattos ainda afirma que “foi intenso e nem sempre pacífico o intercâmbio entre historiadores da escravidão e ativistas do movimento negro, mas pode-se dizer que se influenciaram mutuamente”¹¹.

Deste modo, ao retratar a escravidão e as relações entre os escravizados com seus senhores, recorremos a Thompson para salientar que as relações históricas são constituídas por homens e mulheres num movimento constante, por intermédio de suas experiências de lutas, resistências, relações de sociabilidade, e cultura. Concordamos também com Castro, quando afirma que a História Social é “uma forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos-sociais- na explicação histórica”¹². A partir daí, vários estudos focaram nas experiências da população negra no Brasil durante o período de escravidão, por meio de fontes mais distintas e variadas.

Entre as primeiras obras que se destacaram sob essa nova perspectiva teórica e metodológica da História Social da Escravidão, o trabalho de Kátia Mattoso *Ser escravo no Brasil*, publicado no Brasil em 1982, no qual a autora demonstrou o processo de escravização de africanos, o processo de alforria e as redes de solidariedade formadas por africanos e seus descendentes no território do Brasil, abordou também as relações dos escravizados e libertos com os demais segmentos da sociedade. Outra obra importante foi lançada em 1986, *Rebelião*

¹⁰ MATTOS, Hebe. História e Movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; RONALDO, Vainfas (Orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.98.

¹¹ Ibidem, p.102.

¹² CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.54.



escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835, de autoria de João José Reis. No campo da história das mulheres destacamos o livro *Submissão e Resistência: a mulher na luta contra a escravidão* de Maria Lucia Mott. Na referida obra, Mott demonstra como a sociedade era extremamente sexista no século XIX, além de identificar a presença das mulheres na luta contra a escravidão. Acerca da historiografia referente à Paraíba destacamos a obra de Diana de Soares Galliza (1979), intitulada *O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888*, que retrata os últimos anos da escravidão na Província da Parahyba, abordando temas como o tráfico interprovincial de escravos, as manumissões e o processo da abolição.

Estudos mais recentes utilizaram os registros paroquiais como fontes da pesquisa e história social da escravidão como aporte teórico para estudar a sociedade escravista, a exemplo dos trabalhos de doutorado de Solange Rocha (2007) sobre a família e a população negra paraibana da Colônia ao Império e o de Vitória Lima (2010), no qual retrata as experiências de liberdade e a perda de liberdade das pessoas livres, libertas e cativas da província da Paraíba. Em nível de graduação, destacamos os estudos monográficos de Solange Mouzinho Alves (2011) sobre o batismo e o compadrio de pessoas negras na Freguesia de Nossa Senhora das Neves e de Matheus S. Guimarães (2013), no qual se destacou a investigação acerca das famílias e das redes de sociabilidades negras, sobretudo, a de pardos e de semibrancos na cidade da Parahyba do Norte; ambos estudaram o período Imperial.

Assim, destacamos a importância dos registros paroquiais, desde o período Colonial a Proclamação da República, pois essas são fontes essenciais para pesquisas sobre a sociedade desse período, haja vista que com os indícios históricos presentes nos registros, podemos compreender o cotidiano, a vivência, os hábitos e costumes da população. A importância dos registros paroquiais para pesquisas desse período não se dá apenas pela inexistência do Registro Civil¹³, mas também pela riqueza de informações contidas nas certidões de batismo, casamento e de óbito. No entanto, segundo Denise Demetrio, vale ressaltar que as informações encontradas nos assentos, até meados do século XVIII, eram restritas, ou seja, os registros em menor número e com informações menos detalhistas, principalmente se comparados aos registros do século XIX, período em que há um maior número de registros e

¹³ Embora sua origem remonte ao início do século XIX, o Registro Civil só se tornou instituição obrigatória em 1888 com a Lei do Registro Civil promulgada pouco antes da Proclamação da República.



com uma maior riqueza de detalhes. No caso da Freguesia de Nossa Senhora das Neves/Parahyba (atual João Pessoa), os registros mais antigos que estão disponíveis no acervo são datados do ano de 1833.

A partir dos resultados da pesquisa do projeto *Gente Negra na Paraíba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares* de PIBIC, dos anos de 2009 a 2011, coordenado pela professora Dra. Solange P. Rocha, foi elaborado um banco de dados dos registros de batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves/Parahyba do período de 1833-1860, fonte de diversos trabalhos acadêmicos como artigos e monografias, como as citadas acima. Deste modo, as informações contidas nos registros de batismo referentes aos anos de 1861 a 1870 estão sendo coletadas, com o intuito de analisar as relações familiares e as redes de sociabilidades na Freguesia de Nossa Senhora das Neves, com ênfase nas pessoas negras, sendo elas escravizadas, libertas e livres.

Nesse sentido, durante o ano de 2013, Larissa B. Dourado atuou como pesquisadora de Iniciação Científica e coletou dados dos assentos de batismo referentes aos anos de 1861 a 1863, nos quais foram identificados 1.109 registros de batismos. Em tais, assentos poderiam ser encontrados dados como: data do evento, nome do batizado, nome dos pais, filiação legítima ou natural, local de residência dos pais ou responsáveis, o nome de pelo menos um padrinho e uma madrinha e a assinatura do sacerdote, uma vez que, de acordo com Maria Bassanezi (2011), essas seriam as informações que deveriam constar nos assentos, pois era uma das orientações das normas estabelecidas pelo Concílio de Trento (1545-1563)¹⁴. No entanto, as informações variavam dependendo do vigário da Paróquia, uma vez que cada um tinha sua própria maneira de registrar os batismos. Logo, enquanto alguns registros fornecem uma riqueza de informações, em outros, os vigários são muito sucintos. Tal discrepância pode ser justificada devido à cor/origem racial e étnica e/ou condição jurídica (livre, liberta ou escravizada) do batizado e seus pais.

Como exemplo, podemos observar os registros de Selvino e de Zulina. Selvino¹⁵ foi uma criança branca e legítima nascida em 1861. Seus pais eram: Custódio Domingues dos

¹⁴ Com o surgimento e conseqüente expansão do protestantismo, o papa Paulo III convocou todo o corpo das doutrinas católicas na cidade de Trento em 1546, a fim de estreitar a união da Igreja e reprimir os abusos. Assim, no Concílio de Trento, os teólogos mais famosos do período elaboraram os decretos, que depois foram discutidos pelos bispos em sessões privadas e posteriormente promulgadas em sessão pública.

¹⁵ Livro de Batismo 4 – 1861, folha 84 no Arquivo Eclesiástico da Paraíba, doravante AEPB.



Santos e sua mãe, Dona Thereza Serafina dos Santos. Além dessas informações, no registro ainda contam os nomes dos avós paternos e maternos da criança, são eles: Manoel Domingues e Dona Custódia Francisca, e Antonio Moreira de Almeida Leal e Dona Lourença Izabel Javier de Miranda Henriques. Vale salientar que entre os registros de pessoas negras, sendo elas escravizadas, libertas ou livres, de cor preta, parda ou semibranca, nenhuma informação foi encontrada a respeito dos avós das crianças durante o período pesquisado. Além disso, no registro de Selvino ainda constam os nomes do padrinho e da madrinha, e uma observação, afirmando que os avós paternos eram naturais da Freguesia de Mindello, em Portugal, e a avó materna era natural do Rio Grande do Norte. Já no registro da parda Zulina¹⁶, nada consta sobre o pai, a condição jurídica, o tipo de filiação, a idade, e a madrinha da criança. As poucas informações contidas no assento de batismo de Zulina apontam apenas o nome da mãe, Anna Maria Conceição e do padrinho, Mamiliano Asceta d' Andrade. No entanto, é preciso enfatizar que só é válido pensar os assentos de pessoas negras como uma fonte de poucas informações se comparados aos assentos de pessoas brancas, visto que com os registros como de Zulina, muito se pode retirar de valioso para pesquisas, inclusive nos dados em que nada consta sobre determinada informação, pois muitas vezes é por meio das entrelinhas que hipóteses e teses podem ser elaboradas.

No período de 1861 a 1863, foram coletados 1.058 registros de batizados (as), sendo que predominou um equilíbrio sexual. Conforme podemos visualizar na tabela 1, houve uma pequena predominância do sexo masculino:

Tabela 1: Sexo dos Batizados 1861-63.

Sexo	N	%
Feminino	503	47,5%
Masculino	555	52,5%
Total	1.058	100%

Fonte: Livro de Registro de Batismo da Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1861-63, AEPB.

¹⁶ Livro de Batismo 5– 1862, folha 131, AEPB.



A condição jurídica indicava a situação social da pessoa batizada e, em geral, de seus parentes (biológicos e espirituais), uma vez que até 1889 o assento batismal era utilizado para se comprovar a condição jurídica dos indivíduos negros, que poderia ser denominado quando o sujeito era livre, liberto, ou escravizado. Tal informação era de suma importância para pessoas negras livres e libertas, uma vez que elas poderiam comprovar sua condição jurídica, numa situação em que tentassem escravizá-las ou reescravizá-las ilegalmente.

Em relação à condição jurídica dos batizados, percebeu-se que, na grande maioria dos registros, nada constava a respeito. A justificativa para a ausência da condição jurídica na maioria das crianças batizadas é de que o vigário só especificava essa condição quando a criança era negra e cativa e que, portanto, precisava escrever a condição da mesma no registro devido à sociedade escravista a que pertenciam. Além disso, quando as crianças eram brancas, subentendia-se que se tratava de uma pessoa livre, assim, o vigário não precisaria escrever sobre tal informação. Vale salientar, também, que as crianças herdavam sempre a condição jurídica da mãe.

Tabela 2: Condição jurídica dos batizados, 1861-63.

Cond. Jurídica	N	%
Livre	165	15,6%
Liberta/forro	5	0,5%
Escrava	126	12%
Exposta	6	0,5%
NC	756	71,4%
Total	1.058	100%

Fonte: Livro de Registro de Batismo da Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1861-63, AEPB.

A tabela 2 demonstra ainda que 15,6% das crianças eram livres e que 12% eram cativas, seguidas de 0,5% de crianças expostas, ou seja, “deixadas” na Igreja de Misericórdia, ou em residências citadinas. Geralmente, as províncias do “Norte” são consideradas por ter uma baixa presença de escravizados se comparadas a outras províncias do Brasil Imperial. No caso da Paraíba, esse fato está intimamente ligado ao lugar secundário na economia desde a



sua colonização e em relação ao quadro nacional, pois sempre esteve vinculada a Pernambuco. Essa ligação contribuiu para a manutenção de um cenário de pobreza para a maioria da população e atraso do seu crescimento econômico e urbano¹⁷. No entanto, o baixo percentual de escravizados na Paraíba nesse período¹⁸ não significará afirmar que existiam poucas pessoas negras nessa província, como demonstramos na tabela abaixo.

Tabela 3: "Cor"/ origem étnico-racial dos batizados, 1861-63.

"Cor"/origem étnico-racial	N	%
Branca	312	29,7%
Parda	530	50,4%
Preta crioula	90	8,6%
Crioula	1	0,01%
Preta da Nação Loanda	1	0,01%
Semibranca	75	7,3%
Índia	6	0,7%
Cabra	10	0,1%
Mameluca	1	0,01%
NC	32	3,17%
Total	1.058	100%

Fonte: Livro de Registro de Batismo da Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1861-63, AEPB.

Desse modo, percebemos uma maioria de crianças pardas, seguidas de crianças brancas batizadas na Freguesia de Nossa Senhora das Neves. Dessas crianças, apenas 40 delas não tiveram um padrinho ou madrinha, ou seja, aproximadamente 96,2% das crianças tiveram um(a) protetor(a) espiritual. Tal constatação mostra a presença e a importância do compadrio na Paraíba oitocentista, pois possibilitava a formação de uma rede de apoio, uma vez que o compadrio era um laço de parentesco espiritual que se formava a partir desse ritual religioso. Vale ressaltar que em muitos assentos, constam, como madrinha, nomes de santas, tais como:

¹⁷ GALLIZA, Diana Soares de. *O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

¹⁸ A partir da segunda metade do século XIX, a população escravizada da Paraíba entrou num processo de declínio, devido, sobretudo, à diminuição da renda da província, e ao tráfico interprovincial de escravos. Ver mais em: GALLIZA, Diana Soares de. *O declínio da escravidão*. Op. cit.



o de Nossa Senhora, Nossa Senhora das Neves, Nossa Senhora da Conceição, entre outras. No grupo das crianças negras, encontramos 25 assentos nos quais não há informações sobre os padrinhos, e 95 deles, nada consta sobre as madrinhas.

Chamamos atenção para as várias dominações no quesito “cor”/grupo étnico-racial dos assentos de batismo, em que aparecem denominações relacionadas à “cor”, quando são denominadas a partir da referência ao branco, por exemplo, quando o padre denomina a criança como semibranca, ou seja, que provavelmente chega próximo à cor branca, mas não é. Além dessa diversidade relacionada à, “cor”, também ressaltamos a presença de indígenas, apesar da pouca representação, em relação às crianças negras. Contudo, há que se destacar uma expressiva mestiçagem entre pessoas negras e brancas. Nesse estudo vão ser consideradas pessoas negras, as que constam nos registros como: parda, crioula, preta crioula, preta de nação Loanda e semibranca, visto que em uma sociedade escravista, apenas as pessoas brancas não partilhavam da possibilidade de escravização¹⁹. As outras pessoas viviam sob suspeição e há inúmeros casos na historiografia que mostram a escravização ilegal e a reescravização de indivíduos com ancestralidade africana.

Outra importante informação contida nos assentos de batismo diz respeito à situação conjugal dos pais. Nos registros de batismo, supomos quando os pais das crianças batizadas são casados ou não, de acordo com o tipo de filiação.

Tabela 4: Tipo de Filiação, 1861-63.

Tipo	N	%
Legítimo	670	63,4%
Natural	322	30,4%
Exposto	07	0,7%
NC	59	5,5%
Total	1.058	100,0%

¹⁹ Sugerimos consultar o estudo de Matheus S. Guimarães, intitulado *Famílias e laços de solidariedades negras: parentesco da população parda e semibranca da cidade da Parahyba do Norte (1833-1860)*, no qual o autor apresenta temas, tais como: a escravidão na historiografia brasileira, a cidade da Parahyba do Norte e as famílias e redes de compadrio entre a população negra da Parahyba, com ênfase nas pessoas pardas e semibrancas. Ver: GUIMARÃES, Matheus Silveira. *Famílias e laços de solidariedades negras: parentesco da população parda e semibranca da cidade da Parahyba do Norte (1833-1860)*. João Pessoa, TCC (Monografia), UFPB, 2013.



Fonte: Livro de Registro de Batismo da Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1861-63, AEPB.

Nesse sentido, nos casos em que as crianças foram registradas como “legítimas”, entende-se que são filhos/as de pais casados, e quando contrário, aparecem como crianças “naturais”²⁰. Ademais, Demetrio demonstra a importância que a Igreja tinha em registrar quando os pais das crianças eram casados ou não. Sidney Pereira da Silva (2008) destaca algumas suposições para justificar esse grande número de crianças “naturais” no Brasil, questão que abordaremos adiante no presente texto. A principal delas refere-se às dificuldades em realizar o casamento, seja pela taxa cobrada pela igreja, ou pela exigência de apresentação de vários papéis para a realização do mesmo. Como exemplo, apresentamos a família da escrava Delfina, mãe das crianças, também escravizadas, Mariana²¹ e Manoel²². Ambas as crianças tiveram a sua cor denominada, pelo pároco, como “parda escura”, e toda essa família era pertencente à proprietária D. Maria Serrana. Além disso, os registros apontam que as crianças eram do tipo de filiação “natural”, a qual demonstra que a mãe não era casada perante a Igreja. Além disso, as duas crianças foram batizadas pelo mesmo padrinho: Pelegrino Antonio de Oliveira. Uma pesquisa foi realizada nos registros, a partir do nome do padrinho e da proprietária dos escravizados, a fim de elaborar uma maior rede de sociabilidades; no entanto, constatamos que ambos só aparecem nos registros desses dois assentos. Assim, supomos que D. Maria Serrana fosse proprietária de poucos escravizados.

Apesar do alto número de filhos “naturais”, as crianças “legítimas” constam na maioria dos registros, como é o caso da família de Jovina, casada com João, e mãe de Theodorico²³ e Francisca²⁴, todos pretos crioulos e escravizados de Francisco Xavier d’ Abreu, branco e viúvo. Theodorico, de dois meses, teve como padrinho o tenente-coronel Manoel Joaquim de Oliveira, e Francisca, de 3 anos, teve como padrinho, Joaquim, escravo do coronel referido. Ambas as crianças tiveram como madrinha Manoela Maria da Conceição.

²⁰ Entendemos que nesse período e, principalmente, entre as pessoas pobres e negras existiam as uniões consensuais, que não eram vistas pela igreja católica como um casamento de fato, pela ausência do ritual religioso. No entanto, não trataremos, nesse momento, desse tipo de relação.

²¹ Livro de Batismo 4– 1861, folha 91, AEPB.

²² Livro de Batismo 4– 1861, folha 91, AEPB.

²³ AEPB- Livro de Batismo 4– 1862, folha 128.

²⁴ AEPB- Livro de Batismo 4– 1862, folha 128.



Nos registros de 1863, também encontramos o registro do preto crioulo José²⁵, filho “legítimo” dos pretos Ignacio e Clara, escravos do mesmo tenente-coronel. A criança foi liberta em pia batismal e apadrinhada por Vicente do Rego Toscano de Brito e sua mulher D. Aquilina Ascioles d’ Albuquerque e Brito. Vale salientar que o padrinho era um homem importante na sociedade paraibana oitocentista, uma vez que atuou, na década de 1860, como político. Teve, pelo menos, um mandato como deputado provincial da Paraíba, entre os anos de 1868 e 1869. Realizando o cruzamento dos registros, verificamos que havia uma aproximação entre o tenente-coronel e Vicente do Rego Toscano de Brito, pois, além do registro referido, encontramos um assento no qual o filho de Toscano de Brito, Fellipe²⁶, foi batizado no oratório particular do tenente-coronel Manoel Joaquim de Oliveira, e o mesmo juntamente com a mulher D. Joanna Batista Asciole de Oliveira foram padrinhos do filho de Toscano de Brito.

Após a análise dos dados acima, foi possível realizar um recorte específico para população negra desse período. Assim, foram elaborados quadros comparativos de cada ano pesquisado. No ano de 1861, em 199 dos registros as crianças eram negras, ou seja, 68,3% do total de crianças batizadas nesse ano; no ano de 1862, 275 registros apresentavam os batizados e as batizadas como negros, 65,1%; e em 1863, 223 crianças negras, em média, 64,8%. Durante os três anos referidos, o sexo das crianças batizadas foi balanceado, como apresento a seguir.

Tabela 5: Sexo dos Batizados negros, 1861-63.

Ano	1861	1862	1863
Feminino	107	143	103
Masculino	92	132	120
Total	199	275	223

Fonte: Livro de Registro de Batismo da Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1861-63, AEPB.

Em relação à condição jurídica, notamos que na maioria dos registros dos três anos, nada consta sobre esse dado. Entre os registros que contêm essa informação, percebe-se que

²⁵ AEPB-Livro de Batismo 5– 1863, folha 10.

²⁶ AEPB-Livro de Batismo 5– 1863, folha 8v.



no ano de 1861 existiam mais crianças cativas batizadas do que crianças livres e libertas. Já nos anos de 1862 e 1863, as crianças negras livres superam os registros de crianças cativas batizadas na Freguesia de Nossa Senhora das Neves, conforme a tabela 6.

Tabela 6: Condição jurídica dos batizados negros, 1861-63.

Ano	1861	1862	1863	TOTAL
Livre	12	79	68	159
Liberta	1	0	4	05
Escrava	30	51	36	117
Exposta	1	1	2	04
NC	155	144	113	412
Total	199	275	223	697

Fonte: Livro de Registro de Batismo da Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1861-63, AEPB.

Durante o período pesquisado, em todos os anos, seja em 1861, 1862 ou 1863, o número de crianças negras “legítimas” foi superior ao tipo de filiação “natural”. Há também registros em que nada constava sobre o tipo de filiação das crianças. Entre esses registros, ou seja, em que não há informações sobre os pais da criança sendo casados ou não, ou se os(as) filhos (as) eram “legítimos(as)” ou “naturais”, pressupõe-se que as mães são solteiras. De acordo com Demetrio,

Se era importante designar os pais solteiros [...], acreditamos que aqueles casais que os padres não declaravam serem ou não casados, o eram de fato, já que nota-se uma preocupação maior em declarar que eram solteiros do que serem casados. Para a sociedade católica era mais interessante não deixar que pais solteiros passassem por casados, do que ao contrário²⁷.

As crianças expostas também estão presentes nos livros de batismo, apesar do pequeno número, apenas 04, como mostra a tabela 7, na qual consta também a filiação das outras

²⁷ DEMETRIO, Denise Vieira. *Assentos de Batismo de escravos: crítica às fontes e metodologia*. Disponível em <http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/critica_as_fontes_e_metodologia.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2013.



crianças negras.

Tabela 7: Tipo de filiação e condição jurídica dos batizados negros, 1861-63.

Ano	1861	1862	1863	TOTAL
Legítima	112	157	130	399
Natural	79	92	81	252
Exposta	01	02	03	04
NC	07	24	11	42
Total	199	275	223	697

Fonte: Livro de Registro de Batismo da Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1861-63, AEPB.

Fez-se necessário realizar também uma comparação dos tipos de filiação entre as condições jurídicas das crianças negras. Nesse sentido, chegamos à conclusão que apenas as crianças escravas têm a filiação do tipo natural como maioria (ver a tabela 8). Esse fato ocorria por motivos variados, como a dificuldade em realizar o casamento, seja pela taxa cobrada pela igreja, seja pela exigência de apresentação de vários documentos para a realização da cerimônia do matrimônio mesmo ou porque os escravizados antes de qualquer coisa tinham que pedir permissão ao seu proprietário. Vale salientar ainda que o fato de as crianças serem batizadas como naturais não quer dizer que as mães das mesmas fossem solteiras, pois devido às dificuldades demonstradas anteriormente algumas famílias²⁸ foram formadas, mas não deixaram evidências históricas, por não terem seguido o padrão idealizado pela sociedade da época.

²⁸ Sobre as famílias escravas, consultar o excepcional livro de Robert W. Slenes: SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.



Tabela 8: Tipo de filiação por condição jurídica das crianças negras, 1861-63.

	Legítimo	Natural	NC	Ex	Total
Condição Jurídica					
Escravos	10	75	32	-	117
Livres	99	62	1	-	159
Libertos	3	1	1	-	5
NC287	287	117	7	1	412
Expostos	-	-	1	3	4
Total	416	270	43	4	697

Fonte: Livro de Registro de Batismo da Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1861-63, AEPB.

Na tabela 8, fica evidente que na maioria dos registros nada consta sobre o tipo de filiação das crianças negras (412 assentos). Percebe-se, também, um pequeno número de crianças libertas nesse período. Apenas seis crianças foram batizadas como forras, sendo quatro do sexo feminino e dois do sexo masculino. Cinco mães das seis crianças libertas eram escravas, e uma nada constava sobre sua condição. A criança herda a condição jurídica da mãe, e essas crianças foram registradas como libertas; logo, ganharam liberdade pelas seguintes estratégias: quatro das seis crianças receberam liberdade em pia batismal²⁹, em um registro consta que uma carta foi levada para o vigário comprovando que a proprietária concedia a liberdade da criança por 180 mil réis³⁰, e em um caso nada consta sobre a conquista da liberdade da criança batizada³¹.

No período pesquisado, apenas uma mãe aparece com a condição jurídica de forra. Trata-se da crioula Antonia Maria de Brito, cujo filho batizado foi Bernardino, de cor parda, natural, e que nada consta sobre a condição jurídica e o nome de seu pai. Vale ressaltar que o vigário deixou explícito nesse assento de batismo que a mãe era solteira³².

Por fim, tratando-se de estudos em documentos paroquiais, é importante salientar que as pesquisas realizadas a partir dessas fontes devem ser construídas com cuidado. Isso porque

²⁹ Livro de Batismo 4 – 1861, folha 98; Livro de Batismo 6 – 1863, folha 9v; Livro de Batismo 5 – 1863, folha 10; Livro de Batismo – 1863, folha 25, todos no AEPB.

³⁰ Livro de Batismo 5 – 1863, folha 11, AEPB.

³¹ Livro de Batismo 4 – 1861, folha 81, AEPB.

³² Livro de Batismo 4 – 1861, folha 86, AEPB.



nesses registros, podem-se encontrar uma mesma mãe e/ou um mesmo pai para mais de um filho batizado, por esse motivo não é válido levar os dados quantitativos “ao pé da letra”. Assim, de acordo com Denise Demetrio,

O número quantitativo nominal que não se repete é o número de batizados, já que ninguém era batizado duas vezes. As outras categorias (pai, mãe, padrinhos, madrinhas e proprietários) se repetem e assumem diversos papéis durante o período tratado. Então os números aos quais nos referimos no trabalho dizem respeito à quantidade de registros e não de pessoas³³.

Outra fonte pesquisada nesse projeto são os Relatórios de Presidente de Província da Paraíba. Até o momento, notamos que a população negra é destacada nas informações envolvendo questões policiais e também quando são relatadas fugas, suicídios ou assassinatos, como no relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Dr. Francisco d'Araujo Lima em que afirma que “O assassinato perpetrado a 18 de abril no termo de Souza na pessoa de José Alves de Oliveira por um seu escravo de nome Ildefonso, que foi logo preso e processado. Consta já ter respondido ao júri de 25 de junho e foi condenado à morte”³⁴. Tal relato comprava a resistência por parte dos escravizados que, não raramente, atacavam seus senhores.

O mundo do trabalho foi frequentemente abordado na década de 1860. Sendo que a população negra aparece nas questões relacionadas à agricultura, como quando o presidente de província reclama da “falta de braços” escravos para melhorar as produções. Além disso, no referido relatório do Dr. Francisco d'Araujo Lima é apresentado o recenseamento de 1852, o qual aponta a presença da população escrava. De acordo com o relatório, em 1852, das 202.500 “almas” da província, 28.000 eram escravas.

Salientamos que esta pesquisa tem continuidade no nível de mestrado e temos procurado ampliar as fontes e os conhecimentos sobre as mulheres negras e o tráfico interprovincial na Paraíba Imperial, assim como as suas alianças, arranjos familiares e

³³DEMETRIO, Denise Vieira. *Assentos de Batismo de escravos*. Op. cit.

³⁴ Disponível em Paraíba: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADBa>.

Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo exm. sr.dr. Francisco d'Araujo Lima na abertura da sessão ordinaria de 1863. Parahyba, Typ. Parahybana, [n.d.], pg. 11.



parentescos espirituais e, buscamos, assim, contribuir com os estudos acerca da sociedade escravista oitocentista.

Ademais, com as análises das fontes paroquiais, evidenciamos a importância e as ricas informações que podem ser extraídas dos registros de batismo. Assim, através dos dados explícitos e implícitos dessa fonte, foi possível analisar os arranjos familiares existentes na sociedade oitocentista em que a criança negra batizada estava inserida. Percebemos que a maioria das crianças negras eram “legítimas”. Porém, é relevante destacar que a maioria das crianças negras cativas eram “naturais”. Sobre a condição jurídica, na maioria dos registros da Freguesia Nossa Senhora das Neves, nada constava sobre essa informação, porém, supõe-se que eram livres. Em relação às crianças libertas, verifica-se que poucas crianças foram libertadas em pia batismal, apenas cinco. Logo, considerando as análises das fontes paroquiais e das conclusões obtidas até o momento, foi possível verificar a complexidade da sociedade paraibana no referido período, reforçando assim a necessidade de novas pesquisas em relação à população negra, principalmente por ser essa uma inquietação muito recente da historiografia brasileira e paraibana. Tais pesquisas devem atingir não somente um caráter quantitativo, como qualitativo no estudo sobre a população negra da Paraíba.

Fontes Primárias

Livro de Batismo 4 e 5(1861-1863) – AEPB.

CENTRO de Pesquisas Bibliográficas, Relatórios de Presidentes de Províncias (1830-1930). Relatórios dos Presidentes de Província. Ano: 1863. Disponíveis em Paraíba: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>>. Acesso em: julho de 2014.

Bibliografia

BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: LUCA, Tania Regina; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.



CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DEMETRIO, Denise Vieira. *Assentos de Batismo de escravos: crítica às fontes e metodologia*. Disponível em <http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/critica_as_fontes_e_metodologia.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2013.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FARIA, Sheila de Castro. Damas mercadoras. As pretas minas no Rio de Janeiro (século XVIII a 1850). In: SOARES, Mariza de Carvalho (Org.). *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 2007.

FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; MOREIRA, Carlos Eduardo de Araújo (Orgs.). *Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

GALLIZA, Diana Soares de. *O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

GUIMARÃES, Matheus Silveira. *Famílias e laços de solidariedades negras: parentesco da população parda e semibranca da cidade da Parahyba do Norte (1833-1860)*. João Pessoa, TCC (Monografia), UFPB, 2013.

HOBBSAWM, Eric. A história de baixo para cima. _____. *Sobre História: Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 216-231.

LIMA, Igor de, SILVA, Patrícia Garcia Ernando da. In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). *Paleografia, Documentação e Metodologia Histórica*. São Paulo: Humanitas, 2010.

LIMA, Maria da Vitória B. *Liberdade Interditada, liberdade reavida: escravos e libertos na Parahyba escravista (século XIX)*. Brasília: FCP, 2013.

MATTOS, Hebe. História e Movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; RONALDO, Vainfas (Orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOTT, Maria Lucia de Barros. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988, p. 216-231.

NASCIMENTO FILHO, Carmelo Ribeiro; ROCHA, Solange P. da. Inventário das fontes do Arquivo Eclesiástico da Paraíba e suas virtualidades para o estudo da população negra da Paraíba oitocentista. *Anais do XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB*. Cajazeiras, UFCG, 2006, p.1-7.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. *As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2012.



ROCHA, Solange Pereira. *Na trilha do feminino: condições de vida das mulheres escravizadas na Província da Paraíba, 1828-1888*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. Historiografia recente da escravidão brasileira. In:_____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: EDUSC, 2001.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 2011.

SILVA, Sidney Pereira. *Os registros de batismo e as novas possibilidades historiográficas*. Disponível em <http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=53>. Acesso em: 26 abr. 2013.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.



Construindo a parentela: negros e índios lutando por visibilidade no Rio Grande do Norte imperial¹

Genilson de Azevedo Farias²

RESUMO

Durante muito tempo, os estudos a cerca da família em nosso país estiveram centrados nas preocupações de antropólogos e sociólogos sendo somente a partir da década de 80 que ele passou a ganhar o interesse de historiadores e de outros profissionais. Nos dias de hoje os debates acerca da família no Brasil adquire papel preponderante, sobretudo pelos novos arranjos familiares que estão se gestando (SCOTT, 2009). Estudos comprovam que nos últimos 20 anos, não existe um modelo hegemônico de família em nosso país, hoje as configurações destoam do tradicional pai, mãe e filhos chegando até as novas estruturas tais como pais e mães solteiros que criam os filhos, a criação por avós maternos e paternos, tios e tias e padrinhos e madrinhas. Nesse sentido, não podemos falar em família no singular, mas no plural. Todavia este ainda é uma temática bastante polêmica, sobretudo quando envolve casais LGBTs e suas reivindicações pelo direito de adoção. Nesse sentido, a partir da nossa pesquisa de mestrado que foi centrada na trajetória da escritora norte-rio-grandense e afro-brasileira Auta de Souza (1876-1901), identificamos que desde a colônia outros modelos de família já existiam tais como as famílias escravas rompendo totalmente com a noção de exclusividade do modelo de família patriarcal formulado por Gilberto Freyre. E assim, a partir de uma história social da cultura, trazemos para o centro da discussão, a família de Auta de Souza, família esta tipicamente patriarcal onde sujeitos marginalizados (índios e negros) foram paulatinamente se inserindo e ganhando notoriedade social através de diversas estratégias em uma sociedade elitista e excludente.

Palavras-chave: Auta de Souza (1876-1901), Família patriarcal, Sujeitos marginalizados.

The build-kindred: black indians and fighting for visibility in Rio Grande do Norte imperial

ABSTRACT

For a long time, studies about the family in our country were focused on the concerns of anthropologists and sociologists being only from the 80's that went on to win the interest of historians and other professionals. Today the debates about the family in Brazil acquires

¹ Recebido em: 30 de setembro de 2015. Aceito para publicação em: 13 de janeiro de 2016.

² Aluno do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Graduado em História nas modalidades de bacharel e licenciado pela mesma universidade. Atualmente também é bolsista Capes. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7285349164640652>.



leading role, especially with the new family arrangements that are gestating. Studies show that the last 20 years, there is no hegemonic family model in our country, today the family settings clash with the traditional model of father, mother and children, coming to the new structuring such as single parents who raise children, creating for grandparents maternal and paternal, aunts and uncles and godparents. In this sense, we can not talk about family in the singular, but plural. However this is still a very controversial issue, especially when it involves LGBT couples and their demands for the right to adoption. In this sense, from our master's research was focused on the trajectory of North riograndense writer and african-Brazilian Auta de Souza (1876-1901), we found that since colonial times other family models already exist such as the slave families breaking fully with the notion of exclusivity of the patriarchal family model formulated by Gilberto Freyre. And so, from a social history of culture, bring to the center of the discussion, the Auta de Souza's family, typically patriarchal, where marginalized subjects (Indians and blacks) have gradually entering and gaining social notoriousness through various strategies in an elitist and exclusionary society.

KEYWORDS: Auta de Souza (1876-1901), Patriarchal Family, Marginalized subjects.

Introdução

O presente trabalho é um desdobramento da nossa pesquisa de mestrado defendida em março de 2013, intitulada: *Auta de Souza, “a poeta de pele clara, um moreno doce”*: *Memória e cultura da intelectualidade afrodescendente no Rio Grande do Norte*. Nesta pesquisa, buscamos entender como que no seio do processo de construção de uma história oficial e de uma memória coletiva para o Rio Grande do Norte por intelectuais se silenciou a ancestralidade negra e também indígena da poeta mais (re)conhecida do Estado³.

No entanto até chegarmos a entender esse processo, foi necessário fazer uma reconstituição genealógica para identificarmos quais os personagens que nessa trama haviam

³ Para os que tiverem interesse em aprofundar os estudos acerca da poeta Auta de Souza, indicamos os trabalhos da professora Ana Laudelina Ferreira Gomes, tais como sua tese de 2000 e tantos outros trabalhos seus mais atuais. Também indico nossa própria dissertação FARIAS, Genilson de Azevedo. *Auta de Souza, a poeta de “pele clara, um moreno doce”*: memória e cultura da intelectualidade afrodescendente no Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2013; e _____. Auta de Souza no espaço público da imprensa e da literatura brasileira oitocentista. *Caravela* – Revista de literatura potiguar. v. 1. n. 1. Natal: Caravela Selo Cultural. Out. de 2015; _____. Auta de Souza (1876-1901): uma experiência do Atlântico Negro. In: GOMES, Ana Laudelina Ferreira (Org.). *Festins de Seda: O Festival Mythos-logos do Imaginário e outras inventices de inspiração bachelardiana*. Natal: EDUFRN, 2016 (No prelo).



legado à Auta de Souza, bem como aos seus irmãos Henrique Castriciano e Eloy de Souza, os traços diacríticos que lhe eram peculiares haja vista que seus irmãos também eram mestiços. Durante esse processo, identificamos uma família tipicamente patriarcal nos moldes freyreanos, formada pelo *pater familias* e toda uma série de dependentes, escravos e agregados ligados entre si por uma extensa rede de obediência, servidão, casamentos, apadrinhamentos onde aparecem sujeitos marginalizados que conseguem adquirir visibilidade e projeção.

Nesse sentido, foi através dos nossos estudos sobre Auta, que conseguimos abrir novas frentes para estudarmos a história da escravidão no Rio Grande do Norte, a história da família brasileira e seus rearranjos ao longo da história a partir de um caso específico tal como sugere a história social da cultura. Ao mesmo tempo, também conseguimos visualizar a luta de homens e mulheres do passado que ocupavam posições de subalternidade e suas lutas por espaço em meio a uma sociedade fortemente marcada pela força das hierarquias e do paternalismo⁴.

Ao fazermos esse exercício, salientamos que a maior dificuldade em reconstruir a trajetória de sujeitos provenientes das classes marginalizadas como afirmou Russel-Wood (2005) é a escassez de documentação escrita ou material produzida por eles tais como diários, memórias, reminiscências, diários íntimos, cartas e relatos de família, e se havia, o que é pouco provável, sucumbiu à ação do tempo ou ao desaparego e descuido daqueles que deles tinham a guarda. Além disso, deve-se ter em mente que a documentação de origem oficial raras vezes faz menção à presença destes sujeitos e quando faz, é de forma bastante sutil, quase sempre nas páginas policiais como em alguns Relatórios de Presidente de Província.

Russel-Wood (2005) também salienta para a tradição historiográfica que sempre privilegiou a trajetória dos “grandes homens” como políticos e renomadas figuras oriundas de famílias das elites colonial e imperial do nosso país. Só há algum tempo, mais ou menos 30 anos é que sujeitos comuns e sem visibilidade, vem ganhando força e nesse âmbito incluem-

⁴ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das letras. 2003.



se pessoas do povo, operários, trabalhadores, soldados, humildes missionários, mulheres, e não menos importante os indivíduos de origem asiática, cigana, judia, ameríndia e negra.

Vale salientar que muito da emergência de novos sujeitos nos estudos se dá devido à renovação historiográfica proporcionada pela história social da cultura que focaliza a cultura a partir dos sujeitos históricos e a partir de sua diversidade. Este campo do saber foca os confrontos culturais em diferentes espaços e práticas sociais e nisso abre-se a possibilidade para a centralidade de se pensar as diferentes configurações familiares na sociedade brasileira e em nossa cultura. Sendo assim, é nessa seara que nosso trabalho se insere.

Em nossa pesquisa, além dos Relatórios de Presidentes de Província e de impressos tais como *A Ordem*, utilizamos como fontes principais os escritos de Eloy de Souza em seu livro *Memórias* (1975), a Nota escrita por Henrique Castriciano para a segunda edição do *Horto* (1911) e a biografia *Vida Breve de Auta de Souza* (1961) escrita por Câmara Cascudo. Nessas fontes, cada autor a seu modo, se esforçou em construir uma dada representação para a escritora Auta de Souza, mas também proporcionaram a visualização de um contexto de dominação social através de um contexto familiar e espacial específico.

A Província do Rio Grande do Norte e Macaíba nos Oitocentos: o cenário da nossa história

Segundo (GOMES, 2000), as origens de Macaíba, que dista apenas 18 Km de Natal, capital do Rio Grande do Norte, estiveram intrinsecamente ligadas aos antepassados de Auta de Souza. Ligação estreitada entre o seu bisavô paterno, o pernambucano Francisco Bandeira de Melo e o genro deste, Fabrício Gomes Pedroza ambos vindos de províncias vizinhas e que eram radicados na região, possuindo negócios relacionados à agropecuária e ao comércio.

Até a primeira metade do século XIX, Coité foi um sítio de terras férteis de plantar e criar gado cuja grande parte era de propriedade do avô de Auta. A partir da década de 1850, as províncias nortistas passaram por muitas mudanças no aspecto econômico devido a



conflitos bélicos nos Estados Unidos que cortaram o abastecimento de algodão para as fábricas têxteis européias⁵.

Os efeitos desta crise externa ressoaram de forma positiva no Rio Grande do Norte, o qual passou a exportar a preciosa matéria-prima para os mercados ingleses, momento este em que a vila do Coité, futura Macaíba passou a atuar como entreposto comercial por estar localizada no centro das estradas que se destinavam aos grandes centros produtores de algodão, cereais e de açúcar⁶.

A posição ocupada por ela atraiu a migração de muitos negociantes e famílias inteiras, famílias estas que vinham das províncias vizinhas esperançosas de melhorarem de vida através dos empreendimentos que a cidade proporcionava. Em pouco tempo, a vila do Coité atingiu visibilidade dentro da Província, passando a se chamar Macaíba por sugestão de Fabrício Gomes Pedrosa, tendo ele também fundado a cidade, o qual neste contexto já estava adquirindo posição de liderança⁷.

Macaíba oferecia uma série de fatores positivos ao desenvolvimento do comércio, chegando, inclusive, a ser cogitada a mudança da sede da Província do Rio Grande do Norte que era em Natal para ser em Macaíba conforme os dados disponíveis nos Relatórios de Presidentes de Província da época. Todavia, o projeto de mudança da capital com o tempo foi deixado de lado. Mas o fato é que por muitos anos, Macaíba gozou de status de capital honorária e econômica da Província, atraindo distintas famílias, personalidades como Francisco de Paula Rodrigues, futuro avô materno de Auta e o interesse de empresários das localidades vizinhas. Estes se instalaram em torno de seu porto de águas fluviais e do seu comércio de açúcar e algodão.

⁵ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. 3. ed. Natal: Cooperativa cultural. 2009. Entre os anos de 1860 e 1865, ocorreram conflitos nas ex-colônias inglesas deflagrando a Guerra de Secessão. Com este conflito, a produção norte-americana se desestruturou, cortando o abastecimento para a indústria têxtil européia, sobretudo a inglesa, crise esta denominada “cottonhunger”. Ela foi determinante para que ocorresse grandes modificações no ambiente rural do Nordeste brasileiro, favorecendo em grande medida a produção algodoeira a qual se adequou perfeitamente ao clima e solo desta região. TAKEYA, Denise Monteiro. *Um outro Nordeste: algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)*. Fortaleza: BNB, 1985.

⁶ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. Op. Cit.

⁷ RODRIGUES, Wagner do Nascimento. *Potengi: fluxos do rio Salgado no Século XX*. Natal: Sebo Vermelho, 2003.



Em termos culturais esta sociedade era fortemente marcada pelo domínio masculino representado pelo poder e autoridade inquestionáveis do pai-senhor. Além disso, pautava sua forma de pensar e agir baseado numa pretensa superioridade branca. Sendo assim, é importante deixar claro que foi nessa sociedade em que sujeitos marginalizados emergiram sendo relevante trazê-los à tona. Vale salientar que suas atuações se deram sobretudo, num contexto em que as amarras da escravidão no Brasil se rompiam paulatinamente. Todavia, a exclusão contra os remanescentes africanos e índios e seus descendentes permanecia e ganhava força respaldada em teorias científicas de cunho racial trazidas da Europa.

Escravidão, Trabalho e ascensão social: retratos de família

Segundo a professora Solange Rocha, na Paraíba oitocentista, muitas foram as experiências e as estratégias utilizadas pelos negros para viverem num contexto escravista. Assim ela nos diz:

Uns viviam em cativeiro ou vivenciavam a experiência de ser quase libertos e lutavam para consolidar a liberdade; outros eram livres e tiveram acesso à propriedade privada, à educação superior, com atuação política, respeito público, mas, sem dúvida, poucos conseguiram usufruir desta última condição social. A maioria de mulheres e homens negros, escravos e não-escravos da Paraíba teve de empreender inúmeras estratégias para sobreviver na sociedade escravista do século XIX⁸.

Na Província do Rio Grande do Norte, podemos afirmar que tal realidade não diferiu, a qual também passou pelo mesmo processo de diminuição da população cativa ao longo do século XIX, sobretudo a partir da segunda metade deste século.

PORCENTAGEM DE ESCRAVOS NA POPULAÇÃO TOTAL

ANOS	TOTAL	ESCRAVOS	%
1805	49.250	5.768	11,7
1835	87.931	10.240	11,6

⁸ ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009, p. 87.



1844	149.072	18.153	12, 2
1872	233.979	13. 020	5,6

TABELA 1: Porcentagem de escravos na população total.

Na tabela acima é possível visualizarmos os números acerca da população escrava na Província do Rio Grande do Norte em relação à população total⁹. A partir dos números, percebemos que a população escrava que havia diminuído por ocasião da seca de 1845, aumentou nos anos de 1860, voltando a decair drasticamente no início da década de 1870. Como indicadores deste decréscimo observamos, sobretudo, o fim do tráfico internacional África-Brasil em 1850 e a intensificação do tráfico interprovincial que destinava uma grande quantidade de escravos das zonas canavieiras e algodoeiras nortistas para o trabalho nas lavouras das outras províncias, sobretudo as de café do Centro-Sul, atual região Sudeste.

Com a grande seca ocorrida em 1877, o tráfico aumentou ainda mais, uma vez que muitos proprietários rurais do Nordeste neste contexto de crise se desfizeram de seus últimos escravos. Alguns já bastantes idosos, doentes e debilitados para o trabalho braçal e que representavam mais perdas do que lucros dentro da realidade do trabalho compulsório, fato este que levou os senhores dos municípios sertanejos de Mossoró (1883), Assu (1885), Caraúbas (1887), e Augusto Severo (1887) a libertarem seus cativos antes da Lei Áurea¹⁰.

Com isso, houve uma nova configuração nas relações de trabalho que passou a vigorar nas propriedades dos grandes senhores de terra, de fazendas e de gado de forma geral. As dificuldades dos senhores em obter mão-de-obra escrava para suas fazendas obrigaram-os a tomar outras medidas para substituir e repor esses trabalhadores que se esvaíam para outros portos de produção agrícola¹¹. Foi a adoção de homens livres pobres entre os quais incluíam-

⁹ Fonte dos números: Carta do capitão-mor do Rio Grande do Norte José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque ao Príncipe Regente D. João, em 1806, Projeto Resgate Barão do Rio Branco; LYRA, A. Tavares de. Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil, p. 471-473; Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil, p. 144. (MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. Op. Cit., p. 114).

¹⁰ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. Op. Cit.

¹¹ A respeito da movimentação do tráfico interprovincial de escravos, bem como das novas configurações de vida que ele ensejava, das distintas experiências vividas pelos cativos, seus rearranjos familiares, de sociabilidade, anseios de liberdade e de trabalho, indicamos: MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil - Século XIX)*. 3. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. Sobretudo o capítulo 2, *Sob o jugo do cativo* incluído na primeira parte, o qual é baseado em processos crimes e cíveis.



se os negros, índios, mestiços e toda uma parcela da população marginalizada a medida mais emergente encontrada pelos grandes fazendeiros.

No espaço agrário e pastoril em que o Rio Grande do Norte estava imerso na primeira metade do século XIX foi que viveu e atuou Félix José de Souza, ou Félix do Potengi Pequeno, o avô paterno de Auta de Souza. Sobre ele, existem poucas informações, sobretudo documentais, o pouco que sabemos devemos a Eloy de Souza em seu livro *Memórias* (1975) que registrou e a Câmara Cascudo no livro *Vida Breve de Auta de Souza* (1961) que divulgou muito do que Eloy já havia escrito antes, sem o publicar, e inseriu mais elementos ao que Eloy já havia registrado¹². Segundo Cascudo, José Félix nasceu no engenho Ferreiro Torto às margens do Rio Potengi.

Devido à falta de documentos, não se sabe se Félix era negro, mestiço, preto, pardo, africano ou crioulo conforme a terminologia apresentada na documentação daquela época segundo o estudo da professora Hebe Maria Mattos (2013). Todavia, Câmara Cascudo o caracteriza como “escuro” e possivelmente descendente de escravos fugidos do litoral como tantos outros que se embrenhavam pelos sertões da época onde se abrigavam e se dedicavam a pastorícia¹³. Eloy de Souza, neto de Félix por sua vez, diz em suas memórias que o avô era negro.

Independente destas correntes, acreditamos que José Félix foi um homem pobre livre, descendente de escravos e que conseguiu adquirir o respeito da comunidade em que vivia

¹² Vale deixar claro que, conforme salientou Ana Laudelina Gomes (2000), embora o texto mais conhecido sobre Auta seja o de Câmara Cascudo (1961), ele foi quase todo baseado no de Eloy de Souza (1975). Ainda segundo a cientista social, cotejando os dois textos, é visível a presença da escrita de Eloy no texto de Cascudo o qual foi publicado em 1961 seis anos antes que o de Eloy que foi publicado só em 1975.

¹³ CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Cidade do Natal*. Natal: IHGRN, 1980. De acordo Caio Prado Júnior (1996), A produção de gado vaccum se alastrou, “recalcada para o íntimo dos sertões”, como resposta à necessidade do consumo crescente de carne das zonas litorâneas produtoras de açúcar e mais tarde das minas. Esta atividade obteve tamanha expressividade pela facilidade de adaptabilidade às áridas paragens da região, os baixos custos para se fixar as instalações sumárias de uma fazenda de criação e o reduzido número de pessoal para o trabalho, sendo mais comum a mão-de-obra de mestiços, de índios, mulatos e pretos na terminologia da época. Neste âmbito vale ressaltar o trabalho do vaqueiro que recebia ¼ das crias do dono da fazenda depois de decorridos cinco anos. Nesse sentido, o vaqueiro recebia uma soma considerável de animais, com os quais poderia estabelecer um negócio próprio. As fazendas de gado também forneciam a carne-seca conhecida como carne do ceará e ainda uma gama de subprodutos tais como leite, queijo de coalho, manteiga e coalhada que eram consumidos pelo vaqueiro e sua família. Por fim havia também os derivados do couro, tais como couros salgados, curtidos, solas, selas e vaquetas produtos estes que configuram-se nos nossos dias enquanto definidores da cultura e da história do homem sertanejo.



assim como poucos dentro da sociedade brasileira da época. Foi na pequena vila do Coité, que seu exímio trabalho de vaqueiro chamou atenção dos senhores de fazenda e engenho.

Segundo Cascudo, Félix “trazia o lote unido e manso no domínio do abôio que se desenrolava no ar como uma fita melódica de sugestão magnética. No coice ou na guia da boiada ninguém o igualava”¹⁴. Como sua atuação na lida com o gado despertava admiração da comunidade em que morava, o vaqueiro Félix passou a trabalhar na administração das fazendas do coronel Francisco Bandeira de Melo onde passou a cuidar dos rebanhos e a negociar com distintos senhores nas províncias do Piauí, Ceará e Pernambuco¹⁵.

Por sua destreza com as reses que levava pelas estradas-das-boiadas aos principais pontos de comércio e cuidado com o dinheiro que recebia dos negociantes na primeira metade do século XIX fez o coronel Francisco Bandeira de Melo perceber que valia muito a pena fazer daquele homem simples dos sertões, um membro efetivo de sua família¹⁶.

Segundo Eni de Mesquita Samara, já há anos que o campo de estudos da família vem crescendo no Brasil. Para a estudiosa, este tema permaneceu restrito por muito tempo à guisa de antropólogos e sociólogos sendo a partir da década de 80 que ele veio ser contemplado com maior afinco por historiadores e profissionais de outras áreas¹⁷. No nosso país, o modelo de família que convencionou-se enquanto padrão, foi o resultado da transplantação da família portuguesa ao nosso contexto colonial. Modelo este denominado de “patriarcal” sobretudo após o célebre estudo do sociólogo Gilberto Freyre *Casa Grande & Senzala* (1998).

O referido modelo de família tinha por principais características: o domínio centrado no poder indiscutível do pai; a submissão da mulher (esposa e filhas); família bastante numerosa com muitos filhos, noras e genros. Além disso, a este núcleo central se anexava escravos, serviçais pobres livres, sobrinhos, afilhados que almejavam proteção em troca de

¹⁴ CASCUDO, Luis da Câmara. *Vida breve de Auta de Souza* (1876-1901). Recife: Imprensa Oficial, 1961, p. 23.

¹⁵ SOUZA, Eloy. *Memórias*. Natal: Fundação José Augusto. 1975.

¹⁶ Idem.

¹⁷ SAMARA, Eni Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é História, 71). Sobre o tema da família salientamos os trabalhos: ARIÉS, Philippe. *História da criança e da família*. Rio de Janeiro: LCT, 1981; LÉVI-STRAUSS. *Estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, Vozes, 1982; HERÍNTER, F. “Família”. In: *Enciclopédia Einaudi – Parentesco*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989. Vol. 20.



trabalho e fidelidade. Os escravos por exemplo, apareciam na obra freyreana como extensão da família senhorial.

A partir do trabalho *Na senzala, uma flor* (2011) do historiador Robert W. Slenes, essa imagem é revista e a noção de que família no contexto escravista é uma organização exclusivamente branca cai por terra, Slenes apresenta-nos rearranjos familiares estabelecidos pelos escravos brasileiros dentro do universo do cativo.

Nesse sentido, o padrão de família denominado de “patriarcal” vem sendo questionado por estudos mais recentes, os quais vêm mostrando que este perfil que se convencionou hegemônico no nosso país, figurou a algumas poucas famílias do contexto colonial. A família de Auta, em sua matriz genealógica, figurava enquanto um modelo de família patriarcal num contexto de tradição tipicamente ruralista do Nordeste ligada ao idílio rural dos senhores de engenho e às relações de poder travadas por eles. Eloy de Souza, irmão de Auta registra:

Individualmente, guardo na memória recordações que me despertam saudades daqueles tempos já remotos. Foi ali que vi o primeiro engenho e os primeiros canaviais e escutei a música de suas verdes desfolhas, levemente agitadas pela brisa da tarde, quando em companhia de meus pais e irmãos íamos à antiga vila assistir às festas de seu padroeiro. **Minha recordação mais viva, porém, é das figuras que aos sábados eram assíduas a nossa casa em Macaíba.** Lembro-me que o mesmo feitio amável nivelava velhos e moços. **Excetuadas duas ou três barbas brancas que, por mais compridas e serradas, nos fundiam certo respeito a alegria comunicativa de quase todos, contribuía para estabelecer entre nós e eles uma intimidade travessa e buliçosa.** Embora rústicos, como agora os vejo, eram naturalmente maneirosos. Não me recordo de tê-los visto à mesa paterna vestidos com negligência. **A jaqueta de pano fino, colarinho alto e amplamente aberto, enrodilhado por uma gravata de cetim lustroso, a cadeia de ouro ornamentava o colete de transpasso,** dava-lhes um ar austero que o riso franco logo convidava à aproximação confiante e atrevida das crianças. [...] ¹⁸. (Grifos nossos).

Assim, como o texto nos deixa antever, a família de Auta mantinha uma extensa rede de influência, sobretudo de política na Província congregando longas extensões de terra, muitas cabeças de gado, alguns serviçais e escravos. Além disso, o trecho acima também nos mostra um cenário dominado pela presença dos homens cuja barba simbolizava o poder e

¹⁸ A *ORDEM*, 10 de Dezembro de 1951.



autoridade conforme atentado por Denise Monteiro (2009)¹⁹. Os homens detinham frente à família e a sociedade, poder e autoridade que eram exercidos, muitas vezes sob a força de violência física e/ou simbólica²⁰.

A despeito desta sociedade de domínio masculino, outras foram estudadas pelos antropólogos Bronislaw Malinowski em *A vida sexual dos selvagens* (1983) e Margaret Meadem *Sexo e temperamento* (1998) em cujos modelos de organização social permitia maior abertura para a atuação das mulheres de forma igualitária e em alguns casos até superior. Entretanto, no Brasil oitocentista, e mais precisamente no Nordeste dos engenhos de açúcar, o homem adotou a posição central e dominante das diferentes instituições seja no âmbito público ou privado.

Até mesmo os espaços e as atividades desenvolvidas eram bastante definidos culturalmente segundo o sexo²¹. Seja na família quanto na vida social, econômica e política foi o homem o indivíduo que manteve a gerência do sistema patriarcal, seja na posição de marido, de pai de irmão ou de senhor.

Foi assim que Félix de Souza, membro dessa estrutura, recebeu de seu patrão uma de suas filhas em casamento, Cosma Francisca Bandeira de Melo, carinhosamente chamada de Tatá e que Ana Laudelina Gomes (2000) supõe ter sido filha ilegítima de Francisco Pedro, tida como filha adotiva, para não reconhecer-se o fato. Seria filha ilegítima de Francisco Pedro com quem? Com alguma índia da região? Com alguma escrava da família? Certamente com alguma agregada da família de Francisco Pedro. Afinal ela nasce bem antes da Abolição, sendo avó de Auta, que nasceu em 1876.

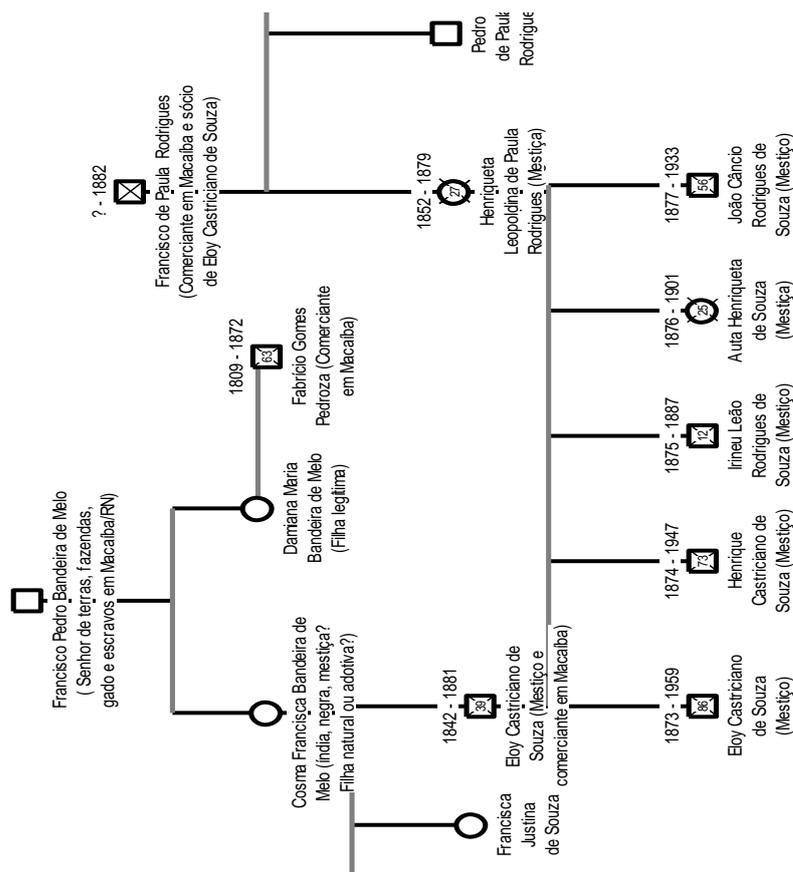
¹⁹ Miguel Valle de Almeida (1995), buscou fazer uma análise sobre a variedade das identidades masculinas a partir de um trabalho de campo realizado numa aldeia Alentejana ao mesmo tempo em que buscou discutir e negar os efeitos da masculinidade hegemônica.

²⁰ Na *A dominação masculina* (2007), Pierre Bourdieu descreve o processo pelo qual a classe que domina impõe sua cultura aos dominados. Nesse processo o sujeito dominado não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe enquanto vítima uma vez que, ao contrário, o indivíduo oprimido considera a situação natural e inevitável. Nas palavras de seu teórico, a violência simbólica é “doce e quase sempre invisível”. BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007, p. 47; e pode ser exercida por diferentes instituições da sociedade: a família, o Estado, a mídia, a escola etc.

²¹ Pierre Clastres buscou entender como os índios *Guayaki*, de hábitos nômades se organizavam sócio, político e culturalmente. Nesta sociedade as tarefas entre homens e mulheres eram bem definidas sexualmente, sobretudo ao que tange à produção de alimentos. Os homens ocupavam a posição de produtores (caçadores e coletores) e de sustento da comunidade, já as mulheres, exerciam a função de criar os filhos além de formar cestos e vasos. CLASTRES, Pierre. O arco e o cesto. In: *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

Na árvore genealógica abaixo, é possível visualizarmos as principais relações de casamento estabelecidas entre os antepassados de Auta, gestando assim, uma família de traços sincretizados.

RETRATOS DE FAMÍLIA: OS CASTRICIANO DE SOUZA²²



A filha legítima, Damiana Maria Bandeira de Melo, o influente senhor de terras deu por esposa a Fabrício Gomes Pedrosa, senhor da Casa Comercial de Guarapes e o maior empresário nos idos dos oitocentos no Rio Grande do Norte²³. Nesse sentido, acreditamos que o avô de Auta foi uma exceção em meio à grande massa de negros que habitavam o Brasil da época, pois mesmo supostamente sendo negro e pobre adquiriu visibilidade no espaço social

²² Árvore elaborada pelo autor. Vale colocar que algumas informações referentes à ancestralidade racial dos personagens elencados na árvore genealógica foram retiradas da memorialística de Eloy de Souza (1975), da biografia escrita por Câmara Cascudo (1961) e da tese de Ana Laudelina Gomes (2000) onde também é encontrada uma árvore genealógica semelhante.

²³ CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Cidade do Natal*. Op. cit.



dominado pelos grandes senhores de terra e gado. Segundo Eloy (1975) e Cascudo (1961) teria sido a excelência de seu trabalho que o fez adquirir notoriedade dentro da sua região saindo da penumbra a que estavam relegados a maior parte dos homens e mulheres que provinham da mesma condição social e racial que ele.

Nessa realidade aristocrática, paternalista e patriarcal podemos observar que o casamento estava atrelado a interesses e expectativas mútuas, afinal de contas, não foi a qualquer um que o senhor Francisco Bandeira de Melo deu em casamento suas filhas. Francisco Pedro deu por esposa suas filhas a homens que estavam demonstrando perspectivas de crescimento social e econômico e que vinham adquirindo prestígio por causa de suas atuações profissionais dentro daquela sociedade. Vale colocar que Félix, progressivamente foi ascendendo, deixando de ser vaqueiro, para atuar como administrador das fazendas de seu patrão.

Outra coisa a ser observada aqui no tocante às relações matrimoniais estabelecidas nesse contexto era a intenção e, para muitos casos, verdadeira necessidade de manutenção e perpetuação do que se entendia por pureza de sangue, o que para algumas famílias era algo de extrema importância. Larissa Viana coloca em seu trabalho *Idioma da Mestiçagem* (2007) que a preocupação com a pureza de sangue já era algo bastante valorizado desde o século XV pela alta sociedade portuguesa. De tal forma que quando se iam escolher os membros e líderes de determinadas instituições fazia-se verdadeiros inquéritos para se desvendar o passado dos indivíduos tentando encontrar o menor resquício de impureza de sangue advinda de alguma relação com pessoas de origem, sobretudo racial, de menor valor dentro daquela lógica social.

Ainda segundo a historiadora, isso se estendeu ao Brasil, e ganhou espaço na sociedade seiscentista e setecentista das principais cidades, sobretudo do Rio de Janeiro onde havia muitas Ordens religiosas onde os cargos hierárquicos eram vistos como sinônimo de ascensão social. Em sua pesquisa, toma como foco os grupos dos pardos que reivindicavam uma identidade própria, distanciada dos mulatos, grupo visto como negativo e do qual se deveria buscar uma distinção por eles estarem identificados com valores negativos e decadentes.

As irmandades religiosas de pardos, no estudo de Larissa Viana, seriam vislumbradas como um elemento de distinção dentro do próprio grupo de mestiços que compunham a



grande massa de indivíduos do Brasil da época, um espaço onde se estabelecia exclusões numa relação de negros para negros e não apenas de brancos para negros como se poderia supor unicamente. Nesse sentido, essa verdadeira necessidade dos indivíduos demarcarem uma distinção social, posicionando-se em níveis de hierarquia não se fez presente só no âmbito do sagrado, mas também, dentro das grandes instituições sociais e políticas também no século XIX.

Dentro do espaço agrário do Nordeste onde hierarquias sociais e também culturais eram bastante fortes, conforme Ana Laudelina Ferreira Gomes (2000), após o matrimônio com Cosma, Félix continuou numa condição subalterna, pois no caso dos laços aqui narrados percebemos que a filha adotiva, supostamente filha natural, ilegítima e mestiça (tida por isso como impura), foi dada em casamento para um suposto negro ou afrodescendente que pouco antes do casamento exercia a função de vaqueiro, já a filha branca e legítima deu a Fabrício, muito mais bem posicionado que o primeiro.

Mesmo assim, Félix foi um dos poucos casos de homens negros que se inseriu e obteve reconhecimento num espaço que valorizava o elemento branco. Como nos mostra Russel-Wood (2005) para que os homens dentro destas condições rompessem os círculos de poder da época, conquistassem a tão sonhada liberdade e emergissem socialmente, eles se valeram de diferentes estratégias, sendo o casamento com pessoas de posses tão somente uma delas. Mas também:

O negro ou mulato livre disposto a renunciar a parte de sua independência podia encontrar emprego como feitor na agricultura, na criação de gado ou na mineração. Na verdade, este podia ser o primeiro passo rumo à integração social no mundo livre. Um negro ou mulato livre que fosse inteligente (ladino) o bastante para compreender os processos mecânicos de moer e preparar a cana-de-açúcar bruta ou as técnicas de mineração caminhava no sentido de deixar para trás o “mundo negro” da senzala e pisar na soleira do “mundo branco” da casa-grande. Em boa medida, o grau de aceitação na comunidade branca dependia de sua competência profissional²⁴

²⁴ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 98.



No caso em que estamos narrando, possivelmente Cosma era agregada, espécie de parente pobre filiada na casa de Francisco Pedro haja vista que não era filha legítima e nos poucos escritos que se fizeram sobre ela nada afirma que recebeu pecúlio da herança do pai adotivo. Para termos essa certeza, seria necessário pesquisar no inventário do referido senhor, se é que tal documento ainda existe, acreditamos que Cosma e Félix se mantiveram após o casamento numa posição de agregados e dependentes da grande família.

Vale salientar que a família patriarcal formada ainda na colônia, compunha-se não só de marido, esposa e filhos, mas de todo um conjunto que englobava a esposa, eventuais (e disfarçadas ou declaradas) concubinas, filhos (as) legítimos (as) ou não, parentes, padrinhos, afilhados, amigos, dependentes, escravos (as) e ex-escravos (as) formando-se assim um verdadeiro clã²⁵. Ou seja, a família patriarcal aglutinava em torno do patriarca uma grande quantidade de dependentes que lhe deviam respeito, obediência e serviços. Sua vontade era indiscutível e inviolável tal como pressupunha o paternalismo²⁶.

Conforme apontado por Pierre Bourdieu, numa sociedade em que a definição social dos órgãos sexuais era produto de uma construção efetuada à custa da acentuação de diferenças e de semelhanças, era o princípio masculino, adotado como única medida para se verificar todas as coisas²⁷. Conforme Maria Conceição Maciel Filgueira:

[...], o patriarca controlava toda a legião de agregados, particularmente “a mulher”, fosse qual fosse a sua posição social. A condição feminina era de extrema submissão à autoridade indiscutível que emanava da temida e venerada figura do patriarca, que se arvorava do direito de controlar a vida da esposa, da(s) amante(s) e, também, das filhas mulheres. O patriarca encarnava, no coração e na mente de seus subordinados, todas as virtudes e qualidades possíveis a um ser humano, parecendo até contrariar o que dizia Maquiavel (1977), melhor ser temido que amado, uma vez que o patriarca era temido e adorado²⁸

²⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 34 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

²⁶ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. Op. cit.

²⁷ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Op. cit.

²⁸ FILGUERA, Maria Conceição Maciel. *Eloy de Souza: uma interpretação sobre o Nordeste e os dilemas das secas*. Natal: EDUFRN. 2011. (Coleção Dissertações e Teses do CCHLA-UFRN), p. 101.



Do enlace matrimonial entre Félix e Cosma nasceram quatro filhos: Zulina, Cordina, Francisca Justina e Eloy Castriciano de Souza, aquele que viria ser pai de Auta de Souza. Segundo Eloy de Souza (1975), seu pai teria nascido em primeiro de dezembro de 1842 na mesma localidade que seu avô, em Potengi Pequeno, o qual foi batizado recebendo os nomes em homenagem aos santos do dia do calendário litúrgico católico, a saber: Santo Eloy e São Castriciano²⁹. Tendo como padrinho de batismo Fabrício Gomes Pedrosa, que era casado com sua tia materna e que dentro desta ordem senhorial exerciam posição econômica e social superior frente ao afilhado e aos seus pais.

Criou-se na casa dos pais em Potengi Pequeno onde teve a oportunidade de aprender as primeiras letras e as operações matemáticas básicas com o padre José de Paula, vigário de São Gonçalo. Com ele também recebeu noções de catecismo. Pelo que nos deixa claro Cascudo, estes foram os únicos estudos sistematizados que teve durante toda a vida, crescendo como menino de fazenda, “[...] esquipando em cavalo de pau, cavalgando poldro logo depois de engatinhar, aprendendo a contar pelos dedos dos pés e das mãos, caçando de bodoque, pescando de covo, correndo [...]”³⁰.

À medida que Eloy foi crescendo, a empresa do padrinho Fabrício foi obtendo expressividade no cenário comercial da Província, de tal forma que muitos foram os investimentos e incentivos que ele proporcionou. Assim, o renomado comerciante constantemente citado nos Relatórios de Presidente de Província do Rio Grande do Norte, sobretudo devido aos empréstimos que fez ao governo provincial que se destinavam a diferentes beneficiamentos na infra-estrutura do porto, de construção de pontes e aterros favorecendo com isso o escoamento dos produtos do Rio Grande do Norte e, conseqüentemente, sua economia³¹.

Em 1859, quanto tinha 17 anos, Eloy Castriciano começou a trabalhar na empresa do padrinho desempenhando a função de guarda livros, ou seja, cuidava da contabilidade do

²⁹ Era costume das famílias católicas da época batizarem os filhos nascidos de acordo com os nomes dos santos do calendário litúrgico. Auta por sua vez, não fugiu à regra e também foi um exemplo desta tradição, pois nasceu no dia de Santa Auta. Também era costume destas famílias de cultura e tradições católicas darem nomes aos filhos dos santos da devoção. GOMES, Ana Laudelina Ferreira. *Auta de Souza: representações culturais e imaginação poética*. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

³⁰ CASCUDO, Luis da Câmara. *Vida breve de Auta de Souza (1876-1901)*. Op. cit., p. 26.

³¹ RODRIGUES, Wagner do Nascimento. *Potengi: fluxos do rio Salgado no Século XX*. Natal: Sebo Vermelho, 2003.



Mercado do peixe da Casa de Guarapes, segundo Eloy de Souza (1975). Nesse cargo foi aprendendo os ofícios do comércio, aderindo noções mais aprofundadas das transações comerciais e dos negócios. Com a Guerra de Secessão (1860-1865), a cidade de Macaíba e a Casa de Guarapes prosperaram em ritmo acelerado. Grande foi fluxo de embarcações que iam e vinham atravessando em ritmo frenético o Atlântico perfazendo a rota: Guarapes-Inglaterra. Conforme nos diz Cascudo:

Até 1872 os navios vindos de Liverpool e Manchester subiam o rio e vinham carregar açúcar, algodão, couros, peles e deixar tecidos, enxadas, foices, machados, facões, sapatos, perfumes, jóias baratas, espelhos, louça pó-de-pedra e porcelana inglesa, toda a pacotilha industrial da época³².

Ao longo de treze anos, o pai de Auta de Souza trabalhou em Guarapes adquirindo progressivamente posição de confiança e auxiliando o padrinho de quem aprendeu tudo o que pode em termos de negócios. A relação de apadrinhamento que ligava Fabrício a Eloy, foi uma outra porta aberta para que o filho do administrador de fazendas supostamente descendente de escravos negros pudesse também alçar uma melhor posição na vida, uma vez que o batismo, rito de cunho católico também tinha implicações sociais.

Segundo Solange Rocha (2009) o batismo vinculava espiritualmente pessoas de famílias diferentes através do compadrio cujo principal traço seria a formação de alianças entre duas ou mais famílias que se comprometiam mutuamente em termos de proteção, fidelidade e respeito e isso também incluía pessoas de status sociais diferentes como era o caso de Fabrício e Félix. Mas o fato é que, dentro do princípio da reciprocidade que o rito católico estava imbuído, ambos se ajudaram no intento de fazer a empresa prosperar. Eloy, por sua vez, recebeu apoio de seu padrinho Fabrício tendo em vista que:

O papel do padrinho também era o de colaborar materialmente com o afilhado. Do protegido sempre se esperava a gratidão pelos atos de seu (s) protetor (es). A base da relação de compadrio era a reciprocidade, as trocas de afeto, de bens materiais ou qualquer outra que beneficiassem as duas partes envolvidas³³.

³² CASCUDO, Luis da Câmara. *Vida breve de Auta de Souza* (1876-1901). Op. cit., p. 25.

³³ ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009, p. 221.



Foi também neste contexto de comércio, que Eloy teve a oportunidade de conhecer por intermédio de Fabricio, o comerciante Francisco de Paula Rodrigues que viajava constantemente do Recife até Macaíba, de passagem até o agreste e ao sertão para visitar suas fazendas em Sant'Antônio do Salto da Onça, Santana do Matos e Angicos. Desde este momento, Paula Rodrigues passou a observar o rapaz de soslaio, visualizando nele as promessas de um futuro promissor.

Neste contexto, Fabricio Gomes Pedrosa adoeceu gravemente, momento em que expressou com mais veemência a vontade de se mudar para a Côrte e viver das vultosas economias que acumulou durante todos esses anos. Após a partida de Fabrício para o Rio de Janeiro, em 1871, a Casa de Guarapes toma um novo rumo. Na capital do Império, estando já estabelecido, Fabrício falece meses depois.

Nesse mesmo ano, Francisco de Paula Rodrigues e Eloy de Castriciano de Souza firmaram os planos de uma firma em sociedade, surgia então a *Paula Eloy & CIA*, a qual Câmara Cascudo afirmou tratar-se de uma financiadora de algodão e açúcar que tinha em Macaíba um ponto distribuidor, onde comercializava produtos vindos de Pernambuco como açúcar, arroz, farinha de mandioca e milho³⁴. Já Eloy de Souza, denominou “[...] casa bancária, financiadora das safras de açúcar de grande parte dos municípios do Ceará-Mirim e São José, incluindo o vale do Cajupiranga³⁵.

³⁴ CASCUDO, Luis da Câmara. *Vida breve de Auta de Souza (1876-1901)*. Op. cit.

³⁵ SOUZA, Eloy. *Memórias*. Natal: Fundação José Augusto. 1975, p. 35. Sobre a referida empresa, existem os documentos referentes à sua falência, material este de propriedade do historiador macaibense Anderson Tavares, o qual gentilmente nos cedeu para que pudéssemos pesquisar. O material é essencialmente manuscrito e composto por documentos de diferentes naturezas que se agrupam em 11 livros formando o processo. Eles não estão agrupados numa sequência numérica, por isso para facilitar a consulta nós os enumeramos a partir de ordem cronológica das datas que apresentam na capa de cada caderno. Composto o processo encontramos: Procuração em que D. Silvina de Paula Rodrigues, avó dos irmãos Castriciano de Souza dá plenos poderes para um advogado cuidar em seu nome dos direitos dos netos nas arguições dos bens da empresa, Cartas petitórias, Cartas precatórias, listas com as contas dos aluguéis dos imóveis pertencentes aos irmãos, listas com os gastos dos irmãos Castriciano de Souza, lista de compras de artigos domésticos, lista de compras de remédios, recibos do colégio de Auta de Souza, notas de arremate dos bens da referida empresa, etc. A *Casa Comercial Eloy Paula & CIA* tratava-se realmente de uma empresa financiadora de negócios tal qual colocado por Eloy, localizada na rua do porto em Macaíba. Sua atuação consistia em emprestar dinheiro a comerciantes e donos de fazendas de gado e engenhos de açúcar das redondezas. A referida empresa, mantinha relações comerciais com muitos comerciantes e diferentes empresas, sobretudo em Macaíba e na praça comercial do Recife. Desta, podemos citar a *Firma Parente Vianna & CIA*, empresa esta pertencente a José Parente Vianna.



Também foi em 1871 que, por motivos de negócios, Eloy teve de ir visitar seu sócio em Pernambuco na “vivenda do Arraial, no Recife, sobrado de azulejos, cercados de arvores e guardado por um jardim”³⁶. Foi nesta mesma visita que ele teve a oportunidade de conhecer a família de Paula Rodrigues, mas, sobretudo a filha, Henriqueta Leopoldina com quem inicia o namoro.

Em junho do ano seguinte, é realizado o casamento de Eloy com Henriqueta na Igreja do Arraial, cerimônia que contou com a presença das famílias vizinhas, momento este em que Eloy completava os seus trinta anos e Henriqueta os seus vinte. Com o advento do casamento de Eloy Castriciano com Henriqueta Leopoldina, consolida-se de uma vez a ascensão social do pai de Auta, sobretudo tendo em vista as alianças de negócios e de política travadas por ele após a montagem da firma que fundou em parceria com o seu sogro.

Sobre os avós maternos de Auta, sabe-se que eram oriundos da cidade pernambucana de Goiana onde se conheceram e se casaram informalmente, haja vista que moravam maritalmente juntos, mas só oficializam a união no dia do casamento de Henriqueta com Eloy com fins de legitimar os filhos garantindo-lhes a herança judicialmente³⁷. Além de Henriqueta, tiveram mais dois filhos: Lucidário e Pedro, os quais também são descritos na memorialística do sobrinho Eloy.

O avô materno de Auta, Francisco de Paula Rodrigues era um rico comerciante em Pernambuco e senhor de fazendas de gado no interior do Rio Grande do Norte. A avó materna de Auta, chamava-se Silvina Maria da Conceição, ou Dona Silvina de Paula Rodrigues como passou a se chamar após o casamento ou simplesmente Dindinha, como era carinhosamente chamada pelos familiares.

Segundo Eloy de Souza em sua memorialística, Dindinha era uma mulher simples do povo, analfabeta como maior parte das mulheres de sua época, inclusive as abastadas, e que nunca deixou-se alfabetizar nem fotografar. Pedia que sua imagem fosse guardada apenas na

³⁶ CASCUDO, Luis da Câmara. *Vida breve de Auta de Souza* (1876-1901). Op. cit., p. 29.

³⁷ SOUZA, Eloy. *Memórias*. Op. cit.



memória e no coração dos seus entes queridos. Nada mais.³⁸ Segundo Cascudo, a partir dos escritos de Eloy, Dindinha era fisicamente:

[...] uma criaturinha pequena, fraca, **morena, cabelo emaranhado**. [...]. Silvina jamais possuiu o conhecimento alheio, agenciado, ensinado, imóvel dos livros. Tôdas as soluções foram resultados de elaborações personalíssimas de sua lógica. Era cultura mas cultura tradicional, popular, milenar, transmitida pela oralidade, bom-senso que independe das lógicas sucessivas que cada século consagra em sua dialética oficial. Coube-lhe a tarefa de educar cinco netos, todos poetas e dois chegaram ao legislativo e ao Executivo; [...] A velha Silvina, Dindinha, analfabeta, demonstrou saber muito mais orientar e formar o mecanismo da moral prática que muita universidade, eminente e orgulhosa.³⁹ (**Grifo nosso**).

Em complementação à citação de Cascudo, nos afirma Eloy de Souza, neto da referida senhora, que “Dindinha era uma criatura de bondade infinita. [...]. Era tranquila e corajosa, o que lhe permitiu sofrer com estoíca resignação dores sem conta”. Afinal, assistiu a morte do marido, do genro, dos três filhos ainda jovens bem como de dois netos, um ainda criança. Era baixinha, *bem morena, com cabelos emaranhados*.⁴⁰ Em outro momento reforça que a avó Dindinha “era educadora analfabeta e *mulatinha* [...]”⁴¹

Cascudo por fim, afirma que Dindinha era da velha raça e por isso não permitia que a deixassem fotografar, traço peculiar herdado e perpetuado pelas gerações, haja vista que “Nenhum primitivo contemporâneo” admite fotografar-se.⁴² O que Cascudo quis dizer com a palavra primitivo?

Euclides da Cunha em *Os Sertões* (2005), ao tratar da população sertaneja à época dos conflitos no Arraial de Canudos, utiliza o termo “raça forte e antiga”. Euclides identificou também os vaqueiros sertanejos enquanto pertencentes a esse grupo, como sendo membros

³⁸ CASCUDO, Luis da Câmara. *Vida breve de Auta de Souza* (1876-1901). Op. cit..

³⁹ Idem, p. 28.

⁴⁰ SOUZA, Eloy. *Memórias*. Op. cit., p. 10.

⁴¹ Idem, p. 11.

⁴² CASCUDO, Luis da Câmara. *Vida breve de Auta de Souza* (1876-1901). Op. cit., p. 29.



desta “rude sociedade” forjada pela mistura dos primeiros sertanistas com os indígenas da região formando assim uma “raça curiboca quase sem mescla do sangue africano.”⁴³

A partir da descrição de Cascudo, e levando em consideração os escritos de Euclides da Cunha, podemos cogitar a hipótese de Dindinha ter sido remanescente índia ou cabocla uma vez que o adjetivo que utiliza para denominá-la, “velha raça”, supostamente faz referência aos indígenas que de fato estavam há mais tempo em terras americanas. Outra coisa que devemos salientar também, é que durante o século XIX e XX, difundiu-se a ideia de que os índios estavam fadados ao desaparecimento, processo este chamado de caboclicização⁴⁴.

Inclusive, dentro da própria documentação oficial da época como os Relatórios de Presidente de Província do Rio Grande do Norte, eles nem são citados a ponto de Cascudo, anos depois afirmar que no Rio Grande do Norte, a partir do século XVIII, “a indiada refugiava-se nas serras ou desaparecia como folha no vento”.⁴⁵ Essa ideia ganhou tanta força, que durante muitos anos se reforçou um mito no seio da historiografia norte-rio-grandense, o mito do total desaparecimento indígena e o da inexistência da escravidão negra em terras potiguares. Todavia, estudos de historiadores e antropólogos vem demonstrando uma outra direção nesse sentido, questionando a antiga visão que durante muito operou silenciando a existência de negros e indígenas no Rio Grande do Norte.

Considerações finais

Por fim, acreditamos que a trajetória desses indivíduos que focalizamos acima, vem mostrar-nos que em meio essa sociedade oitocentista em que se firmava o poder dos grandes senhores através de tantas leis e decretos como a Lei de Terras de 1850 e a Constituição de

⁴³ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Belo Horizonte: CEDIC – Centro Difusor da Cultura, 2005, p. 52.

⁴⁴ Este pensamento ganhava respaldo nas políticas indigenistas que se sucederam ao longo dos séculos, mas também na crença da inadaptabilidade do índio à evolução humana levando com isso à usurpação de suas terras.

⁴⁵ CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Cidade do Natal*. Natal: IHGRN, 1980, p. 65.



1891, as quais não atribuíam nenhum direito aos indígenas nem aos descendentes de escravos, tanto negros quanto índios lutavam por sobrevivência e por espaços de legitimação social maiores.

Outra coisa que devemos ter em mente é que, se houve casos de negros e indígenas que ganharam algum prestígio e poder em uma sociedade escravista e autoritária como era a brasileira nos idos do século XIX, é porque havia brechas naquela organização social. Foi através delas que alguns sujeitos souberam se valer de oportunidades conseguindo assim sair da penumbra a que estavam relegados pela própria condição que as suas posições social e racial conferiam.

Nesse sentido, Félix do Potengi Pequeno, Cosma Bandeira de Melo, Eloy Castriciano de Souza e Dindinha, configuram-se em paradoxos dentro da realidade senhorial da época, trazendo novos elementos para pensarmos essas questões também numa realidade norte-riograndense haja vista que existem outros trabalhos, realizados em outras regiões que se dedicaram ao estudo de outros sujeitos da margem e que obtiveram visibilidade dentro da sociedade oitocentista brasileira, sociedade esta pretensamente branca, elitista, fortemente hierarquizada e excludente⁴⁶.

Bibliografia

ARIÉS, Philippe. *História da criança e da família*. Rio de Janeiro: LCT, 1981.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Ed. da Unicamp. 1999.

⁴⁶ Sobre a atuação de sujeitos que romperam as limitações que o contexto escravista impunha fortemente, indicamos os seguintes trabalhos: SILVA, Eduardo. *Dom Obá, d'África, o príncipe do povo: vida tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras. 1997; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *A história do feiticeiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro imperial*. 2000. Tese (Doutorado em História) - Unicamp, São Paulo, 2000; AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Ed. da Unicamp. 1999.b



BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Vida breve de Auta de Souza (1876-1901)*. Recife: Imprensa Oficial, 1961.

_____. *História da Cidade do Natal*. Natal: IHGRN, 1980.

_____. *Vida Breve de Auta de Souza (1876-1901)*. Natal: EDUFRN, 2008. (Coleção Câmara Cascudo: memória e biografias).

CASTRICIANO, Henrique. Nota da segunda edição. In: SOUZA, Auta de. *Horto, outros poemas e ressonâncias*. Obras reunidas de Auta de Souza. Organização de Alvamar Medeiros, Ana Laudelina Ferreira Gomes e Angelita Araújo. Natal: EDUFRN. 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das letras. 2003.

CLASTRES, Pierre. O arco e o cesto. In: *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Belo Horizonte: CEDIC – Centro Difusor da Cultura, 2005.

FARIAS, Genilson de Azevedo. *Auta de Souza, a poeta de “pele clara, um moreno doce”*: memória e cultura da intelectualidade afrodescendente no Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2013.

_____. *Auta de Souza no espaço público da imprensa e da literatura brasileira oitocentista*. *Caravela* – Revista de literatura potiguar. v. 1. n. 1. Natal: Caravela Selo Cultural. Out. de 2015.

_____. *Auta de Souza (1876-1901): uma experiência do Atlântico Negro*. In: GOMES, Ana Laudelina Ferreira (Org.). *Festins de Seda: O Festival Mythos-logos do Imaginário e outras inventicesde inspiração bachelardiana*. Natal: EDUFRN, 2016 (No prelo).

FILGUERA, Maria Conceição Maciel. *Eloy de Souza: uma interpretação sobre o Nordeste e os dilemas das secas*. Natal: EDUFRN. 2011. (Coleção Dissertações e Teses do CCHLA-UFRN).

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 34 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GOMES, Ana Laudelina Ferreira. *Auta de Souza: representações culturais e imaginação poética*. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

HERÍNTER, F. “Família”. *Enciclopédia Einaudi* – Parentesco. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989. Vol. 20.



- LÉVI-STRAUSS. *Estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- MALINOWKI, Bronislaw. *A vida sexual dos selvagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil - Século XIX)*. 3. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. 3. ed. Natal: Cooperativa cultural. 2009.
- _____. Formação do mercado de trabalho no Nordeste: escravos e trabalhadores livres no Rio Grande do Norte. *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo, v. 8, n. 2, jul/dez. 2005.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009.
- RODRIGUES, Wagner do Nascimento. *Potengi: fluxos do rio Salgado no Século XX*. Natal: Sebo Vermelho, 2003.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SAMARA, Eni Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é História, 71).
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *A história do feiticheiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro imperial*. 2000. Tese (Doutorado em História) - Unicamp, São Paulo, 2000.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. In: Curitiba: *Revista História: Questões e Debates*, n. 51, jul-dez de 2009, p. 13-29.
- SILVA, Eduardo. *Dom Obá, d'África, o príncipe do povo: vida tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras. 1997.
- SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, século XIX*. 2. Ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.
- SOUZA, Eloy. *Memórias*. Natal: Fundação José Augusto. 1975.
- TAKEYA, Denise Monteiro. *Um outro Nordeste: algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)*. Fortaleza: BNB, 1985.



VALE DE ALMEIDA, M. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: fim de século, 1995.

VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem*. As irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.



A cidade e sua composição: um retrato de Manáos no fim do século XIX¹

Bruno Miranda Braga²

RESUMO

O artigo propõe-se a apresentar uma imagem da (re) construção da paisagem da cidade de Manáos ao início do século XX, período que coincide com a Belle Époque amazônica e com o período da extração da goma elástica. Mostramos como a imagem da cidade foi alterada em um tempo rápido para agradar uma parcela pequena dos enriquecidos pela extração gomífera. Vemos que muito da população nativa foi ressignificado mas permaneceu estampada em alguns prédios públicos como o Teatro Amazonas, que iam sendo erguido na cidade ao final do Oitocentos. Vemos que entre a cidade mostrada nos postais e fotografias, e a cidade que existia, havia um limite do que realmente era belo, do que não era belo, porém resistia a recomposição do espaço. A perspectiva de análise documental foi à Nova História e Nova História Cultural, que seguindo a tradição da Escola dos Annales, faz uma análise crítica tentando visualizar a posição dos de baixo, que pouco aparecem nos discursos oficiais por isso fazer nova história é ouvir e dar vozes a novas partes.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade de Manáos; Belle Époque; Paisagem.

La ciudad y su composición: una imagen de Manáos de finales del siglo XIX

RESUMEN

En este artículo se propone presentar una imagen de la (re) construcción del paisaje de la ciudad de Manaos a principios del siglo XX, un período que coincide con la Belle Époque y Amazon con el período de la extracción de la goma elástica. Mostramos cómo la imagen de la ciudad ha cambiado en un tiempo rápido para complacer a una pequeña porción de la enriquecida por extracción gomífera. Vemos que gran parte de la población nativa fue objeto de redefinición, pero permaneció estampada en algunos edificios públicos como el Teatro Amazonas, que habían de ser erigido en la ciudad a finales del siglo XIX. Vemos que entre la ciudad se muestra en las postales y fotografías, y la ciudad que había un límite de lo que era realmente hermoso, lo que no era hermosa, sin embargo se resistió a la recomposición del espacio. La perspectiva de análisis de documentos fue la Nueva Historia y Nueva Historia Cultural, que siguiendo la tradición de la escuela de los Annales, un análisis crítico tratando de visualizar la parte baja de la posición que acaba de aparecer en los discursos oficiales también lo hacen nueva historia es escuchar y dar voces las nuevas piezas.

PALABRAS CLAVE: Ciudad de Manaos; Belle Epoque; Paisaje.

¹ Recebido em: 14 de setembro de 2015. Aceito para publicação em: 07 de janeiro de 2016.

² Mestrando em História Social no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas – PPGH/UFAM. Linha de Pesquisa: Cultura e Representação. Bolsista CAPES. E-mail: brunomirandahistor@hotmail.com. Link para Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9593097050570247>.



1.0. Antecedentes à Belle Époque Manauara

A belle époque constitui-se de um período que se inicia na segunda metade do século XIX, ou seja, em 1850, com a reurbanização de Paris pelo Barão de Haussman³. Nesse período, Manaus ainda não tinha sofrido o surto de urbanização pela qual passara. Em 1862, Manaus não passava de uma pequena vila, pouco povoada, pouco organizada e pouco urbanizada.

Alguns viajantes naturalistas percorreram o vale amazônico, descrevendo seus rios, fauna e flora, geografia e etnografia. Entre 1848 e 1860, o francês Paul Marcoy viajou e explorou o Alto e Baixo Amazonas. O mesmo, assim descreveu a então Barrado Rio Negro:

A cidade moderna em que acabamos de chegar é chamada pelos brasileiros A Barra do Rio Negro. Situa-se a leste da fortaleza, a cerca de mil passos geométricos do sítio de Manáos. Ela está constituída numa superfície tão irregular que chega a ter morrinhos mais altos do que os telhados das casas, o que seria pitoresco se não fosse absurdo. Uma longa avenida, larga e ondulada, estreitada aqui e acolá por muros desalinhados e sacadas proeminentes, corta a cidade de norte a sul. Algumas vielas saem desta rua em direção ao leste. Enquanto a oeste há uma série de grandes espaços vazios. Três riachos providos de passarelas serpenteiam pela cidade e servem de docas e estaleiros para a sua flotilha mercantil. Pequenas escunas, chalupas e canoas cobertas estão em reparo, aguardam algum carregamento ou se abrigam das trovoadas, essas tempestades brasileiras que assolam o baixo Amazonas e cuja influência é sentida muitas léguas acima pelo rio Negro⁴.

Com este excerto temos uma provável visão de Manaus há 150 anos. A vila era formada em um espaço com geografia difícil, igarapés cortavam-na por todos os lados, o relevo era alto com grandes elevações de planaltos e morros. Porém, essa cidade já começava a despertar o interesse e o apreço por costumes vindos de locais externos, devido ao grande fluxo de viajantes e, principalmente, comerciantes que passavam pela Barra. Nesse mesmo período, Marcoy nos diz que a vila é habitada por três mil almas, dois terços das quais constituem a população permanente e os demais a temporária. O número de casas é avaliado

³Cf. DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

⁴ MARCOY, Paul. *Viagem pelo Rio Amazonas*. Trad. de Antônio Porro. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto. Editora da Universidade do Amazonas, 2001. p. 167.



em 147⁵. Apenas três mil habitantes e 147 casas, vale destacar aqui como compunha-se essa população, em sua maioria índios e mamelucos.

Lourenço da Silva Araújo e Amazonas nos informa que, em 1852, Manaus possuía 8.500 habitantes, ou seja, poucos anos após a descrição de Marcoy podemos depreender que houve um crescimento populacional, se os dados forem confiáveis. Destes 8.500 moradores, 4.080 eram índios, 2.500 mamelucos, 900 brancos, 640 mestiços e 380 escravos⁶.

Outros viajantes, já apostavam que Manaus logo seria um importante centro comercial e cultural também. Louise Elisabeth Agassiz, um casal suíço que viajavam a serviço dos Estados Unidos, em 1866, assim apontaram um futuro para Manaus.

Insignificante hoje, Manaus se tornará, sem dúvida, um grande centro de comércio e navegação. E se anteviam os tempos em que sobre as margens do Amazonas, florescerá uma população mais ativa e vigorosa do que aquela que até agora aí tem vivido... Em todas as Nações do Globo terão sua parte nessas riquezas... Chegará necessariamente uma época em que a humanidade dele (Rio Amazonas) tomará posse, em que nessas mesmas águas onde só cruzamos com três canoas em seis dias, navios a vapor e embarcações de toda espécie subirão e descirão, em que a vida e o trabalho, enfim animarão estas margens⁷.

Na visão do casal Agassiz, em Manaus, “a natureza estava pronta, mas seu habitante não”⁸. O seu habitante não estava preparado devido a sua raça e sua cor. Essa visão perdurou por muito tempo⁹.

⁵ MARCOY, Paul. *Viagem pelo Rio Amazonas*. Op. cit., p. 168.

⁶ AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. *Dicionário Topográfico, histórico, descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. Recife: Meira Henrique Nova – Edição Facsimilar; Manaus: Associação Comercial do Amazonas – ACA – 1984. (Coleção Hileia Amazônia, “1”).

⁷ AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elisabeth Cary. *Viagem ao Brasil – 1865-1866*. Trad. de João Etienne Filho. São Paulo / Belo Horizonte: Edusk/Itatiaia, 1975. Apud: DIAS, Edinea Mascarenhas. *Allusão do Fausto*: Manaus – 1890-1920. Manaus: Valer, 2007. p. 33.

⁸ COSTA, Hideraldo Lima da. *Amazônia: Paraíso dos Naturalistas. Amazônia em cadernos*. Manaus: EDUA n. 06, 2000. p. 242.

⁹ Os registros possuem uma visão instigante e aguçante. Percebemos nos seus descritos o cotidiano da população local. Podemos perceber etnocentrismo em suas falas. Antônio Emílio Morga, na obra *Nos Subúrbios do Desejo: masculinidade e Sociabilidade em Nossa Senhora do Desterro no Século XIX*, nos diz que ao vivenciarem o cotidiano da população, “os viajantes foram partícipes na construção das práticas de sociabilidade entre eles e a comunidade” (p. 30), em Manaus acontece algo parecido à medida que tais viajantes irão praticar hábitos que são característicos da cultura nativa, mesmo classificando a cultura local como inferior à sua.



Os habitantes da cidade da Barra do Rio Negro dedicaram-se basicamente ao comércio, sendo de cunho atacadista ou varejista, segundo relatos do período.

A sociabilidade de Manaus ocorria em constante sintonia. Marcoy diz que apesar de toda a geografia peculiar da cidade da Barra, a cidade dava uma impressão agradável e nela, segundo o viajante, não existia ou pouco reinava a barbárie que imperava em outras localidades dispersas pelo Rio Amazonas¹⁰ e nos afirma que:

Ela deve o título de capital da província, que lhe foi dado pelas estatísticas, às suas casas com sacadas, à sua flotilha multicolorida e à atividade comercial de que é centro. Esse título também explica e justifica a abundância de uniformes e trajes que se observa ao entrar na cidade. A adoção da moda francesa pelas pessoas abastadas, o **uso de verdadeiras camisas pelos índios** no lugar das camisetas usadas nos povoados de rio acima, permitem facilmente perceber que deixamos para trás a barbárie e estamos num daqueles canais chamados capitais, onde se unem todas as correntes geográficas, intelectuais, políticas e comerciais do país¹¹. (Grifo nosso).

Aqui temos um exemplo bem claro de como a modernidade estava se apoderando de Manaus: os índios passam a usar trajes requeridos pela sociedade da época, mas ser moderno é “autotransformação e transformação das coisas ao seu redor”. Berman nos diz que a experiência ambiental da modernidade rompe qualquer fronteira geográfica¹². Mesmo Manaus estando bem distante da França, foi inevitável ser transformada aos moldes franceses. A modernidade também “une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia¹³”.

Assim, a modernidade em Manaus modificou não apenas a geografia, e o traçado urbano, porém alterou o estilo de vida e a sociabilidade da população local, quer seja a nativa ou a estrangeira, aquela que veio residir nesta cidade. Vale destacar a velocidade, a rapidez com que as transformações acontecem. Cito como exemplo o nome da cidade: segundo Otoni

¹⁰MARCOY, Paul. *Viagem pelo Rio Amazonas*. Op. cit., p. 169.

¹¹ Ibidem, p. 169.

¹² BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da Modernidade*. Trad. de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Toratti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 15.

¹³ Ibidem, p. 15.



Mesquita, “em 1848, a vila de Manaus foi promovida a cidade, passando a denominar-se cidade da Barra do Rio Negro [...]”¹⁴.

Em 1848, a cidade é Barra do Rio Negro, em menos de dez anos, no ano de 1856, a Lei Nº 68 de 4 de setembro de 1856, muda o nome da Cidade da Barra do Rio Negro para o de Cidade de Manáos.¹⁵ Então, num período curto, na perspectiva de Fernand Braudel¹⁶, no tempo do evento, a cidade muda seu nome e também suas feições, isso é o limiar da belle époque, uma vez que:

A modernidade em Manaus não só substitui a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também destrói a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega ao porto de lenha, com sua visão transformadora, arrasando com o atrasado e feio, e construindo o moderno e belo¹⁷.

Essa visão da historiadora Edineia Mascarenhas é bem alusiva ao processo de modernização pelo qual passou a cidade de Manaus. Atentemos para as formas de mudanças e substituições vindas com a modernidade, tratam-se de transformações físicas, geográficas, habituais, culturais. Mas acredito que houve permanências históricas, bem como resistências e uma forte combinação, ou seja, um hibridismo cultural, pois os moradores nativos, não lançaram mão completamente de sua cultura.

Michel de Certeau, teórico francês, estabeleceu uma análise sobre o cotidiano. Para ele, a construção do cotidiano dá-se “por meio de práticas de reutilização é parte do que Certeau chama de tática. Os dominados, sugere ele, empregam táticas, mais que estratégias, porque sua liberdade de manobra é restrita, opera dentro de limites estabelecidos por outros.”¹⁸

¹⁴MESQUITA, Otoni. *Manaus História e Arquitetura (1852-1910)*. 3. ed. Manaus: Editora Valer / Prefeitura de Manaus / UNINORTE, 2006. p. 29.

¹⁵COLLEÇÃO das leis da Província do Amazonas – Tomo V, parte 1 – LEI n. 68, de 04 de setembro de 1856. Manáos, 1856 – Acervo: Biblioteca do IGHA.

¹⁶BRAUDEL, Fernand. *Gramática das Civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

¹⁷DIAS, Edineia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto*: Manaus, 1890-1920. 2. ed. Manaus: Valer, 2007. p. 29.

¹⁸BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Trad. de Sérgio Goés de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 103- 104.



2.0 A arquitetura da Nova Manáos

Manaus crescia em ritmo cada vez mais acelerado e sua fisionomia tendia a se distanciar cada vez mais da atrasada e feia Barra do Rio Negro. Toda essa rápida expansão e acelerada reconfiguração da urbe é consequência do boom da borracha, que proporcionou a extração do látex.

Em 1910, Manaus reinava como a capital mundial da borracha. Mais de vinte anos de produção crescente, exportação contínua e de preços em elevação, haviam criado a prosperidade, da qual a cidade era a evidência mais ampla. Nesse ano, Manaus progredia, com os preços atingindo novas alturas e toda a atmosfera da cidade altamente próspera¹⁹.

Isso foi dito com muita pretensão pelo norte-americano E. Bradford Burns, um estudioso historiador que veio a Manaus com o intuito de analisar o período do boom da borracha, além de se encantar e se embasbacar com o que viu em suas pesquisas. Em seu texto vemos um certo tom de elevação da cidade, mostrou o lado do luxo da belle époque, mas “esqueceu-se” de mostrar os demais aspectos do cotidiano da cidade capital da borracha.

Realmente, em pouco mais de uma geração, Manaus havia mudado completamente. Um morador da cidade de ano de 1870 teria muita dificuldade em reconhecê-la, na primeira década do século vinte. Para se fazer uma ideia dessa metamorfose, basta que se recorde os relatos dos primeiros viajantes que vieram a Manaus. [...] A rápida transformação da vila em cidade foi devida a um único fator: a borracha. O período áureo da hévea construiu a moderna Manaus: a ele a capital do Amazonas deveu a sua prosperidade de então²⁰.

Sim, é absolutamente a-histórico estabelecer igualdades entre a Manaus dos viajantes, com a Manaus de agora. Porém, dever toda a prosperidade da cidade a uma árvore, e esquecer

¹⁹BURNS, E. Bradford. *Manaus, 1910: retrato de uma cidade em expansão*. Trad. de Ruy Alencar. Manaus: Editora Arte nova limitada, 1966. p. 6.

²⁰ *Ibidem*, p. 23.



dos autores, os trabalhadores que bravamente ergueram os edifícios públicos é uma narração incompleta.

O que pretendo mostrar é que da belle époque manauara, sempre vemos o mesmo discurso, pois como nos diz Foucault, os discursos são mais fortes que os homens²¹ e, era importante que na belle époque, o foco fosse a grande renovação urbana. Devemos atentar que realmente, Manaus se modificou e tornou-se uma cidade presunçosa, soberba, “metida”, para atrair capital estrangeiro e para agradar a um grupo específico, os ricos, os coronéis e, “barões da borracha” que enriqueceram as custas da extração do látex e da exploração dos trabalhadores, sejam seringueiros nas densas florestas no entorno de Manaus, quer dos trabalhadores urbanos que exerciam seus ofícios no cotidiano citadino e ameaçavam a tão almejada ordem urbana e, se transformaram no alvo preferencial dos códigos de posturas.

Transformar Manáos em Paris era objetivo dos grandes homens públicos, que sonhavam com uma Cidade-Luz em meio a Selva Amazônica, porém esse propósito foi posto em prática, pois era impossível uma cidade que era centro comercial do mundo, viver como uma tapera. Então reurbanizá-la era também uma forma de eliminar seu passado e seus costumes ainda presentes claramente nas práticas da cultura indígena com evidências de um forte hibridismo cultural. Manáos não podia ser índia, muito menos mestiça, nem mesclada, tinha de ser branca, alva, europeia, a cidade, torna-se assim:

Burguesa, bela, moderna, higiênica, ordenada e, acima de tudo branca. No entanto, os conhecidos **lugares de enclave**, termo usado para designar as ruas e **habitações dos pobres, mais particularmente dos negros, ou foram demolidos e sua população expulsa para os arredores da cidade, ou permaneceram sendo considerados locais inóspitos**. Curiosamente, lugares considerados insalubres – como os becos – não eram atingidos pelos melhoramentos urbanos pelos quais se empenhava a municipalidade, ratificando também as escolhas médicas de regiões e pessoas que deveriam receber essa restauração sanitária²². (Grifos nossos).

²¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Org. e Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

²² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Entre práticas e representações*. A cidade do possível e a cidade do desejo. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, PECHMAN, Robert (orgs.) *Cidade, povo, nação*. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1998, p. 377-396.



Logo, a cidade perdeu seu perfil próprio e se improvisou uma outra cidade ao gosto de uma pequena parcela da população que enriqueceu aos louros do trabalho de outrem na extração do látex.

É importante perceber também que como nos diz Sandra Pesavento, os lugares considerados mais insalubres e feios não eram atendidos nem pela Intendência Municipal, nem pela Inspeção de Higiene, porém estes locais eram obrigados a se adequarem ao estabelecido, ou a saírem do perímetro urbano desta cidade a ponto dos que não se enquadravam irem residir nos subúrbios, como vimos, essas adequações eram legais, e se tornaram obrigações a partir da promulgação dos Códigos de Posturas Municipais.

Os Códigos de Posturas simbolizam basicamente proibições ao pobre. Esses pobres não se constituíam apenas de vulneráveis sociais, mas de todo aquele que se opunha aos valores advindos da modernidade que torna o individualismo imperante, pois:

Em tempos como esses, “o indivíduo ousa individualizar-se”. De outro lado, esse ousado indivíduo precisa desesperadamente “**de um conjunto de leis próprias, precisa de habilidades e astúcias**, necessárias à autopreservação, à autoafirmação, à autolibertação”. As possibilidades são ao mesmo tempo gloriosas e deploráveis²³. (Grifos nossos).

Manaus estava mudando, e em ritmo acelerado, cresceu, ou melhor expandiu-se, como vemos a seguir nas plantas de 1852, 1879, 1895.

²³ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da Modernidade*. Op. cit., p. 21.

Figura 01: Planta Levantada na Administração de João Batista Tenreiro Aranha, 2m 1852.



Referência: Biblioteca Nacional Digital. Rio de Janeiro.

Figura 02: Planta da Cidade de Manaus, do Archivo Militar, assinada com a data de 26 de fevereiro de 1879; copiada pelo Capitão Tenente Raphael Lopes Araújo. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro (detalhe da imagem realçado).



Referência: MESQUITA, Otoni Moreira. *La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900)*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas (EDUA), 2009.

Figura 03: Carta da cidade de Arrabaldes de Manáos, levantada por João Miguel Ribas e desenhado por Willy Von Bancel. Lisboa: Cia Nacional, 1895.



Referência: MESQUITA, Otoni Moreira. *La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900)*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas (EDUA), 2009.

Na planta de 1852 (Figura 01), vemos como a cidade era pequena e sua geografia era muito desfavorável: Igarapés cortavam a cidade por todos os cantos; contava, basicamente com apenas quatro bairros que eram Campinas, Espírito Santo, República e São Vicente. A cidade era pouco habitada.

Na planta de 1879 (Figura 02), a cidade já apresenta uma significativa expansão, há mais ruas, muitos igarapés já não existem, uma vez que a intendência os estava aterrando para atender aos ideais da modernidade. Já, a planta de 1895 (figura 03) mais elaborada que as anteriores, vemos o progressivo surto de urbanização que foi operado em Manáos, até sua geografia foi alterada, observa-se nesta planta a extinção quase completa dos igarapés, as ruas e vias públicas totalmente alinhadas, seguindo os moldes da Europa.



O principal elemento a se perceber nas plantas é, o que de fato se constituía Manáos naquele período. O perímetro da cidade, era o compreendido do Porto de Manáos até a atual rua Constantino Nery, o restante eram os subúrbios, o entorno que não ou pouco presenciou a belle époque.

Otoni Mesquita, estudioso da história da arquitetura de Manaus, ancorado nas teorias da professora Lená Medeiros Menezes, nos diz:

As discutir as nuances de tal processo, na reforma urbana do Rio de Janeiro, na primeira década do século XX, Lená Menezes observou que “a chegada da civilização para a população citadina representou a imposição da vigilância e da disciplina em seu cotidiano”. A autora compreende que, com esse fato, o **espaço público se definia “como um espaço político ostensivamente policiado** e a consagração da vida privada, no contexto da intimidade burguesa, como registro de um novo tempo.” [...] ²⁴. (Grifos nossos).

Segundo esses autores, o espaço público era um espaço político, onde se desenvolvia as artimanhas e jogos políticos. Mas, se nem tudo foi belo, em Manaus na bela época, no político era mais evidente, uma vez que, Champanhes e eleições manipuladas, caracterizavam todos os países latino-americanos no limiar do século XX²⁵.

Assim, a política em Manaus no limiar do século XX, era marcada por disputas e manipulações que levavam avante, quem os membros da elite queriam manter no poder.

Um dos políticos mais conhecidos e enaltecidos pela historiografia regional foi o governador Eduardo Gonçalves Ribeiro, o mulato, o idealizador, o responsável pela modernização e pela reurbanização de Manáos, o “Hausman Mulato” e outros predicativos e onomásticos que ele recebeu. O que devemos atentar é que,

[...] o governo de Eduardo Ribeiro teve o caminho de sua administração facilitado, por assim dizer, tanto que acabou ficando cristalizado por parte da historiografia local como sendo o **grande administrador responsável pela**

²⁴MESQUITA, Otoni Moreira. *La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900)*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas (EDUA), 2009. p. 165.

²⁵CHASTEEN, Jhon Charles. *América Latina: Uma História de Sangue e Fogo*. Rio de Janeiro: Campus, 2001. p. 161.



materialização da chamada “Manaus da Belle Époque”. Essa mesma historiografia sequer mencionou a questão das manobras políticas estabelecidas junto ao Congresso que contribuíram significativamente para a execução da maioria dos projetos do governo²⁶. (Grifos nossos).

A memória construída por uma narrativa celebrativa cristalizou apenas o lado “bom” de Ribeiro, como se a cidade fosse resultado do trabalho de um único homem. Esses autores, como Antônio Loureiro, Mario Ypiranga, não evidenciaram toda a trama política envolvida no governo de Eduardo Ribeiro, até porque essa historiografia segue a tendência de escrever história dos grandes e de seus grandes feitos, ocultando o lado pouco positivo desses artífices da história local. Como vemos na citação, Eduardo aproveitou e usou do momento favorável economicamente para levar adiante seu projeto embelezador de Manáos, e, ele também era bem visto, pela pequena parcela dos homens que lucravam com a produção gomífera, a elite manauara que se deliciava a ver a destruição da tapera de Manaus e a chegada da cidade luz da selva.

Grandes prédios públicos começaram a aparecer, as moças desfilavam com o que tinha de melhor em Paris, os rapazes fumavam e bebiam os melhores charutos e *whisky* ingleses e suíços. Era uma miscelânea de estrangeiros, esse foi o boom da borracha que ao alcançar o topo das mercadorias nacionais, fez com que Manaus mudasse sua feição.

Dentre os muitos edifícios, o Teatro Amazonas tornou-se a imagem emblemática, o ícone da cidade de Manaus. Sua imagem começa a figurar nos cartões-postais e estes circulam levando notícias da cidade para toda a Europa. Fica claro que, “a euforia e o evidente exagero são as marcas destes postais dirigidos aos patrícios de ninho. Manaus era apresentada como a nova Paris, [...] grande cidade moderna e vibrante da Amazônia”²⁷. Esses postais, divulgavam uma cidade civilizada em meio a selva, e seus desenhos, queriam enfatizar o poderio de seus senhores, a ponto de erguerem um Teatro nas proporções do Teatro Amazonas, no coração da Selva Amazônica. A imagem a seguir, data de 1896, mostra perfeitamente a geografia do entorno do Teatro, vale ressaltar que mesmo sendo este edifício totalmente da cultura

²⁶TAVARES NETO, João Rozendo. *A República no Amazonas: disputas políticas e relações de poder* (1988-1896). Dissertação. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2011, p. 88.

²⁷ SCHAPOCHNICK, Nelson. Cartões Postais, Álbuns de Família e Ícones da Intimidade. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.) e SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil: República da Belle Époque a Era do Rádio*. V.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 437.



européia, o cenário do verde das matas e acerca de madeira, esclarecem que se tratava de Manáos, a cabocla, metida a gringa.

Farei uma discussão cabível ao tratar da Decoração do Teatro Amazonas. Mesmo este sendo uma obra claramente moldado no estilo europeu, vemos elementos nativos na sua decoração, Burns, afirma que:

Como a maioria dos prédios brasileiros construídos no século dezenove, antes do estilo francês “rococó” entrar em voga, o Teatro Amazonas apresenta um exterior uniforme e sóbrio, dando asas à imaginação barroca no interior. Construído de pedra, tem entradas e pilares em acabamento de mármore italiano. O interior ricamente elaborado, brilha com folheados a ouro e embriaga com o luxuriante veludo vermelho. Figuras clássicas das mitologias **Grega e Romana rivalizam com motivos locais e indígenas nas decorações, pinturas e esculturas**. Cabeças indígenas projetam-se da balaustrada das escadas e folhas de palmeiras entrelaçam as frisas. **Murais retratam deuses e deusas europeias fazendo travessuras no Amazonas**. [...] ²⁸. (Grifos nossos).

Ou seja, mesmo sendo uma obra caracterizada e tipicamente estrangeira, o Teatro Amazonas em sua decoração mostra ou faz alusão a cultura indígena, é claro que é um índio romantizado, mas ele está lá; nas fotografias a seguir, vemos a sua presença, ínfima, porém presente., nem que fosse para remeter algo que foi outrora, ou seja, construir um discurso de que com a instalação da Belle Époque na cidade, ela rompera com toda sua tez indígena, como se com essa fase, inaugurava-se uma “nova Manáos”, uma cidade alegre e festiva, branca, alva e estrangeira, e as figuras podem querer aludir para a Manaus indígena que as elites tentavam romper a todo custo visando estabelecer uma nova identidade regional que iria contra as culturas indígenas que compunham a cidade.

Figura 04: Painel de De Angelis, conhecido como *O Regatão*, existente no salão nobre do Teatro Amazonas.



²⁸BURNS, E. Bradf

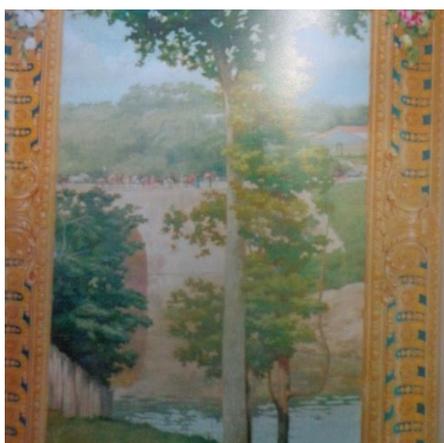
-14.

[ine]. 2015, v. 1, n. 2.

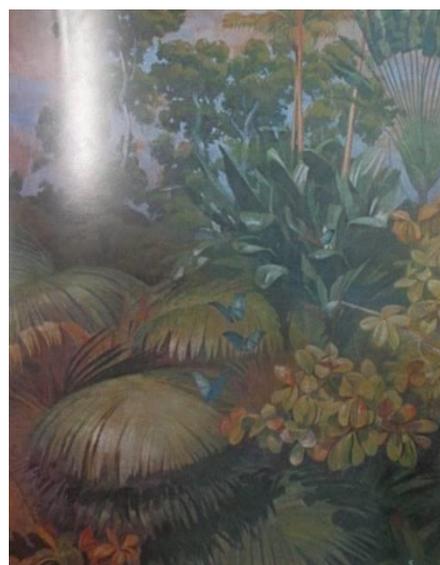
Referência: MONTEIRO, 2003.

Figura 05: Paisagem citadina, Segunda Ponte Romana no dia de sua inauguração, 1896. A altiva castanheiro resistiu durante muitos anos. Tela de De Angelis, no salão nobre do Teatro Amazonas.

Figura 06: Borboletas. Painel de De Angelis, existente no salão nobre do Teatro Amazonas.

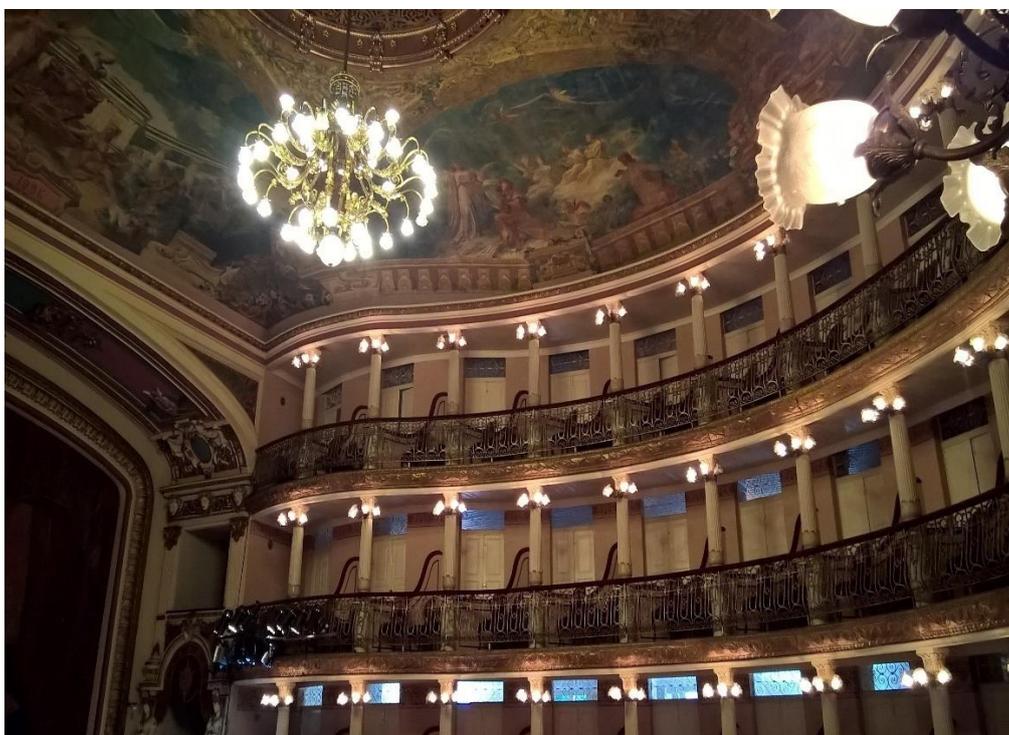


Referência: MONTEIRO, 2003.



Seguindo a tradição proposta pela Escola dos Annales, corrente historiográfica francesa, sabemos que assim como a fonte escrita deve ser problematizada, para visualizarmos todo um cenário, uma perspectiva que não está mostrada não está presente na imagem retratada. Logo, quando tomei como análise o Teatro e suas fotografias que circulam pela cidade e pelo exterior, me perguntei onde está o elemento nativo? Será possível que não houve se quer uma alusão a cultura local? Com as imagens acima, vemos que sim, houve a presença nativa na decoração do Teatro, fazendo da imagem uma espécie de ponte entre a realidade retratada e outras realidades, e outros assuntos, seja no passado, seja no presente.

Figura 07: Teatro Amazonas – Sala de Espetáculos detalhe o teto, lustres decorativos e os camarotes em andares.



Referência: BRAGA, Bruno, 2015.

Assim, vemos que Manáos se distanciava cada vez mais do seu passado histórico de aldeia, para se tornar a Paris da selva, outro fator que fez com que a sociedade almejasse transformá-la em Paris, era as constantes viagens dos membros da elite a Europa, que consolidava, cada vez mais em Manáos o gosto e o querer a europeização, uma vez que:

Este processo de europeização valia para equalizar o seu “status” com os das famílias abastadas da época. O grande valor e prestígio da Europa está simbolizado no estilo dos edifícios públicos que foram construídos nessa



época, como o Teatro Amazonas e o Palácio da Justiça, estilizados segundo a moda parisiense e renascentista²⁹.

Logo, o viver manauara tornou-se um viver europeu, mas não eliminou totalmente a cultura indígena, que se materializou em hábitos e costumes que passaram a ser uma prática unilateral, e sua presença em prédios públicos também foi imperativo, nem se fosse para lembrar que um dia, Manáos havia sido uma tapera, um dia que foi cada vez mais distanciado do imaginário popular e a historiografia pouco procurou dar voz aos personagens obscuros dessa cidade neste período. Claro está, que para construir uma nova sociedade, é necessário reconstruir seu passado. Um passado sem resistências ou lutas, um passado edílico que não representa nenhum perigo. Nada mais justo que imagens da natureza e do índio integrada a natureza, presente nos quadros decorativos de Teatro Amazonas.

Na modernidade, em Manáos

[...] era como estar numa capela consagrada ao rito ortodoxo da conspiração. As portas ficavam abertas a todo o mundo, mas só voltava quem era adepto. Após o aborrecido desfile dos oprimidos... erguia-se o sacerdote daquele lugar. Seu pretexto era resumir as queixas de seus clientes, do povo representado pela meia dúzia de imbecis arrogantes e irritados, que justamente tinham acabado de ser ouvidos. [...] ³⁰.

Assim, Manáos seguia um rito inviolável de civilização, querendo apresentar ao mundo que a mesma podia sim ser civilizada. Só usufruía dos benefícios, quem era adepto de tais valores, esses prosperam e se enquadraram aos Códigos de Posturas, e fizeram da Cidade um local de poucos, onde poucos poderiam viver, onde muitos foram impedidos de manifestar sua cultura, suas práticas cotidianas.

Os índios neste período transformaram-se em trabalhadores urbanos e sua moradia, seus trajés, sua cultura deveria ser adaptada à nova sociabilidade. Agora, era preciso adequar

²⁹BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco antes e além depois*. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1977. p. 82.

³⁰BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Trad. José Martins Barbosa e Hemerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 14.



estes braços, a nova Manaus, para eles exercerem sua função, seus ofícios sem atrapalhar o belo.

A associação pobreza-saúde-promiscuidade-subversão cola-se deste modo a um objetivo econômico: é preciso recuperar o proletariado, corrompido e degenerado, para promover o progresso nacional. O ser produtivo deve ser o trabalhador de hábitos regulares, que obedece servilmente às imposições do capital, que não se deixa imbuir por ideias “estranhas e estrangeiras” que corroem os valores fundantes da sociedade, tanto na fábrica quanto fora de seus muros³¹.

Se para o trabalhador branco e pobre era necessário se enquadrar no novo padrão de civilidade, para o índio pobre, e visto como não civilizado era uma obrigação. Porém não foi fácil e simples, os índios através de práticas e táticas de reutilização, mantiveram-se nos padrões estabelecidos sem abrir mão de sua cultura e de seus hábitos. Houve resistência e lutas em defesa de sua autonomia e vontade de poder agir sim.

Considerações Finais:

Podemos visualizar que durante a belle époque, existia em Manáos, dois cenários particulares que em seu interior guardam muitas histórias de sobrevivência e destruição. Temos a Manáos Paris, do luxo, da exuberância, do Teatro Amazonas, das Praças e Palacetes em estilo francês seja rococó ou *art nouveau*, mas essa situação de fausto e alegria não foi para todos. Há também a Manáos Aldeia, onde demasiada quantidade de artífices e matrizes da identidade indígena, lutavam para sobreviver sem despir-se da sua cultura.

Com a existência de duas realidades, não de uma verdade absoluta, pois a realidade é sempre complexa, múltipla, multifacetada, em Manáos houve um forte hibridismo cultural, onde a cultura branca adotou hábitos nativos como dormir em redes, comer peixes e frutas nativas, tomar banhos diários, dentre outras, assim como índios também fizeram uso de costumes brancos, como andar vestidos, calçados, adoção da língua portuguesa, até a

³¹RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985. p. 190.



conversão ao cristianismo, porém sem abrir mão de sua cultura como almejavam os membros da elite, mas utilizando a cultura branca a seu estilo, fazendo uso das práticas de sobrevivência.

Vemos como o discurso sempre tendeu a expelir o índio da cidade, porém ele bravamente resistiu e lutou para conquistar seu espaço, que se constituiu do local onde se dá significados através das relações, com a cidade tornando-se cada vez mais alva, era imperativo que se “escondesse” seu passado de tapera e se firmasse sua transformação em grande urbe. Percebe-se, que nas entrelinhas, o governo queria eliminar o pobre, de forma geral, mas aqui, pobre, era aquele que não se esforçava, nem estava nos parâmetros de civilização propostos. Os Códigos de Posturas eram instrumentos de exclusão social. Tal legislação ordenava aos habitantes uma completa modificação de sua moradia, até a postura nos logradouros públicos.

A arquitetura da cidade vem trazendo um estigma do que a cidade representa: civilização. Era preocupante para os enriquecidos que a cidade mais parecesse uma grande aldeia atrasada, do que a capital mundial da borracha. É como, nos diz o historiador Otoni Mesquita³², Manaus foi enfeitada, urbanizada seguindo os moldes de uma vitrine, objetivando atrair olhares de comerciantes e investidores internacionais. Enquanto isso, o índio resiste e luta bravamente. O índio luta não para mostrar superioridade ao branco, porém, para ter acesso aos saberes e fazeres próprios serem respeitados, e para poder manifestar sua cultura. Pelas imagens, e seu discurso, vemos que a cidade mostrada, apresentada ao mundo era uma, e a realidade outra, que mostrava uma distância grande, como se os índios estivessem longe da Manáos projetada.

³²MESQUITA. 2006, *op. cit.*



Bibliografia

AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elisabeth Cary. *Viagem ao Brasil – 1865-1866*. Trad. de João Etienne Filho. São Paulo / Belo Horizonte: Edusk/Itatiaia, 1975.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. (1852). *Dicionário Topográfico, histórico, descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. Recife: Meira Henrique Nova – Edição Facsimilar; Manaus: Associação Comercial do Amazonas – ACA – 1984. (Coleção Hileia Amazônia, “1”).

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco antes e além depois*. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1977.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Trad. José Martins Barbosa e Hemerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da Modernidade*. Trad. de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Toratti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRAUDEL, Fernand. *Gramática das Civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Trad. de Sérgio Goés de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BURNS, E. Bradford. *Manaus, 1910: retrato de uma cidade em expansão*. Trad. de Ruy Alencar. Manaus: Editora Artenova limitada, 1966.

CHASTEEN, Jhon Charles. *América Latina: Uma História de Sangue e Fogo*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

COLLEÇÃO das leis da Província do Amazonas – Tomo V, parte 1 – LEI N. 68, de 04 de setembro de 1856. Manaus, 1856. Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas –IGHA.

COSTA, Hideraldo Lima da. *Amazônia: Paraíso dos Naturalistas. Amazônia em cadernos*. Manaus: EDUA n. 06, 2000.

DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus – 1890-1920*. Manaus: Valer, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Org. e Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979



MARCOY, Paul. *Viagem pelo Rio Amazonas*. Trad. de Antônio Porro. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto. Editora da Universidade do Amazonas, 2001.

MESQUITA, Otoni Moreira. *La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900)*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas (EDUA), 2009.

MESQUITA, Otoni. *Manaus História e Arquitetura (1852-1910)*. 3. ed. Manaus: Editora Valer / Prefeitura de Manaus / UNINORTE, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Entre práticas e representações. A cidade do possível e a cidade do desejo*. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, PECHMAN, Robert (orgs.) *Cidade, povo, nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

SCHAPOCHNICK, Nelson. Cartões Postais, Álbuns de Família e Ícones da Intimidade. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.) e SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil: República da Belle Époque a Era do Rádio*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TAVARES NETO, João Rozendo. *A República no Amazonas: disputas políticas e relações de poder (1888-1896)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2011.



“No tempo dos antigos índios”: memória e identidade indígena no Planalto da Conquista em fins do Século XX e princípios do XXI¹

Renata Ferreira de Oliveira²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir a descendência indígena de Batalha, região rural de Vitória da Conquista na Bahia, tendo em vista a presença de comunidades que se auto definem como originárias das etnias indígenas que habitaram a região antes da sua colonização. Ainda se propõe a analisar os conflitos marcantes na história de vida dos atuais habitantes, bem como os processos de resistência definidores da identidade e da tradição. Assim, é a partir da revisitação da memória presente na rede de transmissão oral da Batalha, que se fundamenta essa pesquisa, tendo como possibilidade propor um encontro com os registros dessa memória e o tempo presente.

Palavras-chave: Conflito, indígenas, resistências.

***"In the time of ancients indians":
memory and identity of indigenous in “Planalto da Conquista” (Brazil) in the Century
XX ends and principles of the Century XXI***

ABSTRACT

This article aims to discuss about indigenous descendants of “Batalha”, a rural region of “Vitória da Conquista”, in “Bahia”, Brazil, in view of the presence of communities that self-defining as originating from indigenous ethnic groups that inhabited the region first your colonization. It still aims to analyze the defining conflicts in the history of life of current residents, as well as the defining resistance processes of identity and tradition. Therefore, it is from the revisitation of this memory in the oral transmission of “Batalha”, which is based this research, with the possibility to propose a meeting with the records of this memory and the present time.

KEYWORDS: Conflict, indigenous, resistance.

¹ Recebido em: 12 de setembro de 2015. Aceito para publicação em: 15 de janeiro de 2015.

² Professora de História do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus de Salinas. Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal da Bahia – UFBA (2012). Graduada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (2009). E-mail: renata.oliveira@ifmg.edu.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9138560644299963>.



Memórias Reveladas: O grupo indígena da Batalha

No interior baiano, precisamente na região historicamente denominada Sertão da Ressaca, há um povo que mesmo sem saber exatamente a que grupo nativo pertenceram os seus antepassados, decidiu se organizar a partir da (re)construção de sua consciência étnica como indígenas. Em um passado não tão distante, crianças que moravam nesse lugar estavam brincando na serra quando encontraram pedaços de utensílios dos índios que há muito tempo habitaram aquele lugar. Dos vestígios que os antigos deixaram, as mulheres decidiram aprender a fazer peças artesanais de barro e incorporá-las à sua vida cotidiana. A terra vermelha, ao tingir as panelas de cerâmica então produzidas, era vista como “o sangue dos antepassados”, derramado em demasia quando a “civilização” chegou próxima ao mundo indígena. Ao passo que a partilha da aprendizagem da arte trazia a lembrança das aldeias, unidas para sobreviver à dor imposta por homens vindos de longe e que chegavam para guerrear, para conquistar.

O passado nesse lugar do sertão é desenhado por marcas e raízes profundamente indígenas, reveladas nas rodas de conversas com os idosos em torno do fogo. Elas exaltam os valentes guerreiros, os caboclos da tribo, aqueles que levavam no peito, na lança e na flecha a certeza de que seu povo continuaria e seguiria resistindo naquele pedaço de chão que outrora fora pisoteado pelas botas do caçador que estava em busca, não de animais, mas de índios. E foi assim, na longa jornada da conquista promovida pelo invasor, nas marchas rumo às guerras, que resistiu encravado na serra um lugar chamado Batalha, um lugar de índios.

Quando a guerra dos brancos chegou para os índios do Planalto da Conquista não havia muitos caminhos a seguir. Os mais comuns eram dois: ou a resistência ou a aliança³. Essa última, muitas vezes, era a arma de sobrevivência para os nativos, ao passo que, para os invasores era o meio de dominar as populações indígenas.

³ Essa discussão pode ser vista em toda a obra da professora doutora Maria Hilda Baqueiro Paraíso. Para essa primeira parte do texto utilizo, sobretudo, o texto sobre os índios do Rio Pardo. Ver: PARAÍSO, Maria H. B. Os índios do Rio Pardo e a Imperial Vila da Vitória. *Revista do Departamento de Antropologia e Etnologia da UFBA*, Salvador, Ano 1, n.1, dez. 1984.



O Sertão da Ressaca foi um lugar de refúgio onde etnias indígenas puderam sobreviver. Há diversos autores que apresentam essa discussão, mas a revista do Museu Regional sobre a história indígena é uma importante publicação nesse sentido⁴.

Em fins do século XVIII, o canto do pássaro agourento prenunciava um tempo nefário que chegaria com a poeira das tropas, com o barulho das clávenas e com os latidos dos cães. Era o tempo da luta sangrenta. Os contatos entre brancos e índios aconteceriam com muita rapidez e os combates eram inevitáveis. E eles chegaram. Cruentos e traiçoeiros foram, pouco a pouco, causando às sociedades indígenas a transformação das suas estruturas sócio-políticas e econômicas.⁵

Os kurukas,⁶ ou seja, as crianças indígenas, eram capturados, as mulheres caçadas a “dente de cachorro” e os homens obrigados a trabalhar pesadamente na derrubada de suas matas, na abertura de estradas. Logo mais, crianças, mulheres e homens seriam levados para longe de seu território, confinados em aldeamentos, dividindo o mesmo espaço com seus inimigos nativos.

Essa nova realidade era difícil para os índios que eram obrigados a abandonar os territórios, os túmulos dos seus antepassados, os lugares de festas e orações para recomeçarem em terras estranhas, com homens e costumes estranhos. Não houve muita saída para os nativos. Eles foram levados, aldearam-se e recomeçaram. Mas, para eles, a saudade das terras dos antepassados era forte demais para ser abandonada, por isso, alguns, em algum momento, decidiram voltar. Assim, os índios, agora aldeados, voltaram e recomeçaram a comunidade nesse lugar do sertão chamado Batalha.

⁴ AGUIAR, Edinalva (Org.). *Ymboré, Pataxó, Kamakã* : A presença indígena no Planalto de Conquista. Museu Regional de Vitória da Conquista – UESB, 2000.

⁵ Optei por um estilo narrativo mais espontâneo, pelo fato dessa pesquisa tratar centralmente de memórias. As evidências aqui discutidas sobre a ocupação do território indígena do atual município de Vitória da Conquista podem ser encontradas no documento escrito por João Gonçalves da Costa, sertanista que adentrou esses territórios. Ver: Cópia da Carta de João Gonçalves da Costa ao Desembargador e Ouvidor de Ilhéus Francisco Nunes da Costa e governo interino da Bahia. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Brasil – Avulsos. (Cairu, 23 de fevereiro de 1782) Cópia gentilmente cedida pelo Arquivo da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

⁶ O termo *Kuruka* quer dizer criança na língua materna dos índios Gren/Botocudos. Sobre esse tema ver: PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Trabalho escravo de crianças indígenas: uma realidade do século XIX*. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/maria_hilda_baqueiro_paraíso.pdf>. Acesso em: 15/02/2015.



A Batalha não era mais a mesma, os índios também não. Ela havia sido ocupada por gente branca, por gado e por roças. Eles agora estavam misturados, miscigenados, inseridos em uma cultura alheia à de seus antepassados. Mas isso não importava, o que de fato contava para os índios era estar no lugar onde os guerreiros tombaram em luta, onde os espíritos apareciam na mata, onde os caboclos da tribo vinham à noite para conversar e aconselhar.

Mas a violência pelas guerras não cessava. Para a sociedade que nascia, o único índio bom era o morto ou o civilizado⁷. Não se admitia índios “errantes” nas matas. Por isso, pouco a pouco, os costumes dos antepassados ficavam distantes, esquecidos. A separação dos parentes que permaneciam nos aldeamentos ou que “desapareceram” dentro da sociedade nascente, também causaram inúmeras perdas para os índios, principalmente no processo de reelaboração das suas identidades.

Tal como um cacto, que nesses sertões brota sobre as pedras, a lembrança dos índios insistia em resistir. E foi assim que esse povo, nesse lugar, juntando os fragmentos de um passado estilhaçado, reconstituiu uma memória indígena que hoje é patrimônio do grupo⁸.

A História de Vitória da Conquista

Correu de boca em boca por entre as gerações: os mais idosos ainda sabem que o curioso nome da Cidade de Vitória da Conquista, na Bahia, está ligado à conquista dos índios

⁷ Há uma série de documentos que evidenciam o cenário de violência na qual os indígenas do Planalto da Conquista foram inseridos a partir da chegada dos sertanistas. No Arquivo do Fórum João Mangabeira encontramos, por exemplo, processo contra o índio Manoel Periquito e outros, documento sobre a morte do Capitão Justino Ferreira Campos no Arraial dos Poções, processo contra o índio Joaquim dando notícias sobre a tentativa de assassinato de um negro. Diversos, 1848 e Diversos, 1877.

⁸ O conjunto de depoimentos colhidos entre os anos de 2009 e 2010 compõem o arquivo que denominei de Memórias da Batalha. É importante ressaltar que a constituição do banco de dados a partir das fontes orais originou-se de entrevistas individuais e grupais. Para tanto, foi imprescindível estruturar os métodos próprios da história oral, como ensina Paul Thompson. Para esse autor, é necessário usar uma metodologia anteriormente rearranjada, pensada e planejada antes de ir ao grupo. Então, devemos guiar-nos por um roteiro de entrevistas cuja finalidade é não deixar perder instrumentos necessários à compilação dos relatos orais, tais como sentimentos expressos, gestos empregados durante as falas, silêncios, lugares de memória, entre outros. São esses instrumentos que alimentam o “banco de dados.” Ver: OLIVEIRA, Renata Ferreira de. *Índios Paneleiros do Planalto da Conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais*. Dissertação de Mestrado. UFBA. 2012. THOMPSON, Paul. *História Oral – A Voz do Passado*. São Paulo. Editora Paz e Terra. 1992.



por João Gonçalves da Costa, o povoador⁹. Entre o Rio Pardo e o Rio de Contas abrigavam-se os índios da Ressaca: Pataxós, Mongoyós e Ymborés. Tomando conhecimento deles, o português e mestre-de-campo João da Silva Guimarães¹⁰ entendeu-se com El-Rei, oferecendo-se para conquistar esses gentios que “infestavam” o rico sertão.

Receando um encontro com os índios que lhe fosse prejudicial, pois eram somente cinquenta soldados e mais de trezentos “selvagens”, tomou o sertanista conhecimento da localização dos nativos, nas proximidades do Rio Gavião.¹¹ Seguiram-nos de longe, saindo num lugar denominado Santa Inês,¹² onde lhe fora revelado, “por milagre”, o seu itinerário¹³. Já à noite, abraçou a mata adentro “com archotes de raízes resinosas, em busca dos índios, até um lugar chamado Batalha,¹⁴ (assim chamado pela luta que aí se feriu), onde os alcançou, travando-se às 4 horas da manhã luta renhida, selvagem e porfiada”¹⁵.

A chegada dos portugueses ao Brasil modificou diretamente os modos de vida dos índios que habitavam suas terras. É sabido que os primeiros contatos foram pautados no ritmo do escambo já conhecidos pela historiografia nacional. Ao passo que se estabeleceu o povoamento das terras, determinando sua exploração com base na política agroexportadora,

⁹ Termo utilizado pelo Jornal *O Combate* - Ano VI - Vitória da Conquista, 4 de Março de 1935, n. 28. Arquivo Municipal de Vitória da Conquista.

¹⁰ João da Silva Guimarães foi um dos principais bandeirantes a explorar os sertões mineiro e baiano em meados do século XVIII. Explorou a Barra do Rio Doce, às margens do Rio São Mateus, nos sertões mineiros; e posteriormente, o Alto Sertão e o da Ressaca, na Bahia. Ele buscou, a serviço da Coroa portuguesa, as tão faladas esmeraldas existentes no sertão de Minas Gerais e reservas de ouro e prata no baiano. Chegou a comunicar descoberta de diamantes na Barra do Rio Doce, indo depois para o Alto Sertão da Bahia. De lá, foi para o Recôncavo, onde continuou a relatar suas descobertas às autoridades portuguesas. Na Bahia, percorreu os territórios do Rio Paraguaçu, Rio das Contas e Rio Pardo. Sobre João da Silva Guimarães. Ver: MEDEIROS, R. H. de A. *O município da Vitória*. Notas críticas. Edições UESB, 1996. p. 96.

¹¹ Atualmente, o Rio Gavião pertence aos municípios de Anagé e Caraíbas - e daí para o Ribeirão do Gado Bravo localidade de mesmo nome que pertence à divisa dos municípios de Anagé e Caetanópolis. Ver: TORRES, Tranquilino. *O município da Vitória*, 1897, p. 44.

¹² Serra da Santa Inês localizada na Batalha. Ainda hoje a serra é conhecida por este nome e tem por referência as lutas que ali se deram entre índios e sertanistas.

¹³ Versão do cronista Anibal Lopes Viana. Ver: VIANA, Anibal L. *Revista Histórica de Conquista*. Vitória da Conquista. Brasil Artes Gráficas, v.1. 1982, pp.14-15.

¹⁴ A comunidade da Batalha atualmente se reivindica como descendente dos indígenas que ali viveram nos tempos da conquista. A Batalha já foi uma grande fazenda. Nas palavras de Ruy Medeiros: “É que “Batalha” designava área bem maior do que o espaço ocupado posteriormente pelo velho latifúndio denominado Fazenda Batalha. Agora essas terras encontram-se bastante fragmentadas e com várias denominações. De acordo com os relatos dos moradores, a jurisdição iniciava-se no Poço Escuro, um dos lugares de moradia dos nativos, até o extremo da atual comunidade da Lagoa do Arroz e da Serra de Santa Inês. As terras se estenderiam por um raio de 40 km de extensão. O território localiza-se a oito quilômetros da cidade de Vitória da Conquista, no distrito rural de José Gonçalves. Ver: MEDEIROS, R. H. *Notícias da Velha Casa de Oração*. Disponível em: <http://www.blogdopaulonunes.com/noticias_especificas2008a/20080201_noticia_01.htm>. Acesso em: 08 de outubro de 2009.

¹⁵ VIANA, Anibal L. Op. cit., p.15.



os conflitos entre os povos nativos e os colonizadores se acirraram. O compasso da conquista e exploração das terras pelos portugueses desencadeou a resistência e luta pela manutenção dos territórios dos indígenas. Os processos que transformaram as relações sociais e, por sua vez, destruíram comunidades nativas que habitaram o Sertão da Ressaca foi o mesmo já utilizado contra esses povos em outras regiões da colônia.

A colonização do Planalto da Conquista foi o resultado de um processo conexo à busca de ouro, já decadente nas Minas Gerais, à expansão da pecuária, bem como ao povoamento dessas terras, o que possibilitaria a formação de um caminho entre o litoral e o sertão e o aprisionamento e/ou “conquista” da população nativa.

A “pacificação” e povoamento do território que se chamaria Arraial da Conquista, inicialmente realizados por João da Silva Guimarães,¹⁶ líder da Bandeira¹⁷ responsável pela ocupação territorial do sertão, iniciada em meados do século XVIII, foi continuada por João Gonçalves da Costa¹⁸. A história do município de Conquista está marcada pela luta contra as aldeias nativas, em um contexto caracterizado pela violência, pela imposição da cultura do colonizador, pelo aldeamento dos índios sobreviventes, que obrigou os diversos grupos, muitas vezes inimigos, a conviverem entre si, num sistema de violação de sua cultura e organização.

A visão construída sobre o fundador de Vitória da Conquista, o capitão-mor João Gonçalves da Costa, é bastante positiva, tendo ficado eternizada nas memórias refletidas na imprensa mais de um século depois. O jornal *O Combate* disse dele: “criou no centro da Bahia o grande núcleo pastoril. Augusto de Saint Hilaire conheceu-o, quase centenário. O

¹⁶ Sobre João da Silva Guimarães, ver: MEDEIROS, R.H. de A. *O município da Vitória*. Notas críticas. Vitória da Conquista, 1996, p. 96.

¹⁷ Ruy Medeiros, nas notas da edição do livro de Tranquilino Torres, *O município da Vitória*, salienta que: “o objetivo da bandeira sertanista era explícito naquele regimento: Conquistar o sertão entre os Rios das Contas, Pardo e São Mateus, encontrar metais preciosos, estabelecer fazendas de gado, matar índios que se opusessem à conquista, estabelecer aldeias e destruir quilombos que fossem encontrados”, p.90.

¹⁸ Assim o descreve Maria Aparecida Sousa: “João Gonçalves da Costa é uma figura proeminente e pioneira no processo de conquista, ocupação econômica e povoamento do Sertão da Ressaca, local em que se estabeleceu o arraial da Conquista, núcleo original da cidade de Vitória da Conquista. Destacado por uma atuação empreendedora, arguta e aventureira, revelando-se como um agente do Estado Português altamente dedicado e eficaz”. SOUSA, Maria Aparecida. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Edições UESB, Vitória da Conquista, 2001, p. 47.



príncipe Maximiliano de Wiede-Neuwied fala enternecidamente dele. Um espantoso sujeito aquele João Gonçalves da Costa!”¹⁹.

Sobre o gentio, a memória construída é oposta, negativada:

De fibra inflexível, de pé veloz, de catadura má, senhores, qui’ora de todo o interior da província. Errantes, sem acampamentos e sem lavouras, como um bando de inimigos perversos, de tacapes ao ombro e envernizados de resinas vegetais, andavam pelos desertos ainda inviolados²⁰.

No contexto das disputas pela ocupação do território onde se originou a Cidade de Vitória da Conquista, os conflitos com os Mongoyó são os mais abordados pela historiografia local, que alimentou a mitológica fundação de Vitória da Conquista. Os contatos entre colonizadores e o povo Mongoyó não ocorreram sem oscilações, indo desde a formação de alianças até o confronto direto. O mito que fundamenta a gênese da cidade encontra-se vivo ainda hoje no imaginário popular. A memória local refere-se, sobretudo, ao marco que é a batalha final entre os Mongoyó e os colonos, na qual João Gonçalves da Costa teria, inclusive, recebido ajuda de Nossa Senhora das Vitórias, que o teria apoiado ainda em combate²¹.

A resistência dos indígenas foi o principal obstáculo para a formação do Arraial. As etnias que habitavam a encosta do Planalto foram desestruturadas, mas não sem resistirem por meio dos mais complexos sistemas de oposição à conquista. Desde os primeiros contatos com os desbravadores, os nativos reagiram defendendo o seu território, e mesmo depois da instalação do Arraial da Conquista, tem-se notícias de confrontos entre colonizadores e indígenas. Aliás, os primeiros tempos de Conquista são marcados “por um conjunto de guerrilhas cruéis, onde as tribos foram dizimadas pela força das armas, da exploração e pela disseminação de doenças contagiosas”²².

A instauração do conflito foi marcada pelas batalhas entre nativos e colonos. Esses últimos fizeram largo uso de vários mecanismos já empregados na captura dos indígenas. Das etnias indígenas dessa região, foram os Mongoyóos que se associaram a João Gonçalves da Costa, numa tentativa de sobreviver às intenções do capitão-mor e ainda combater os

¹⁹ *O Combate*. Op. cit.

²⁰ Idem, *ibidem*.

²¹ Sobre os conflitos travados entre indígenas e João Gonçalves da Costa, ver: TORRES, T., Op. cit, p. 46-47.

²² MEDEIROS, Ruy Herman. *Recomendação ao bandeirante*. Fifó, Vitória da Conquista, 1998, p. 124.



Ymboré, seus inimigos. Esse complexo mecanismo pode ser entendido como um fator de sobrevivência ante a conquista efetuada pelos colonizadores. Conforme argumenta Paraíso²³, certamente, o mestre-de-campo se beneficiou da aliança nas batalhas contra os outros grupos, enquanto os Mongoyó viram nessa união a possibilidade de derrotarem de vez seus inimigos botocudos e manterem seu território. Assim, a partir da discussão exposta acima, pode-se concluir que a fomentação das guerras intestinas entre os grupos indígenas foi estrategicamente empreitada pelos sertanistas para potencializar o processo de conquista dos nativos.

Contudo, com o avanço de João Gonçalves, os Mongoyó perceberam que as suas necessidades iam além da derrota dos seus antigos inimigos, impondo-se aquela de enfrentar o desafio de manterem seus domínios fora do jugo do capitão, cada vez mais ávido por novas terras, especialmente diante do avanço dos latifúndios. À medida que a presença aguerrida dos conquistadores ameaçou a sobrevivência dos Mongoyó, com a usurpação de suas terras, a aliança desfez-se e operou-se a intensificação dos conflitos, com a traição e a crueldade contra os nativos passando a marcar o contexto das lutas entre os antigos aliados e os colonizadores.

A fundação da cidade de Vitória da Conquista é sustentada em mitos. Dentre eles, o de que após o episódio da grande batalha contra os Mongoyó, o capitão-mor prosseguiu nas suas conquistas, lutando contra índios resistentes e jaguares²⁴. De facão em punho, teria enfrentado os selvagens, momento em que teria visto surgir entre as folhagens uma índia muito diferente das outras, pela beleza que possuía, e que, ao tentar aproximar-se para capturá-la, a índia correria à sua frente desde o lugar de nome Batalha até o lugar do centro da grande aldeia Mongoyó. Ali, a índia dera a frente ao capitão e ele teria reconhecido nela a imagem de Nossa Senhora. O capitão apavorou-se, estatelado com a visão. Fincou o facão no chão, ajoelhou-se e disse: “*aqui, levantarei a Vossa Igreja*”. Assim, a índia desapareceu em sua frente²⁵.

Os episódios das batalhas contra os indígenas e a posterior colonização do Planalto da Conquista são imortalizados em trechos do canto do guerreiro Mongoyó, de autoria de Elomar Figueira Mello, “um dia bem criança eu era, ouvi de um velho cantador. Sentado na Praça da

²³ PARAÍSO, Maria H. B. *Caminhos de ir e vir e caminhos sem volta: índios, estradas e rios no Sul da Bahia*. Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA, 1982.

²⁴ *O Combate*, Op. cit.

²⁵ VIANA, A. L. *Revista Histórica de Conquista*. Vitória da Conquista. Brasil Artes Gráficas, v.1, 1982, p. 15.



Bandeira que vela a tumba dos heróis. Falou do tempo da conquista da terra pelo invasor. Qui em inumanas investidas venceram os índios mongoyós. Valentes mongoyós”²⁶.

A descendência indígena da comunidade da Batalha se identifica com os índios sobreviventes ao massacre. Alguns foram capturados e “amansados”, outros se refugiaram na localidade conhecida por “casa dos índios”²⁷. Ao passo que a consolidação do povoamento do Sertão da Ressaca se constituía por meio da expulsão dos indígenas de suas terras para a materialização das áreas de pecuária, as configurações de uma sociedade em formação se definiam pela solidificação de famílias originárias do conquistador.

O fio da memória: indígenas reconstróem a sua história

Por se tratar de uma comunidade rural, a maioria das informações acerca da continuidade da presença indígena na Batalha são produtos da memória de seus habitantes. As narrativas aqui citadas fazem parte do arquivo que nomeei de Memórias da Batalha e que foi utilizado para a produção da minha monografia de finalização de curso de História. Esse arquivo contém depoimentos colhidos por mim, mas também por agentes sociais da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista no ano de 2005 e por agentes da Comissão Pastoral da Terra (unidade de Vitória da Conquista), entre os anos de 2005 e 2009. Boa parte dos relatos compõem o acervo digital do arquivo dessa Comissão.

No ano de 2010, o arquivo foi complementado durante a pesquisa que desenvolvi no mestrado. Os depoimentos orais compuseram um banco de dados com cerca de quarenta páginas de apontamentos. As entrevistas versam sobre variados assuntos, mas o foco central é a construção histórica da comunidade desde a batalha dos colonizadores com os índios Mongoyó. Porém, os registros também revelam as tradições culturais e artesanais do grupo, a religiosidade e a mitologia. Foram depoentes: Alriza Rodrigues de Oliveira; Jesulino Rodrigues de Oliveira; Adelino Rodrigues de Oliveira; Alice Rodrigues de Oliveira; Fernando

²⁶ Elomar Figueira Mello nasceu na zona rural de Vitória da Conquista. É um importante artista da música brasileira. Mora atualmente na Fazenda Casa dos Carneiros, no município de Anagé, onde mantém uma fundação que abriga suas obras musicais. O canto do guerreiro mongoyó foi originalmente publicado no disco *Cantoria e Cantadores*, no ano de 1984.

²⁷ Nos relatos dos habitantes da Batalha, a casa dos índios aparece como localidade onde os sobreviventes do conflito se refugiaram até serem aldeados, quando surge o Serviço de Proteção ao Índio (SPI).



Oliveira; Gilvandro Gonçalves, Maria Elza Maria Elza Rodrigues de Oliveira; Valdívio Gonçalves de Oliveira; Hormínio Rodrigues de Oliveira; Juscelina Rodrigues de Oliveira.

A formação da memória da Batalha só se fez possível em razão da preservação da coletividade indígena após a derrota imposta por João Gonçalves da Costa, seja a partir do retorno para o local onde viveram os antepassados, seja migrando para o ambiente urbano da Imperial Vila da Vitória, seja nos aldeamentos, mantendo, dessa forma, a comunidade tão necessária à produção da cultura e da memória.

Enquanto o quase centenário João Gonçalves da Costa descansava em sua fazenda Cachoeira²⁸, rodeado por escravos e “índios mansos”²⁹, os descendentes dos indígenas que resistiram aos seus ataques já fixavam residência novamente na Batalha³⁰. Com o firme intento de lembrar-se de seus parentes mortos, dos que reagiram por força das guerras, das alianças e por fim, dos que tentaram a readaptação nos aldeamentos o grupo que permaneceu no lugar da antiga aldeia, conseguiu atrair outros índios, integrados ou não à população do arraial, para o lugar de seus antepassados, erguendo um memorial para o descanso dos mortos, o atual e mais antigo cemitério da região, o cemitério da Batalha³¹.

Em torno do cemitério, pouco a pouco ressurgiu a comunidade. Nesse tempo, as famílias de fazendeiros já haviam se instalado por lá. Rita Gonçalves da Costa, neta de João Gonçalves da Costa,³² comprara grande parte da fazenda ao Conde da Ponte e à sua consorte³³. Em contraponto, de acordo com o depoimento do senhor Jesulino Rodrigues de Oliveira, o finado Paulo, que era índio, havia se apossado de parte das terras que pertencera aos seus antepassados. Acreditava ele ser herdeiro de mais de seis léguas de terras, desde as

²⁸ Hoje localidade no município de Manoel Vitorino, às margens da BR 116.

²⁹ O príncipe Maximiliano de Wied Neuwied relata o encontro que teve com João Gonçalves da Costa no ano de 1817. Ver: WIED, NEUWIED, Príncipe Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. Rio/São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1940.

³⁰ Por se tratar de uma comunidade rural, a maioria das informações acerca da continuidade da presença indígena na Batalha são produtos da memória de seus habitantes.

³¹ Ver: Grandes Reportagens do Correio da Bahia. *A Conquista do Oeste: Patriarcas de Conquista*. *Revista Memória da Bahia*. UCSAL, 2002.

³² Sobre Rita Gonçalves da Costa, ver: VIANA, Op. cit., p. 83.

³³ Ação de embargo de obra empreendida por Maria Clemência de Jesus em 1866 contra Joaquim Machado e sua mulher, que estavam em uma posse de terras da dita Maria, fazendo roças e levantando casas sem ter direito algum. A autora da ação se referencia em um documento de 1829, que é a comprovação de que Manoel Gomes Ribeiro e Rita Gonçalves da Costa compraram as terras da Batalha à Casa da Ponte. Arquivo do Fórum João Mangabeira. Embargo de Obra. Processo Caixa Diversos, 1866.



matas do Poço Escuro³⁴ à Laje do Gavião³⁵. Embora todos desejassem possuir as sete léguas em quadra, prometidas nos aldeamentos do Rio Pardo³⁶, contentaram-se com a parte que puderam ocupar, dividindo-se pelo território da Batalha, sem jamais ter acesso às Matas do Poço Escuro, à Laje do Gavião e tampouco às sete léguas quadradas das aldeias.

Relata o senhor Jesulino que ao ser ameaçada pelos fazendeiros de ter seus territórios invadidos, a família de Paulo comprou um conto de réis dessas terras, repartindo-a entre seus parentes, “porque o Paulo era índio e foi ele que comprou um mil réis de terra aqui e repartiu”³⁷. Assim, os descendentes dos indígenas permaneceram na antiga Batalha, fixando moradia definitiva, embora transitassem constantemente por vários territórios, sobretudo em busca de trabalho nas fazendas, qual foi o caso do índio Artur, que nasceu na Batalha no início do século XX e, quando cresceu, viu-se obrigado a permanecer em constante trânsito pelo território do Cachimbo e pelas terras da Batalha à procura de trabalho.

Quem narra essa história é o senhor Jesulino Rodrigues. De acordo com os seus depoimentos, no Verruga³⁸, o índio Artur empregou-se como roceiro na Fazenda Primavera, antigo latifúndio que pertenceu aos descendentes de João Gonçalves da Costa. Atualmente, é uma fazenda para a pecuária da região do município de Itambé. Passou a viver entre o que restou dos índios aldeados, onde “morreu à míngua, sem auxílio médico”³⁹.

Na Batalha, depois de reconstruída a comunidade, a lembrança dos tempos da guerra da conquista permanecia viva e representada pela serra da Santa Inês e pelo cemitério construído no lugar da luta. Diz Seu Jesulino:

o batalhão dos índios era aí, onde tem o cemitério. Já chama Batalha porque era dos índios. Os mais velhos falavam que nós viemos da nação dos índios da Santa Inês, que por sinal era índia e minha vó. Essa descendência de hoje

³⁴ Até hoje a região é conhecida como Matas do Poço Escuro e era um lugar de refúgio dos indígenas perto da nascente do rio de mesmo nome.

³⁵ Localidade ainda com esse nome por conta do Rio Gavião cortar o lugar. Pertence ao município de Anagé – Bahia.

³⁶ Memórias da Batalha - Jesulino Rodrigues de Oliveira. 87 anos. Entrevista concedida em junho de 2009.

³⁷ Plano de Desenvolvimento das comunidades tradicionais de Vitória da Conquista. Arquivo da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Série Conquista. 2005.

³⁸ Nome dado ao Aldeamento do Cachimbo, devido ao Rio Verruga, que cruzava essa região indo desaguar no Rio Pardo (hoje, Verruga se transformou na cidade de Itambé)

³⁹ Atestado de óbito de Artur Rodrigues de Oliveira. Arquivo da família.



toda aí é índia. Meus pais nasceram e morreram aqui, por isso que nós somos é dessa nação, dos índios da Batalha⁴⁰.

Para reconstruir suas moradias, os indígenas ajuntavam-se em mutirão, como forma de preservarem os seus costumes. Novamente, Seu Jesulino diz que, “as casas aqui, que nós fazíamos junto, era de palha. E pra menino dormir abria aquelas palha e botava em cima de uma caminha de vara, aqueles jiraus. Num tinha nem coberta pra embrulhar, botava num corão de boi, dormia dez menino junto”⁴¹.

Como não existiam utensílios domésticos, os indígenas decidiram recolher os restos de panelas de barro que encontravam na serra da Santa Inês. As crianças iam até as tocas de pedras dos índios, onde encontravam cacos de vasilhas. Os índios que foram “amansados” deixaram de fabricar a cerâmica e aqueles que iam para os aldeamentos, se ocupavam de outros hábitos, como a agricultura. Conta dona Alriza Rodrigues de Oliveira, de 80 anos, que:

Fulozona era índia, morava lá na Inês. Ela mandava nós apanhar dos índios pra ver, pra fazer as panelas, nós levávamos um trem pesado desse tamanhinho assim! era um peso, nós levávamos para ela olhar pra fazer. Nós pegávamos os cacos assim por fora, onde é que as índias faziam.⁴²

Com os cacos de panela em mãos, as crianças imitavam as índias antigas, sentando no lugar que elas produziam a cerâmica. “Quando nós apanhávamos as panelas, já tinha muito tempo que eles tinham saído. Nós sentávamos onde por acaso eles faziam. Mas eles sabiam que um dia nós íamos, porque deixou as mostras, aí nós foi lá e apanhou”⁴³. Como meio de preservarem o costume, as mulheres que conseguiram os exemplares de cerâmica se reuniram e todas aprenderam a arte de produzir os artefatos. “Como era nosso costume, toda essa raça de gente aprendeu a fazer panela e todas somos chamada de paneleira”⁴⁴.

⁴⁰ Relatos extraídos dos documentos que acompanharam os registros de negociação para a comunidade ser reconhecida como terras tradicionais. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra. 2008.

⁴¹ Idem, ibidem.

⁴² Depoimento de D. Alriza Rodrigues de Oliveira – 80 anos. Entrevista concedida em junho de 2009.

⁴³ Idem, ibidem.

⁴⁴ Idem, ibidem.



A trajetória dos moradores da Batalha mistura-se ao curso da história da região. O processo de resistência e readaptação aos novos hábitos, introduzidos pelos “conquistadores do sertão”, estava apenas se desenvolvendo. Manter o costume tradicional do povo indígena foi, ao longo do tempo, gerando os conflitos constantes com os detentores do poder local. Um exemplo disso é o depoimento de Maria Elza Rodrigues de Oliveira quando ela diz que a matéria-prima necessária para a continuidade do artesanato em barro, agora pertence aos fazendeiros, que em um determinado momento da história do grupo, grilou terras indígenas.

Os litígios acirraram-se pela questão fundiária, a partir dos quais se limitou ainda mais o território dos “paneiros”⁴⁵, como narra o senhor Adelino Rodrigues de Oliveira⁴⁶: “quando foi pra desocupar de novo ali a Batalha, nos anos 10 por aí, foi quando começou a guerra dos coronéis”. Essa guerra foi na verdade disputa pelo poder político, ocorrida entre 1910 e 1919, e que ficou conhecida como luta entre *Meletes e Peduros*⁴⁷. Os ditos coronéis chegavam à região e invadiam as terras. Como ninguém possuía coragem para barrá-los, eles se apossavam do território dando em troca algumas coisas sem valor.⁴⁸ Esse poderio político averiguado em Vitória da Conquista durante boa parte do século XX, foi sentido na comunidade, pois a posse da terra estava novamente em disputa.

Desse modo, o povo da Batalha teve seu território cada vez mais reduzido. Por volta de 1930, apossou-se de partes das terras desse lugar o coronel Zacarias Gusmão e seu irmão Zeca Gusmão⁴⁹. Diz o senhor Adelino: “Eu lembro que em 1930 foi um povo morar aí no Ribeirão. Zacaria e Zeca Gusmão, na época que eles mataram uns guardas. Na época do coronelismo”⁵⁰. Mas os Gusmão não possuíam água na terra deles. Queriam expulsar a família de índios. Sabendo da dificuldade em fazer um acordo, os indígenas optaram por trocar as terras “a troco de uma meia de mato. Aí os Gusmão trocaram um alqueire de terra por essa terra que ele morava aí no final. E nós ficou com a terra seca. Depois teve de comprar a terra de Zacaria de volta, mas foi o jeito de ficar aqui”⁵¹.

⁴⁵ Os descendentes dos indígenas são conhecidos também por paneiros, por causa do fabrico de cerâmica.

⁴⁶ Memórias da Batalha – Adelino Rodrigues de Oliveira – 84 anos. Entrevista concedida em junho de 2009.

⁴⁷ VIANA, A. L., op. cit. pp. 137-142.

⁴⁸ Memórias da Batalha – Adelino Rodrigues de Oliveira, Op. cit.

⁴⁹ Pertencentes à família Gusmão. Tradicional família conquistense desde 1812. Ver: VIANA, Op. cit. p. 83.

⁵⁰ Memórias da Batalha, op.cit.

⁵¹ Depoimento do Sr. Jesulino Rodrigues de Oliveira.



Por já existir a experiência da compra de terra por membros da família, para a partilha entre todos, em 1944, Vitório Rodrigues de Oliveira, bisneto de Paulo Rodrigues de Oliveira – que comprou as primeiras terras por um mil réis –, reuniu seus familiares para efetivar o retorno para seus territórios, agora em posse de Zacarias Gusmão. Por mil cruzeiros, os Rodrigues de Oliveira retornam para a Lagoinha na Batalha, onde deveriam permanecer em definitivo, o que não ocorreu, como narra o nosso depoente⁵²:

Depois disso a cidade veio crescendo, veio aumentando, teve outra confusão, mas já foi a guerra deles aqui mesmo, no tempo do finado Olimpo, ali onde hoje é a prefeitura, ali foi esconderijo de cangaceiro, ali perto de onde foi a primeira igreja. Então, morreu muita gente. Era os mocós com o povo de Olimpo, no tempo do coronel Maneca Moreira, que era os donos daqui⁵³.

A esse tempo, fabricar painéis de cerâmica havia se tornado a principal atividade econômica da comunidade. As mulheres recolhiam o barro; os homens, a lenha. As mulheres moldavam a cerâmica e os homens eram responsáveis pelo forno. Ambos vendiam a mercadoria nas feiras da Cidade de Vitória da Conquista⁵⁴. Contudo, com o passar dos anos, a região foi alvo novamente de grilagens, “Pompilo tomou uma parte aí. O finado Pompilo é do sobrado, ali onde é o Banco do Brasil”⁵⁵. Novamente, os coronéis exerceram seu poder de mando para centralizar as terras dessa região, sob o jugo dos povos indígenas que lutaram para manter o pouco que lhes restava.

Pompílio Nunes de Oliveira⁵⁶ foi um coronel descendente da família de João Gonçalves da Costa. Exerceu forte influência política nas últimas décadas do séc. XIX, assim como Zacarias e Zeca Gusmão, que pertenciam a uma das mais importantes famílias de Conquista. A posse das terras da Batalha, desde a conquista do lugar, foi efetivada pelas tradicionais famílias conquistenses e transmitida para seus descendentes. Aos indígenas, restou apenas uma pequena parte e a esperança da retomada do território perdido: “e o mil réis

⁵² Recibo de compra e venda de terras na Batalha. Arquivo do Fórum João Mangabeira, 1944 – Tabela de Notas.

⁵³ Memórias da Batalha, op. cit.

⁵⁴ Plano de Desenvolvimento das comunidades tradicionais de Vitória da Conquista. Arquivo da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Série Conquista. 2005.

⁵⁵ Memórias da Batalha - Jesulino Rodrigues de Oliveira -, op. cit.

⁵⁶ Sobre personagens históricos ver: VIANA, A. L., op. cit.



de terra que meu avô comprou, acabou tudo. Aí os fazendeiros agora tomaram aí”⁵⁷. Embora tenha havido um processo violento de expropriação das terras indígenas, a resistência observada na construção da memória do povo da Batalha pode ser compreendida como fator propulsor da preservação étnica e identitária, mas não como uma imaginação sem fundamento histórico. Essa memória é reavivada também por meio das interpretações históricas averiguadas nos depoimentos:

Ali eles foram chegando, lá só tinha uns caboclos velhos que ficaram abandonados lá, então venderam, deram, e esse povo aí passaram a mão, tomaram, usaram de esperteza. Ali onde era da gente, depois que o finado Aprígio morreu, o finado Misael⁵⁸ era muito esperto, antes do velho morrer, ele chegou e levou velho para a casa dele, lá o velho morreu, nessas alturas ele passou a mão nos documentos. Então, teve gente que trocou terra até a troco de um rádio. Logo quando saiu o rádio, num era todo mundo que podia ter, então trocou no rádio. E o finado Aprígio⁵⁹ tinha a escritura que rezava que a terra ia até Caetitê, essa escritura passou pra mão do finado Misael, que agora deve tá com os filhos. Na mão nossa é que num ficou. Quando minha mãe casou, foi morar nas terras da sogra, só tio Pedro que ficou, os outro foi casando e foi saindo, só ti Pedro sozinho que ficou, até quando ele morreu, coitado. Então, esses documentos ali, donde é o Ribeirão que era da gente, donde hoje os ricos passou a mão, eles é quem tem o documento daquelas terras ali, ninguém mais tinha, a não ser do lado de lá da Lagoinha, mas cá no Ribeirão é essa escritura. Ali era da gente, era tudo nosso. Antes disso, era tudo daqueles primeiros índios⁶⁰.

O interessante aqui é justamente observar a facilidade com que o depoente encontra em definir a razão dos litígios fundiários, como se observa abaixo:

Então, ninguém deu documento de terra ali, mas com a sabedoria deles tomaram a terra. Sabedoria de quem? De Misael, Régis Pacheco, que era os chefes daqui, através de Misael, Bruno Bacelar, Coronel Chicão, e mais outros que tinha aqui [...] aquele Jambim Gusmão, Sabino Morais, eles é que

⁵⁷ Memórias da Batalha, op. cit.

⁵⁸ Misael Marcílio Santos foi vereador em Vitória da Conquista por diversas vezes. Sobre Misael, Aníbal Lopes Viana nos diz que: “era um homem de bem e autêntico líder popular, nunca regateando esforços para servir ao povo”. VIANA, A. L. op. cit., p.294.

⁵⁹ Aprígio Rodrigues de Oliveira (Bisavô do senhor Adelino Rodrigues de Oliveira)

⁶⁰ Memórias da Batalha – Adelino Rodrigues de Oliveira – op. cit.



eram os chefes que mandava aqui, todo mundo tinha medo, todo mundo temia. Ah, é fulano? Quem vai mexer? E aí foi indo, foi perdendo, só ficou aquela tirinha ali que tá com a gente. Mas os fazendeiros adquiriram fácil. Hoje lá tá difícil, num tem espaço. Vamos sair pra esse lado? Num pode, que é de Jessé, vamos tirar uma vara pra fazer um poleiro? Num pode, que é de Tote. Do lado de lá é de fulano, tá difícil, que as terras tá tudo do lado de quem adquiriu com facilidade⁶¹.

Assim, em uma ocasião, no início da década de 1970, alguns indígenas foram contratados para trabalhar numa fazenda vizinha. O patrão oferecia em seu estabelecimento todos os mantimentos necessários para a família dos trabalhadores, que poderiam comprar com um adiantamento do salário, porém os preços eram tão exorbitantes, que estes, por mais que trabalhassem, não conseguiam pagar a dívida, ficando obrigados a permanecer no trabalho. Não suportando a exploração da mão-de-obra, ainda mais sem remuneração alguma, os explorados decidiram, juntos, negociar com o chefe. Este, por sua vez, os ameaçou, mas disse poder resolver o problema, desde que lhe fosse doada parte das terras dos trabalhadores. Não tendo outra saída, os paneleiros se reuniram e deliberaram pela doação para o dito chefe, desde que ele liberasse os empregados e deixasse as mulheres recolherem o barro para as panelas. Acordado o processo, “o dito patrão doou dois rádios para demonstrar sua bondade conosco”⁶².

Depois deste episódio, sentindo-se desprotegidos pela lei, os moradores da Batalha optaram por sua filiação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista. Desse modo, asseguraram por meios legais a posse do pouco que lhes restava daquele lugar chamado Lagoinha. Mas a participação no sindicato rendeu aos paneleiros novas experiências de lutas próximas, com outros povos tradicionais, como os quilombolas, que começavam a reivindicar seus territórios. Foi nessa dinâmica que nesse período a câmara de vereadores de Vitória da Conquista aprovou o pedido encaminhado pela comunidade da Batalha para construir um sistema de abastecimento de água⁶³. Porém, para que fosse implantado esse projeto, a Câmara solicitou uma contrapartida dos moradores: a escavação das valas para os

⁶¹ Idem, *ibidem*.

⁶² Denúncia encaminhada à Comissão Rural Diocesana. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra – Pasta conflitos fundiários – 1970.

⁶³ Atas da Câmara Municipal de Vitória da Conquista – 1970 a 1973 – Arquivo Municipal – Vitória Conquista.



canos, desde a nascente, até as respectivas casas. Com distância de 12 quilômetros, os paneiros, em mutirão, escavaram o canal até suas moradias⁶⁴.

Não chegando a passar um ano da colocação da rede de água, fazendeiros da região localizados perto da nascente de água, introduziram, ao longo do curso dos canos, desvios que os favoreciam. Diante desse quadro, os paneiros “*botaram a boca no mundo*”⁶⁵. “O fazendeiro [...] vem trancando o registro da água, para desviá-la para a irrigação do capim para seu gado. A água vem de uma fonte natural da Batalha Velha, onde os índios viveram”⁶⁶. E segue dizendo: “Na época, nós cavamos 12 km de vala para por os canos e, mesmo assim, a água não chega à comunidade. Tem mais de 30 dias que estamos sem água, porque os fazendeiros botaram registros e desviaram essa água.”⁶⁷

Após observarem que não houve ação imediata dos órgãos municipais, os habitantes da Batalha foram à propriedade do dito fazendeiro, mencionado no documento, e retiraram os registros. Mal saíram do local, os funcionários da fazenda recolocaram os desvios. Dessa forma, a água ficou restrita a esta localidade, sendo liberada somente quando agentes municipais iam ao local conferir as denúncias que passaram a ser constantes.

Na década de 1980, deu-se início na Batalha à primeira associação de moradores da região. Parte dos habitantes da comunidade organizou-se na agremiação e buscaram forças para a manutenção do grupo no território⁶⁸. As lutas desencadeadas a partir da existência de entidades que ganharam corpo com o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base, em Vitória da Conquista⁶⁹, culminaram na fundação do Partido dos Trabalhadores na cidade, onde diversos membros da referida associação militaram por seus direitos.

Com a aprovação da Constituição Brasileira de 1988, que reconheceu o direito à manutenção das diferenças culturais, os grupos da Batalha, juntamente com as comunidades

⁶⁴ Idem, *ibidem*.

⁶⁵ Expressão do pedido de vistoria encaminhado à prefeitura municipal de Vitória da Conquista – Arquivo da Prefeitura Municipal – Série solicitações de rurais. 1970

⁶⁶ Denúncia encaminhada à Comissão Rural Diocesana – Arquivo da CRD. 1970 – 1980.

⁶⁷ Idem, *ibidem*.

⁶⁸ Fundada em 1989, com a ajuda das Comunidades Eclesiais de Bases - CEBS, a associação foi o principal meio que os trabalhadores rurais encontraram para garantir o acesso a terra, embora fossem filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, desde os anos 1970. A partir das CEBS, os associados vão manter contato com militantes do Partido dos Trabalhadores, participando desde sua formação. (Arquivo da Comissão Rural Diocesana – pasta CEBS, 1970).

⁶⁹ Arquivo da Comissão Rural Diocesana – Pasta CEBS, 1970.



quilombolas filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e em parcerias com as Comunidades Eclesiais de Base, se reafirmaram enquanto descendentes de povos tradicionais e, portanto, herdeiros do território perdido. Iniciou-se a tentativa de retomada das terras em posse dos fazendeiros.

Posteriormente às várias reivindicações feitas pela Associação da Batalha ao poder municipal e a outras instituições e o intenso processo de invasão das terras por fazendeiros, no ritmo de extensão das cercas, parte dos paneleiros se viram forçados a migrar para lugares onde pudessem recomeçar. Mas os que decidiram ficar desenvolveram estratégias de convivência diante do permanente conflito, tendo em vista os litígios constantes⁷⁰.

Fabricar a panela já não era uma tarefa tão simples, pois a dependência da matéria-prima, que se encontrava em outras fazendas, fez com que a atividade artesanal diminuísse. Diz Maria Elza Rodrigues de Oliveira:

às vezes tem barro aí, em terra dos outros e eles num quer dar, que diz que deteriora, aquele homem lá, tem hora que dá um piripaque e fala que num quer dar, que num quer dar porque tá arrancando o capim, mas daí a gente dá uma panela ou um pote pra ele e ele vai deixando, sem querer, mas vai⁷¹.

O comércio da cerâmica também se tornou difícil, devido à ausência de instrumentos que facilitem o transporte e a comercialização:

às vezes, tenho de levar uma carrada de panela pra cidade, pago o caminhão. Chego lá, dá trezentos e cinquenta reais, vamos supor. Eu pago cinquenta do frete; volto, pago quem ajuda; volto, pago minha filha, que me ajuda; aí, volto, compro a lenha. Aí, no final, num sobra nada, fica difícil⁷².

Para criar os animais era necessário, quase sempre, prendê-los, mas certa vez, um jovem que não teve sua identificação revelada nas fontes⁷³, deixou seus animais soltos e estes adentraram a fazenda do mesmo dono que desviara a água. A punição para o referido jovem

⁷⁰ Ata da Associação dos Paneleiros e Batalha, 1980.

⁷¹ Depoimento retirado do Relatório da Batalha – Maria Elza Rodrigues de Oliveira – 40 anos. Ver: OLIVEIRA, Renata Ferreira de. Memória indígena na Batalha. VII Colóquio do Museu Pedagógico UESB. 2008.

⁷² Idem.

⁷³ Notícias dos jornais: *O Combate*, *A Semana* e *Tribuna da Bahia* – Arquivo Municipal de Vitória da Conquista – 1990.



foi a morte. Diante do assassinato, a comunidade da Batalha decidiu recuar perante os fazendeiros, mas por não haver punição alguma a estes, o grupo, sempre que necessário, pressiona-os a partir desse triste fato. As notícias que saíram nos referidos jornais apenas mencionam o fato e o lugar, não divulgando o nome dos envolvidos. Os registros mais concretos foram observados nos depoimentos da família da vítima.

Talvez não haja uma interpretação clara dos fatos políticos daquele momento histórico, no qual o poder de mando dos coronéis alcançou os territórios indígenas. Isso pode ser facilmente explicado pelo fato de a maioria dos depoentes,⁷⁴ ser semianalfabeta e não ter acesso a nenhum tipo de história registrada. Mesmo assim, eles conseguem reconstruir e reinventar uma memória sobre seus antepassados, cuja existência entre o grupo remonta há pelo menos duzentos anos, alimentada pelo processo histórico desencadeado ao longo do tempo, a partir da reconstituição de fatos nos quais aparecem outros personagens que marcaram a história, o ambiente, os mitos e as mudanças em que os indígenas estão agora inseridos. Pensar sobre isso nos leva a entender que a recriação de fatos históricos, por meio da memória, é uma invenção importante para a construção da identidade indígena grupal. Essa identidade é constantemente reelaborada a partir das conexões que o grupo foi fazendo com a sociedade conquistense que ainda os cercam.

É dentro desse contexto que a região da Batalha construiu e constrói a sua história, viva nos dias de hoje. Os componentes desse espaço, que tentamos identificar nas narrativas, enquanto resultado da ação política e da experiência desses povos, por meio de processos de resignificação cultural e social perpassam dois vieses imperiosos para entendermos esse ambiente na sua dimensão indígena. Primeiro, o grande conflito entre João Gonçalves e os Mongoyó, as resistências e permanências. Segundo, é a reafirmação da identidade indígena, averiguada, sobretudo, nos relatos orais, e que vai buscar as suas origens nos tempos da grande batalha.

⁷⁴ O senhor Adelino, o senhor Jesulino e outra grande parte dos depoentes.



Considerações Finais

O desaparecimento das etnias indígenas do Planalto da Conquista não significou a perda da história desses povos. Sua resignificação vem sendo revelada pelos estudos acerca das comunidades tradicionais localizadas nessa região⁷⁵. As observações realizadas permitem entender que as memórias sobre um passado indígena são inseridas no conjunto do grupo da Batalha e preservadas por seus descendentes ao longo do tempo, sobretudo na composição social das comunidades do meio rural.

À luz dessas novas questões, é possível pensar o grupo que compõe a Batalha como resultado de um processo adaptativo que possibilitou a sua continuidade na história a partir do ressurgimento étnico, que se contrapõem diretamente à noção de que os povos indígenas do Sertão da Ressaca foram dizimados, conforme narrou boa parte da literatura aqui discutida sobre a fundação da cidade de Vitória da Conquista. A composição social da Batalha, no que tange à identidade indígena, é sustentada pela noção de resistência dos índios que se refugiaram na Serra de Santa Inês, ou que gradativamente foram “amansados” e inseridos no convívio do “civilizado”, questão averiguada em todos os depoimentos.

Essas narrativas denotam, também, a transição dos indígenas entre os territórios, e ainda aponta uma tomada de decisão: a de ficar na terra de origem, a ir para o Posto dos Índios e manter-se enquanto índio aldeado. A escolha, aqui assinalada, pode ser interpretada, além disso, como uma forma de manifestação da ação política coletiva, uma vez que houve a continuidade de uma etnicidade ligada à identidade indígena, responsável pela reconstrução da comunidade.

Assim, auferimos que as experiências no campo da resistência, observadas na trajetória da Batalha foram adquiridas, também, a partir da interpretação dos fatos históricos que ajudaram na reconstrução de seu passado. Houve a reelaboração dos episódios e mitos

⁷⁵ Entendo por Comunidades Tradicionais aquelas que de acordo com o Decreto Federal 6040/2007 as definem como "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição". Ver: Decreto Federal 6040/2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), sob a coordenação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) da Presidência da República.



abordados na historiografia conquistense. Cada componente nascido a partir das narrativas fundamenta-se enquanto rememoração de uma história entrelaçada entre colonizadores e índios e, posteriormente, entre fazendeiros e paneleiros resistentes.

A identidade formada a partir da noção de etnicidade revela-se enquanto instrumento de construção das relações sociais, dentro de um sistema cultural que situa os indivíduos no espaço e no tempo histórico. É sumamente importante considerarmos os contextos e procedimentos históricos, nos quais foram processadas as mudanças na esfera étnica e identitária, tendo em vista as reelaborações das tradições, as rearticulações de elementos novos dotados de significados, atribuídos por meio da experiência das comunidades.

Os conflitos vivenciados pelo território da Batalha encontraram, na resistência da comunidade, um ponto em comum ratificado nas narrativas que, de forma subjacente, podem auferir a existência de uma reorganização da noção de etnicidade, quando o caráter exógeno do litígio denuncia o modelo sócio-conjuntural enfrentado pelo grupo. O reconhecimento do direito à terra cria uma dinâmica positiva, na qual a autoestima se fixa, aumentando a capacidade de organização e resistência. Todas as lutas enfrentadas pelo grupo sintetizam o desejo de permanência para os que estão e de retorno para os que partiram.

Bibliografia

AGUIAR, Edinalva Padre. (org.) *Ymboré, Pataxó, Kamakã: A presença indígena no Planalto de Conquista*. Museu Regional de Vitória da Conquista – UESB, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: Cultura e identidade nos aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 185-227.

MEDEIROS, R.H. de A. *Recomendação ao bandeirante*. Fifó, Vitória da Conquista, p.8.

_____. *Os Mongoiós e seu Destino*. Fifó, Vitória da Conquista, p. 8 e 9 de novembro, 1980.

_____. *O município da Vitória*. Notas críticas. Vitória da Conquista, 1996.



Grandes Reportagens do Correio da Bahia. A Conquista do Oeste: Patriarcas de Conquista. *Revista Memória da Bahia*. UCSAL, 2002.

PARAÍSO, Maria H. B. Os índios do Rio Pardo e a Imperial Vila da Vitória. *Revista do Departamento de Antropologia e Etnologia da UFBA*, Salvador, Ano 1, n.1, dez. 1984.

_____. *Caminhos de ir e vir e caminhos sem volta: índios, estradas e rios no Sul da Bahia*. Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA, 1982.

_____. Palestra: *O silêncio na História*. Povos indígenas à Margem da História e o caso de Vitória da Conquista. Museu Regional, 2000.

_____. PARAÍSO, Maria H. B. *Trabalho Escravo de crianças indígenas: Uma realidade do século XIX*. Disponível em: http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/maria_hilda_baqueiro_paraíso.pdf.

OLIVEIRA, Renata Ferreira de. *Índios Paneleiros do Planalto da Conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais*. Dissertação de Mestrado. UFBA. 2012.

_____. *Resistência e Identidade Indígena na Batalha: trajetória histórica de comunidades rurais no Planalto da Conquista*. Monografia de finalização de curso, UESB, 2009.

SILVA, A L. da. (org). *A Temática Indígena na Escola*. Global Editora. São Paulo, 1998.

SOUSA, Maria. Aparecida. Souza. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Edições UESB, Vitória da Conquista, 2001.

TANAJURA, Mozart. *História de Conquista: Crônica de uma cidade*. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1992.

TORRES, Tranquilino. *O Município da Vitória*. Vitória da Conquista: UESB, 1996.

THOMPSON, Paul. *História Oral – A Voz do Passado*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.

VIANA, A. L. *Revista Histórica de Conquista*. Vitória da Conquista. Brasil Artes Gráficas, v.1, 1982.

WIED, NIWIED, Príncipe Maximiliano de. *Viagem ao Brasil: Rio/São Paulo*. Companhia Editora Nacional, 1940.



Ceticismo e o princípio do Verum Factum nos tratados de Baltasar Gracián¹

Diogo Luiz Lima Augusto²

RESUMO

Aqui, procuraremos investigar a relação entre o conceito de persona mobilizado nos tratados do jesuíta aragonês Baltasar Gracián e o princípio do Verum Factum, o qual identifica conhecimento e criação. Trata-se, em última instância, de um topos presente nas práticas letradas dos séculos XVI e XVII, o qual se relaciona a retomada do ceticismo antigo. Segundo tal perspectiva, o fundamento do saber encontra-se na reciprocidade entre verdade e aquilo que é factível (“pode ser feito”). Com outras palavras, o critério de verdade assenta-se na criação: “só conhecemos aquilo que criamos”. Neste sentido, segundo nossa hipótese, os tratados de Gracián nos ajuda a compreender a maneira como foi apropriado o ceticismo antigo no século XVII.

Palavras-chave: Baltasar Gracián; ceticismo; princípio do *Verum factum*.

Sceptiscisme and the principle of the *Verum Factum* in Baltasar Gracián's treaties

ABSTRACT

Aquí, vamos a tratar de investigar la relación entre el concepto de persona movilizada en los tratados de lo jesuita Baltasar Gracián y el principio del Verum Factum (creador del conocimiento del argumento), que identifica lo conocimiento y la creación. Es, en definitiva, un topos presente en las prácticas letradas de los siglos XVI y XVII, que se refiere a la recuperación del escepticismo antiguo. De acuerdo con esta perspectiva, el fundamento del conocimiento reside en la interacción entre la verdad y lo que es factible ("se puede hacer"). En otras palabras, el criterio de la verdad se basa en la creación: "sólo sabemos lo que creamos".

KEYWORDS: Baltasar Gracián; escepticismo; principio del *Verum Factum*.

¹ Recebido em: 15 de setembro de 2015. Aceito para publicação em: 28 de dezembro de 2015.

² Doutorando em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em História Social pela PPGHIS-UFRJ. Bacharel em História pela UFRJ. Bolsista de doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. E-mail: cpda2007@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4215599J2>.



Vida e obra de Baltasar Gracián

Baltasar Gracián Morales nasceu em Catalayud, uma província do reino de Aragão, em oito de janeiro de 1601 e no ano de 1619 ingressou no noviciado da Companhia de Jesus. Em 1623, Gracián muda-se de Catalay/ud para Zaragoza a fim de iniciar seus estudos teológicos. Foi durante este período que Gracián adquiriu a sua maturidade intelectual, especialmente pelo contato que teve com a biblioteca da casa de Zaragoza. Dos vinte e seis até os trinta e cinco anos havia de desfrutar de novas experiências, os quais também foram de suma importância para a sua formação intelectual. Entre 1627 e 1630 ensinou letras humanas no colégio de Catalayud. Em Lérida, entre os anos de 1631 a 1633 explicou Teologia Moral e Casuísmo. De 1633 a 1636, na universidade de Gandía, na província de Valência, como professor de filosofia, teve contato com uma rica biblioteca de autores antigos e modernos. No ano de 1636, por sua vez, é destinado a Huesca como pregador e confessor no Colégio desta província. Em Huesca conviveu com o grupo erudito da casa de Vicencio Juan de Lastanosa, personagem importante na formação de Gracián e a quem dedicaria algumas de suas obras. Huesca é uma espécie de pátria letrada de Gracián e, por sua vez, seria o local da publicação do seu primeiro livro no ano de 1637, *El Heroe*. A partir de então, até a sua morte, em 1658, seriam mais sete publicações.

Em 1640, em Zaragoza, publica *El Politico Don Fernando El Catolico*, em 1642, em Madri, publica a primeira edição do *Arte de Ingenio*. Em Valencia, no ano de 1644 publica *Agudeza y arte de Ingenio* e dois anos depois *El Discreto*. No ano de 1647, também em Huesca, publica o *Oráculo Manual y Arte de Prudencia*. Em Zaragoza, publica a primeira e a segunda parte do *El Criticón*, respectivamente nos anos de 1651 e 1653. Novamente em Zaragoza, aparece a edição, no ano de 1654, do *El Comungatorio*. Por fim, no ano de 1657, em Madri, aparece a terceira parte do *El Criticón*.

A educação do homem com vista à formação da *persona* é o móvel essencial da obra de Baltasar Gracián: a formação de um homem perfeito, senhor de si, é a matéria dos primores do *El Heroe*; a do homem politicamente ideal e encarnação do ideal do *El Héroe* é o objetivo do *El Politico*; a do homem que vive em sociedade e espelho do homem universal a oferece *El Discreto*; a do homem no seu exercício devocional se encontra em *El*



Comungatorio; a do homem capaz de dispor da linguagem e dos recursos estilísticos para o bem dizer e fazer a *Agudeza y Arte de Ingenio* e a do homem de inteireza, suma de todas as qualidades, o *Oráculo Manual y Arte de Prudencia*. Todas as questões, trabalhadas nestes tratados, ganham uma síntese no *El Criticon*, uma espécie de novela com recorrentes usos de alegoria que nos conta a história da formação de dois homens distintos, Andrênio e Critilo, uma história de peregrinação pelas três jornadas da vida e a busca por um bem morrer e, por conseguinte, a concretização da formação de uma *persona* discreta e prudente.

Ceticismo e o princípio do *Verum factum* nos tratados de Baltasar Gracián

Ainda que seja possível identificar a presença do princípio do *Verum factum* na Antiguidade Clássica, ao que parece, a articulação entre conhecimento e criação é um privilégio do “pensamento moderno”³, notadamente pelo fato da criação - produzir como *téchne* – ser considerado um conhecimento inferior para os pensadores gregos, como Platão, por exemplo. Desta sorte, a contemplação (*theoria*) de verdades imutáveis era considerado o tipo de conhecimento superior, o qual, segundo esta perspectiva, jamais seria alcançado pela criação, pois esta era vista como algo acidental e contingencial. Isto é, a criação não seria, segundo esta lógica, ciência (*episteme*), estaria, no máximo, no plano da *doxa*. É somente com a modernidade que observaremos uma ascensão da importância da criação como critério de validade do conhecimento, o qual permitiu a *téchne* (arte, técnica, ofício) assumir uma relevância inexistente no pensamento grego.

Segundo Danilo Marcondes, há dois aspectos do ceticismo moderno⁴ que se relacionam ao argumento do conhecimento do criador: um aspecto positivo e outro negativo. Na interpretação menos restritiva do conhecimento (sentido positivo), ainda que os homens só conheçam aquilo que criam, e, portanto, à primeira vista, não poderiam conhecer a natureza

³ITALO, Adriana. *A tradição do Conhecimento do Criador*. Um ensaio sobre a artificialização da natureza. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Filosofia da PUC-RIO, 1999, p. 34.

⁴ Aqui, não partimos de um conceito fechado de modernidade, o qual poderia pressupor uma ruptura em relação a chamada Idade Média. Contudo, acreditamos que o século XVI e, especialmente, o XVII, trouxeram, no discurso letrado, novas questões, ou as aprofundou, as quais não estavam claras anteriormente. Neste sentido, compactuamos com a posição de Hans Blumenberg da existência de uma legitimidade da chamada Idade Moderna, à qual a valorização do princípio do *Verum Factum* está inserida. Cf. BLUMENBERG, Hans. *La legitimación de la edad moderna*. Valência: Pré-Textos, 2008.



pois não a criaram, são capazes, contudo, de imitá-la artificialmente e, desta forma, produzirem uma espécie de conhecimento legítimo, o que parece pormenorizar a função do advérbio “só” na oração “só conhecemos aquilo que criamos”. Pode-se citar Francis Bacon como o principal representante desta versão⁵. Na outra interpretação, o homem, de fato, só pode conhecer o que cria, ao passo que o conhecimento só é acessado pelas representações humanas e, desta sorte, encontra-se sempre limitado às aparências. Segundo nossa hipótese, Baltasar Gracián está atrelado a essa segunda modalidade de ceticismo, ainda que seja possível perceber certas passagens de seus tratados os quais parecem se relacionar a um sentido mais mitigado de ceticismo.

Partindo desta premissa, Danilo Marcondes propõe distinguir quatro sentidos para o argumento do conhecimento do criador: sentido religioso, técnico, humanista e epistêmico⁶. Na acepção religiosa o conhecimento humano é limitado e, portanto, deve-se priorizar a fé (Nicolau de Cusa, Pico della Mirandola e Pierre Charron); na técnica afirma-se que o homem conhece aquilo que cria e, muito embora não seja capaz de acessar a essência das coisas, pode, contudo, “reproduzir certos processos naturais e seus efeitos”⁷ e superar determinados limites do conhecimento (Francis Bacon). No sentido humanista, o homem deve investigar o mundo humano, pois se trata, segundo esta perspectiva, de uma criação humana e, portanto, possível ao conhecimento do homem (Lorenzo Valla, Giambattista Vico, Hobbes e Locke). No que se refere ao sentido epistêmico, parte do pressuposto de que o homem não conhece a realidade natural, já que não a criou, mas a conhece através de suas representações (Francisco Sanchez, Locke, Gassendi e Kant). O primeiro sentido citado (religioso) seria marcado por um certo ceticismo radical, em contrapartida, os três últimos sentidos, ainda que assumam os limites do conhecimento, não acarretaram em consequências negativas para o ceticismo⁸.

Como afirmamos acima, Baltasar Gracián estaria inserido no aspecto negativo do ceticismo moderno e, conseqüentemente, no sentido religioso do argumento do conhecimento do criador, contudo, segundo nossa hipótese, o jesuíta também parece tecer considerações próximas ao sentido humanista e epistêmico. Aqui, assumindo a classificação proposta por

⁵ MARCONDES, Danilo. *O Argumento do Conhecimento do Criador e o Ceticismo Moderno*, em www.dbd.puc-rio.br/depto_filosofia/99_souzafilho.pdf, p, 16.

⁶ MARCONDES, Danilo. *O Argumento do Conhecimento do Criador e o Ceticismo Moderno*, em www.dbd.puc-rio.br/depto_filosofia/99_souzafilho.pdf, p, 17.

⁷ Idem.

⁸ Idem, p, 18.



Danilo Marcondes, nos concentraremos em investigar, sobretudo, o sentido religioso do argumento do conhecimento criador presente nos tratados de Gracián, notadamente pela maneira como o jesuíta mobilizou o conceito de pessoa.

O conceito de *persona* é central nos tratados do jesuíta aragonês Baltasar Gracián, sendo concebido para fundamentar um modelo de conduta para o homem. Para Gracián, o homem nasce bruto e vai se aperfeiçoando com o tempo. Este processo, por sua vez, confunde-se com a própria trajetória da vida humana. A condição de *persona*, segundo tal perspectiva, é fruto de um longo processo de aprendizagem, uma *ars vivendi*, a qual movimenta um conjunto de virtudes essenciais para esta formação.

O conceito de *persona* aparece pela primeira vez na obra de Gracián no *El Discreto*, não obstante a sua ideia central estar presente, implicitamente, nas obras iniciais do jesuíta. No primeiro realce do *El Discreto*, Gracián afirma:

Son culto ornato del alma realces cultos, mas lo entendido entre todos corona la perfección. Lo que es el sol en el mayor, es en el mundo menor el ingenio. Y aun por eso fingieron a Apolo dios de la discreción. Toda ventaja en el entender lo es en el ser, y en cualquier exceso de discurso no va menos que el ser más o menos persona⁹.

Nesta passagem, percebemos que o conceito de *persona* caracteriza certa gradação do homem. Essa noção de *persona* presente no *El Discreto* seria amadurecida no *Oráculo Manual* e, sobretudo, no *El Criticón*. No primeiro aforismo do *Oráculo Manual*, Gracián afirma: “*Todo está ya en su punto, y el ser persona en el mayor*”¹⁰, isto é, o alcance da qualidade de *persona* necessita de um caminho progressivo do saber, como elucida o aforismo sexto do *Oráculo*: “*Hombre en su punto. No se nace hecho: vase de cada día perficionando en la persona, en el empleo, hasta llegar al punto del consumado ser, al complemento de prendas, de eminencias.*”¹¹. Como se pode notar, para que o homem possa alcançar a qualidade de *persona*, necessita, pois, adquirir algum tipo de sabedoria. A sabedoria nos

⁹ GRACIÁN, Baltasar. *El Discreto*. Alianza Editorial: Madri, 1997, p. 166.

¹⁰ GRACIÁN, Baltasar. *Oráculo Manual y Arte de Prudência*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1996, p.01.

¹¹ Idem, p.3.



tratados de Gracián, consiste, sobretudo, numa arte de viver¹². Com outras palavras, não é objetivo do homem sábio, segundo Gracián, o conhecimento por si só, mas sim através dele alcançar a condição de *persona*.

Para melhor compreender o sentido do conceito de *persona* na obra de Gracián, é preciso analisar a acepção de homem desenvolvida nos tratados do jesuíta aragonês. Gracián distingue homem (matéria bruta) de *persona* (homem substancial)¹³. Em outras palavras, segundo Gracián, o homem apresenta duas naturezas: a natureza animal, caracterizada pelos instintos e apetites, e a natureza racional¹⁴. Os conceitos de *genio* e *ingenio*, mobilizados nos tratados de Gracián, nos ajuda a compreender tais considerações. No *El discreto*, Gracián argumenta que a dualidade harmônica entre *genio* e *ingenio* é a maneira pela qual o homem obtém a condição de discreto. Na verdade, esta harmonia é o fundamento básico do ser *persona*. Em poucas palavras, *genio*¹⁵ significa a capacidade racional do homem, isto é, a potência natural do homem para a razão. Desta sorte, o ser *persona* não se limita à natureza racional do homem (potência), mas precisa ser colocada em prática (ato), tarefa cumprida pelo *ingenio*. O conceito de *ingenio*¹⁶ caracteriza tudo aquilo que é adquirido pelo homem em prol da aplicação das potências da razão. Quando o *genio* e *ingenio* estão presentes no homem de um modo harmônico, este adquiriu, para Gracián, o entendimento necessário para ser *persona*.

Este gradual caminho do estado natural ao ser *persona* segue uma estratégia específica, expressa, resumidamente, no prólogo do *El Criticón*: “Comienzo por la hermosa naturaleza, paso a la primorosa arte y paro en la útil moralidad”¹⁷. Cada parte do *El Criticón* corresponde a um estágio da vida do indivíduo, conforme a corrente tópica das três idades do homem presente nas práticas letradas ibéricas seiscentistas. No *El Discreto*, Gracián constrói outra divisão, a qual também estará presente no *El Criticón*, a saber: a primeira jornada da

¹² EGIDO, Aurora. *Humanidades y Dignidad del Hombre en Baltasar Gracián*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2001, p.48.

¹³ GRACIÁN, Baltasar. *El Criticón*. Madrid: Ediciones Catedra, p.105: “... cuidaban más mis padres fuese hombre que persona”.

¹⁴ IVENTOSCH, Herman. *Los nombres alegórico-morales en El Criticón de Gracián*, en Cuaderno Gris (Madrid), III, 1 (1994-95), pp. 88-106, p. 91.

¹⁵ CANTARINO, Elena (org). *Diccionario de conceptos de Baltasar Gracián*. Madrid: Cátedra, 2005, p.164.

¹⁶ Idem, p.181.

¹⁷ GRACIÁN, Baltasar. *El Criticón*, p.61.



vida, para Gracián, é a conversa com os mortos, ou seja, a leitura de bons livros; a segunda jornada a boa relação com homens discretos e prudentes; a terceira jornada o ato de filosofar.

Como observamos acima, o alcance da condição de *persona* depende da harmonização entre *genio* e o *ingenio*. Tal harmonia é fundamento do ser *persona*, conforme já afirmamos, por isso deve ser o primeiro aspecto a ser aprendido na longa viagem da vida:

Estos dos (“gênio” e “Ingenio”) son los dos ejes del lucimiento discreto; la naturaleza los alterna e el arte los realza. Es el hombre aquel célebre microcosmos, y el alma su firmamento. Hermanados el *gênio* y el *ingenio*, em verificación de Adlante e Alcides, aseguran el brillar, por lo dichoso y lo lucido, a todo el resto de prendas. El uno sin el outro fue siempre lo entendido, pero infeliz sin el realce de una agradable genial inclinación; y, al contrario, la misma especiosidad del *gênio* hace más censurable la falta de *ingenio*¹⁸.

Tal realce deve ser compreendido, dentre outras coisas, pela tópica do homem como compêndio da natureza, isto é, um microcosmo. Segundo tal perspectiva, o homem é visto como uma espécie de sumário da criação e da sabedoria divina. O entendimento humano é uma marca de um soberano entendimento, um livro de Deus. Para que o homem espelhe, em si, esta sabedoria divina, é preciso que a potência racional (*genio*) esteja em harmonia com a ação do homem (*ingenio*). Nesse sentido, pela consideração das criaturas podemos conhecer a Deus, mesmo que de modo limitado, pois o homem, como microcosmo do mundo, traduz a sabedoria de Deus. Desta sorte, o conhecimento de si é fundamental para o conhecimento possível de Deus. No entanto, para Gracián, este conhecimento de si precisa ser mobilizado por um ato de vontade do próprio homem, à qual deseja aperfeiçoar-se e alcançar a condição de *persona*. Neste sentido, o conhecimento da natureza, o qual passa pelo conhecimento de si, é a primeira instância de conhecimento adquirida na longa aprendizagem de ser *persona*. Tal conhecimento necessita da arte, do *ingenio*, isto é, da capacidade de formar *conceptos* acerca do mundo.

¹⁸ GRACIÁN, Baltasar. *El Discreto*, p. 164-66.



Para Emílio Hidalgo-Serna, a aplicação prático moral do *ingenio* em Gracián constitui o centro da filosofia da filosofia moral de Gracián¹⁹. Preocupado em se posicionar contrário às concepções que definiam *ingenio* de um ponto de vista literário, isto é, como mero jogo de palavras, Hidalgo-Serna postula ao *ingenio* uma técnica de conhecimento das coisas do mundo²⁰. Nesse sentido, a moral construída por Gracián depende da agudeza de *ingenio*. Através do *ingenio*, agudeza e o *concepto*, elementos do discurso engenhoso gracianesco, o homem tem a possibilidade, ainda que de maneira limitada, de conhecer as coisas do mundo e de si próprio. Malgrado a dificuldade de encontrar uma única definição sobre a agudeza, Gracián formula mais de uma definição. Podemos definir da seguinte maneira: “faculdade do pensamento que prevê relações inesperadas e artificiosas entre conceitos distantes”²¹; o *concepto* é, neste sentido, um ato do conhecimento que expressa a correlação entre os objetos, seja em seus aspectos semelhantes ou diferentes²².

Na *Agudeza y Arte de Ingenio*, o *Ingenio* é analisado a partir da variedade das agudezas e, portanto, da variedade de analogias, os quais aproximam *conceptos* pela semelhança ou dessemelhança. Nesse sentido, o princípio essencial da formação dos “*conceptos*” é a semelhança, como nos afirma no Discurso IX: “*La semejanza es origen de una inmensidad conceptuosa, tecer principio de agudeza, sin limite, por que de ella manan los símiles conceptuosos, y dissímiles, metáforas, alegorias, metamorfosis, apodos, y otras innumerables diferencias de sutileza, como se irá ilustrando*”²³.

Do mesmo modo que o conhecimento da natureza necessita do *ingenio*, este último necessita da natureza para a construção do seu processo cognitivo. Aqui, trata-se do tipo de conhecimento esposado pela técnica engenhosa. Em outras palavras, o modelo cognoscível do *ingenio* é de tipo indutivo²⁴, isto é, foge às amarras do conhecimento lógico dedutivo de tipo aristotélico-tomista.

Para Tomás de Aquino, a essência do homem é o composto hilemórfico (corpo e

¹⁹ HIDALGO-SERNA, Emílio. *EL Pensamiento ingenioso en Baltasar Gracián: El "concepto" y su función lógica*. Editorial Anthropos: Barcelona, 1993, p.05.

²⁰ Idem, p.9.

²¹ CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. *Poesia de Agudeza em Portugal*. Tese apresentada a UNICAMP, 2004, p.122.

²² Idem, p.125.

²³ GRACIÁN, Baltasar. *Obras de Lorenzo Gracián*. Tomo Segundo. Madrid. Imprensa Real de la Santa Cruzada, 1674, p.48.

²⁴ HIDALGO-SERNA, Emílio, Op. Cit, p.128.



alma), e o intelecto por existir na alma, incorpóreo por excelência, igualmente apresenta uma natureza incorpórea. A questão principal de Tomás acerca do conhecimento, neste sentido, é aquela marcada pelo seguinte questionamento, a saber: como pode o intelecto, incorpóreo por natureza, conhecer as coisas corpóreas? Em outras palavras, o intelecto só vê o corpóreo mediado pelo incorpóreo. O que é material deve existir na alma de modo imaterial, somente assim o homem pode conhecer as coisas do mundo. No entanto, este conhecimento ocorre no âmbito dos universais e não no plano individual. Desta sorte, é fundamental o plano sensorial para a concepção de conhecimento em Tomás, mas o conhecimento deste plano sensorial estará sempre marcado pela impossibilidade de conhecer os entes de modo particular, haja vista a diferença de natureza ontológica entre os universais e os individuais. Este processo de conhecimento em Tomás de Aquino, exposto na Suma Teológica e no Ente e Essência, é conhecido por teoria da abstração. O homem precisa abstrair a espécie da matéria, isto é, a alma precisa do corpo para entender, somente assim formarão conceitos (universais) a fim de produzirem algum tipo de conhecimento, isto é, de juízo sobre as coisas do mundo.

Ao analisarmos os processos de formação dos conceitos agudos nos tratados de Gracián, percebemos a importância do conhecimento de tipo indutivo. Com efeito, busca-se a variedade da natureza no processo de conhecimento. No Discurso I de *Agudeza y Arte e Ingenio*, Gracián, afirma:

Eran los conceptos, hijos mas del esfuerzo de la mente, que de artificio (...) La imitacion suplía el Arte, con carencias de variedad. La contingencia de especies tuyo tambien gran parte, que prohijaron gustosos criticos à la ventura. Pero no se puede negar arte donde reyna tanto la dificultad. Armase con reglas un silogismo, forjese, pues con ellas un concepto. (...) Censurarse en los mas ingeniosos Escritores las agudezas, antes por unas, que por unicas, y homogeneos sus conceptos: ô todos crisis, ô todos reparos; correlaciones, ô equívocos: y es que falta falta el arte, por mas que exceda ingenio, y con ella la variedad, gran madre de la belleza²⁵.

Como podemos perceber, a natureza, isto é, o mundo na sua variedade e, por sua vez, na singularidade de cada ente, é uma instância de conhecimento fundamental para formar *conceptos* agudos e, por sua vez, do projeto de Gracián de formação do homem. Este modo de proceder presente nos tratados de Gracián, está profundamente atrelado ao modelo do

²⁵ GRACIÁN, Baltasar. *Obras de Lorenzo Gracián*, pp, 01-03.



casuísmo jesuítico dos séculos XVI e XVII. A casuística, arte de tratar os casos de consciência, procurava sanar os problemas da prática penitencial cotidiana. Baltasar Gracián constrói sua arte de bem viver baseada no método dos manuais de casuísmo jesuítico²⁶. Desta sorte, tal qual o casuísta que deseja enquadrar os casos da consciência não previstos numa instituição possível, ainda que probabilisticamente, de ser prevista ao confessor ou diretor de consciência, cumpre ao homem em sua peregrinação rumo à condição de *persona*, estar atento a cada ocasião. Neste sentido, não há, segundo Gracián, dada a contingência do mundo, qualquer sabedoria que dê conta de construir uma certeza absoluta. Daí a importância da virtude da prudência nos tratados de Gracián, pois é o meio pelo qual o homem procura governar a contingência da ocasião.

A atenção à ocasião traduz, segundo nossa hipótese, um exercício cético presente nos tratados de Gracián, o qual se relaciona a uma concepção relativa e limitadora da noção de sabedoria. Desta sorte, não basta à erudição e o aprendizado nos livros, é preciso saber aplicar o conhecimento adquirido conforme a ocasião exigida. Tal aplicação exige uma ação aguda de correlação entre as circunstâncias e de proporcionalidade entre os extremos. Este é um exercício engenhoso, por excelência, mas também a constatação da impossibilidade de um conhecimento que dê conta de toda a variedade da natureza. Segundo tal perspectiva, não há um saber fechado em si, mas sim relacional, conforme a maneira como cada homem age em situações circunstanciais, os quais permitem uma multiplicidade de pareceres sobre o mundo que traduzem a própria variedade da natureza. Nas seguintes passagens do *El Criticón*, Gracián afirma tal consideração:

— Que no avía verdaderos colores en los objetos, que el verde no es verde, ni el colorado colorado, sino que todo consiste en las diferentes disposiciones de las superficies y en la luz que las baña (...)Pues advierte que es la misma verdad, y así verás cada día que, de una misma cosa, uno dice blanco y otro negro; según concibe cada uno o según percibe, así le da el color que quiere conforme al afecto, y no al efecto. (...) Los más en el mundo son tintoreros y dan el color que les está bien al negocio, a la hazaña, a la empresa y al sucesso²⁷.

²⁶ PELEGRÍN, Benito. *Éthique et esthétique du baroque. L'espace jésuitique de Baltasar Gracián*, Arles, 1985, p. 34.

²⁷ GRACIÁN, Baltasar. *El Criticón*, p. 178.



Porfía va Andrenio que venía, y Critilo que iba, que aun de lo que dos están viendo a una misma luz ay diversidad de pareceres²⁸.

Cada uno tiene su gusto y su gesto, que no se vive con sólo un parecer. Proveyó ía sagaz naturaliza de diversos rostros para que fuesen los hombres conocidos, sus dichos y sus hechos, no se equivocassen los buenos con los ruines, los varones se distinguiesen de las hembras, y nadie pretendiesse solapar sus maldades con el semblante ageno.²⁹

Pelas citações, fica evidente que Gracián assume uma postura relativa e cética no que se refere à construção da sabedoria, a qual a produção de conhecimento do objeto depende da representação dada pelo ser que a analisa, e, portanto, conhece limitações de conhecimento oriundas, segundo nossa hipótese, de dois aspectos: da própria variedade da natureza, a qual foi provida pela “sagaz natureza” e das limitações da natureza caída do homem (a noção da queda agostiniana). Desta sorte, Gracián produz uma noção de sabedoria dependente da amizade, isto é, da relação de interação entre homens discretos e prudentes, a qual também é o segundo estágio no processo de formação da persona e no caminho da sabedoria prudente. É somente mediante a conquista desta sabedoria, inicialmente alcançada com os livros, que os homens podem conquistar os verdadeiros amigos. A boa amizade pressupõe um agir prudente, marcada pela mediania das ações e a constatação de que o homem sempre necessita do outro no longo caminho da sabedoria. Nesse sentido, cumpre ao homem prudente, pressupor certa ignorância: “*El necio da en presumido y el sábio haze del que no sabe*”³⁰. A pressuposição da ignorância é, por sua vez, a constatação cética de que diante da variedade do mundo e da multiplicidade de pareceres, a sabedoria encontra-se na dependência com outros homens:

Ninguno hay que no pueda ser maestro de otro en algo; ni hay quien no exceda al que excede. Saber disfrutar a cada uno es util saber: el sabio estima a todos porque reconoce lo bueno en cada uno y sabe lo que cuestan las cosas de hacerse bien. El necio desprecia a todos por ignorancia de lo bueno

²⁸ GRACIÁN, Baltasar. *El Criticón*, p. 28.

²⁹ Idem, 319.

³⁰ Idem, p.124.



y por eleccion de lo peor³¹.

No entanto, segundo Gracián, poucos são os homens que, de fato, concebem a sabedoria de uma maneira prudente, pois não são igualmente poucos que alcançam a condição de *persona*. Neste sentido, Gracián mobiliza a tópica do mundo ao revés, a qual foi de suma importância nas práticas letradas católicas seiscentistas, para desenvolver uma crítica pontual a noção de sabedoria mobilizada em sua época:

Aquel otro es tenido por un poco de sabiduría, más honda que profunda, y él dize que en esso está su gozo. Aquí más valen testos que testa. Nunca se cansa de estudiar, su mayor conceto dize ser el que del se tiene, y aun todos los ágenos nos vende por suyos, que para esso compra los libros. De letras, menos de la mitad basta, y lo demás de fortuna, que el aplauso más ruido haze en vacío. Y al fin, más fácil es y menos cuesta el ser tenido por docto, por valiente y por bueno, que el serlo. —¿De qué sirven—preguntó Andrenio—tantas estatuas como aquí tenéis? —¡0!—dixo el Hermitaño—, son ídolos de la imaginación, fantasmas de la apariencia: todas están vacías, y hazemos creer que están llenas de substancia y solidez³².

A figura da estátua, aqui, é a contraposição da condição de *persona*, ou seja, de um ente que possui a imagem de homem, mas se limita apenas a ser uma matéria bruta e sem substância. Trata-se, em última instância, de um homem que não foi capaz de se aperfeiçoar e caminhar do engano para o *desengaño*. Para Gracián, ao entrarmos no mundo, encontramos o engano e ao longo da vida o *desengaño*. A tópica do *desengaño* é fundamental para a obra de Gracián. Trata-se de uma postura de desconfiança em relação ao mundo. Para Gracián, o mundo manifesta-se, em diversos aspectos, de modo enganoso e por não ser a morada do homem, pois este estaria no mundo em caráter transitório, também se apresenta de modo imperfeito. Em verdade, esta imperfeição é a do próprio homem, pois este, somente com a morte, alcança o *desengaño* total, caso tenha se feito homem discreto e prudente. Nesse sentido, o *desengaño* é uma postura de discricção e acima de tudo de prudência em relação ao mundo. Somente ao longo da “passagem das idades”, o homem consegue alcançar o

³¹ GRACIÁN, Baltasar. Oráculo Manual y Arte de Prudencia, p. 195.

³² GRACIÁN, Baltasar. *El Criticón*, p. 146.



desengaño. Este caminho do engano ao *desengaño* é um caminho de sabedoria. Nesse sentido, O *desengaño* deveria estar na entrada do mundo, mas como o homem se depara com o engano assim que nasce, cumpre, mediante as virtudes, decifrar o mundo através de um longo caminho de sabedoria, no qual encontra na “terceira idade” sua mais completa expressão.

Tal questão em Gracián traduz uma concepção de liberdade como a presente no *Oratio* de Pico della Mirandola. Segundo tal perspectiva, o homem é o artífice de si mesmo, ao passo que pode moldar-se conforme a sua vontade. Segundo tais proposições, Pico negou a tradição agostiniana da miséria do homem, visto que, através do seu livre-arbítrio, o homem tem o poder de autotransformar-se, como nos diz a famosa passagem do *Oratio*:

Ó suma liberalidade de Deus pai, ó suma e admirável felicidade do homem! ao qual é concedido obter o que deseja, ser aquilo que quer. As bestas, no momento em que nascem, trazem consigo do ventre materno, como diz Lucílio, tudo aquilo que depois terão. Os espíritos superiores ou desde o princípio, ou pouco depois, foram o que serão eternamente. Ao homem nascente o Pai conferiu sementes de toda a espécie e germes de toda a vida, e segundo a maneira de cada um os cultivar assim estes nele crescerão e darão os seus frutos. Se vegetais, tornar-se-á planta. Se sensíveis, será besta. Se racionais, elevar-se-á a animal celeste. Se intelectuais, será anjo e filho de Deus, e se, não contente com a sorte de nenhuma criatura, se recolher no centro da sua unidade, tornado espírito uno com Deus, na solitária caligem do Pai, aquele que foi posto sobre todas as coisas estará sobre todas as coisas. Quem não admirará este nosso camaleão?(*) Não sem razão Asclépio, ateniense, devido ao aspecto mutável e devido a uma natureza que a si mesma se transforma, disse que nos mistérios era simbolizado por Proteu³³.

Para Thomas Greene, em seu artigo “A flexibilidade do *self* na literatura do Renascimento”, não há, talvez, uma concepção da liberdade humana mais extravagante na história do pensamento ocidental³⁴. Segundo Greene, o pensamento de Pico transgrediu definitivamente com a concepção escolástica, segundo a qual o “*self*” era inalteravelmente fixo, em virtude de sua posição fixa do cosmos, assim como a tradição agostiniana, a qual

³³ PICO DELLA MIRANDOLLA, Giovanni. *Discurso sobre a Dignidade do Homem*. Lisboa: Edições 70, 1989, pp, 58-59.

³⁴ GREENE, Thomas. *A flexibilidade do self na literatura do renascimento*. História e Perspectivas, Uberlândia (32/33): 35-63, Jan.Jul./Ago. Dez. 2005, p, 04.



definia o homem como um ser incapaz de recriar-se dada a sua natureza humana corrompida pelo pecado³⁵. Isto não quer dizer, contudo, que o paradigma agostiniano da Queda tenha perdido importância, mas assumiu novos contornos. Neste sentido, para Greene, a flexibilidade do “*self*” em Pico é traduzida numa liberdade definida por uma natureza vertical³⁶, a qual, através do exercício pedagógico³⁷, o homem poderia elevar-se à condição de divino. Tal concepção estará presente, de maneira variada, em Gracián.

Segundo esta concepção, a natureza precisa ser aperfeiçoada pela arte. Tal consideração traduz, segundo nossa hipótese, aspectos do princípio do *Verum Factum*, pois articula sabedoria a um artifício estritamente humano, leia-se, a uma criação do homem fundamentada na liberdade. Daí a necessidade do artifício humano diante da bruta natureza, como nos diz as seguintes passagens do Oráculo Manual e do El Criticón, respectivamente:

Naturaleza y arte, materia y obra. No hay belleza sin ayuda, ni perfeccion que no de en barbara sin el realce del artificio; a lo malo socorre y lo bueno lo perfecciona. Dejanos comunmente a lo mejor la naturaleza: acojamonos al arte. El mejor natural es inculto sin ella, y les falta la mitad a las perfecciones si les falta la cultura. Todo hombre sabe a toco sin el artificio, y ha menester pulirse en todo orden de perfeccion³⁸.

BUEN ánimo contra la inconstante fortuna, buena naturaliza contra la rigurosa ley, buena arte contra la imperfecta naturaliza y buen entendimiento para todo. Es el arte complemento de la naturaleza y un otro segundo ser que por extremo la hermosea y aun pretende excederla en sus obras. Preciase de aver añadido un otro mundo artificial al primero, suple de ordinario los descuydos de la naturaleza, perficionándola em todo: x que sin este socorro del artificio quedara inculta y grosera. Este fué sin duda el empleo del hombre en el parayso quando le revistió el Criador la presidencia de todo el mundo y la assistência en aquél para que lo cultivasse: esto es, que con el arte lo aliñasse y pulfesse³⁹.

Segundo nossa hipótese, Gracián, aos moldes do “pensamento moderno”, eleva ao

³⁵ GREENE, Thomas. *A flexibilidade do self na literatura do renascimento*. História e Perspectivas, Uberlândia (32/33): 35-63, Jan.Jul./Ago. Dez. 2005, p. 04.

³⁶ Idem, p. 11.

³⁷ Idem, p. 14.

³⁸ GRACIÁN, Baltasar. *Oráculo Manual y Arte de Prudência*, p. 12.

³⁹ GRACIÁN, Baltasar, *El Criticón*, p. 171-172.



primeiro plano o conhecimento produzido pela *téchne*. Aqui, a sabedoria não se encontra na contemplação de verdades imutáveis, mas sim no conhecimento produzido pelo artifício. Isto é bem evidente numa figura alegórica presente no *El Criticón*: a sábia e discreta Artemia, a qual é a representação alegórica da *téchne*, traduzido no latim por *ars*. Desta sorte, na seguinte passagem do *El Criticón*, percebemos a valorização, mobilizada por Gracián, do conhecimento produzido pela *téchne*.

Erase una gran reyna, muy celebrada por sus prodigiosos hechos, confinante con este primer rey, y por el consiguiente. (...) Llamávase aquélla, que no niega su nombre ni sus hechos, la sabia y discreta Artemia, muy nombrada en todos los siglos por sus muchas y raras maravillas. (...)De los brutos hazía hombres de razón; y avía quien assegurava aver visto entrar en su casa un estólido jumento y dentro de quatro días salir hecho persona. (...)Dava vida a las estatuas y alma a las pinturas: hazía de todo género de figuras y figurillas, personas de substancia (...)En las personas exercitava su saber y su poder con más admiración quanto era mayor la dificultad, porque a los más incapazes infundía saber, que casi no ha dexado bobos en el mundo, y sí algunos maliciosos.

Para Gracián, diante das limitações do conhecimento do homem, a única condição de possibilidade de conhecimento das coisas do mundo, incluindo a do próprio homem, é através da alegoria. A alegoria é a maneira de ligar o homem a esta dimensão invisível, a qual deve ser a própria finalidade da ação do homem no mundo. Michel Foucault denominou esse uso da alegoria nos séculos XVI e XVII de “saber das similitudes”⁴⁰, o qual era estruturado, de um ponto de vista religioso, pela possibilidade de decifração dos sinais visíveis deixados por Deus. Isto é, a invisibilidade da dimensão espiritual e de Deus, à qual o homem não possui um acesso direto, só poderia manifestar-se através de algo visível.

Para Foucault, as metáforas alegóricas produzidas neste período estão a meio caminho entre uma natureza fragmentada, alterada pelo pecado, e um segredo invisível que almeja ser decifrado⁴¹,

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 36.

⁴¹ Idem, p. 49: “A linguagem está a meio caminho entre as figuras visíveis da natureza e as conveniências secretas dos discursos esotéricos. É uma natureza fragmentada, dividida contra ela mesma e alterada, que perdeu sua transparência primeira; é um segredo que traz em si, mas na superfície, as marcas decifráveis daquilo que ele quer dizer. É, ao mesmo tempo, revelação subterrânea e revelação que, pouco a pouco, se restabelece numa claridade ascendente”.



contudo, não pode mostrar-se em Seu Ser⁴². Nesse sentido, a linguagem mostra-se incapaz de tornar manifesto o invisível, mas, ao mesmo tempo, é a única forma visível de expressão desta invisibilidade. Segundo esta perspectiva, a alegoria é a única forma de salvação e de transcendência desta natureza deturpada pela Queda do homem, como nos explica Hansen:

Em todo o Barroco, mesmo quando não manifesto, mas como tendência latente, a concepção alegórica do mundo e da história leva ao sentimento obscuro de que a natureza e a vida estão presas da morte. (...) Presa de irreprimível decadência, a vida é sonho cujo termo é a morte, limite entre a physis sensorial e a significação. (...). Assim a escrita se convulsiona, novelo de enigmas, guardando sempre certo traço irrisório de resto e ruína, vestígios de uma verdade fugidia. (...) se a natureza mesma é linguagem que se decifra e copia, é linguagem muda, pois anda afetada do pecado original e veste luto. (...) por isso, talvez, esse frenetismo da intenção alegórica, dada como única forma de salvação verdadeira e que, à proporção que instaura a necessidade de regras e da absoluta obediência, também marca sua própria operação como impossibilidade de salvação⁴³.

Como se pode notar, para Gracián o conhecimento é sempre limitado e está a serviço da noção de aperfeiçoamento espiritual e da meditação da morte, o que, em certo sentido, relaciona-se ao sentido religioso do argumento do criador e a posição mais radical do ceticismo. Por outro lado, a alegoria é um recurso de representação do próprio homem e de sua liberdade de ação no mundo, a qual poderia se coadunar com o sentido epistêmico, cuja maior influência, para Gracián, seria a de Francisco Sanchez. Não nos parece que Gracián tenha rejeitado, ainda que dê, naturalmente, um valor a fé, a importância do conhecimento estritamente mundano. O aforismo 251 do Oráculo Manual pode nos elucidar tal consideração: “*Hay que usar los medios humanos como si los divinos no existieran, y los divinos como si no existieran humanos*”⁴⁴. Como se pode notar, Gracián separa a dimensão humana da divina, mas não porque tenha secularizado o seu discurso, pelo contrário, pois procurar os meios divinos como se não houvesse os humanos é um artifício para se afastar de todo o pensamento que possa distanciar dos desígnios de Deus. Em contrapartida, procurar os meios humanos como se não houvesse divinos, é um exercício de ação no mundo, isto é, aquilo que Deus reservou, no paraíso, segundo o cânone bíblico, à competência estritamente humana: o governo da Terra.

⁴² Este aspecto a ser decifrado é o próprio Deus e, por conseguinte, à dimensão espiritual. Isto é, a Causa Primeira de todas as coisas é, portanto, a finalidade pela qual o homem foi criado.

⁴³ HANSEN, João Adolfo. “*Vieira, estilo do céu, xadrez de palavras*”. In: Discurso 9. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p, 178.

⁴⁴ GRACIAN, Baltasar. *Oráculo Manual y Arte da Prudencia*, p. 144.



Bibliografia

GRACIÁN, Baltasar. *El Discreto*. Alianza Editorial: Madri, 1997.

_____. *Oráculo Manual y Arte de Prudência*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1996.

_____. *El Criticón*. Madrid: Ediciones Catedra, 2001.

_____. *Obras de Lorenzo Gracián*. Tomo Segundo. Madrid. Imprensa Real de la Santa Cruzada, 1674.

PICO DELLA MIRANDOLLA, Giovanni. *Discurso sobre a Dignidade do Homem*. Lisboa: Edições 70.

Bibliografia Complementar

CANTARINO, Elena (org.). *Diccionario de conceptos de Baltasar Gracián*. Madrid: Cátedra, 2005.

CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. *Poesia de Agudeza em Portugal*. Tese apresentada a UNICAMP, 2004.

EGIDO, Aurora. *Humanidades y Dignidad del Hombre en Baltasar Gracián*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2001.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GREENE, Thomas. *A flexibilidade do self na literatura do renascimento*. História e Perspectivas, Uberlândia (32/33): 35-63, Jan./Jul./Ago./Dez.2005.

BLUMENBERG, Hans. *La legitimación de la edad moderna*. Valência: Pré-Textos, 2008.

HANSEN, João Adolfo. *Vieira, estilo do céu, xadrez de palavras*. In: Discurso 9. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

HIDALGO-SERNA, Emílio. *EL Pensamiento ingenioso en Baltasar Gracián: El "concepto" y su función lógica*. Editorial Anthropos: Barcelona, 1993.

ITALO, Adriana. *A tradição do "Conhecimento do Criador". Um ensaio sobre a artificialização da natureza*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUC-Rio, 1999.

IVENTOSCH, Herman. Los nombres alegórico-morales en El Criticón de Gracián, en Cuaderno Gris (Madrid), III, 1 (1994-95), pp. 88-106.



MARCONDES, Danilo. *O Argumento do Conhecimento do Criador e o Ceticismo Moderno*, em www.dbd.puc-rio.br/depto_filosofia/99_souzafilho.pdf.

PELEGRÍN, Benito. *Éthique et esthétique du baroque. L'espace jésuitique de Baltasar Gracián*, Arles, 1985.



Tecendo redes:
um espaço de referencia para intelectuais nas crônicas
de Rachel de Queiroz
(revista *O Cruzeiro*, 1964-1975)¹

Raquel França dos Santos Ferreira²

RESUMO

Criada no Rio de Janeiro, na década de 1920, a revista *O Cruzeiro* deixou sua marca no século XX. Uma publicação com ares modernos e pioneira do chamado fotojornalismo no Brasil, ela influenciou tanto o caráter jornalístico quanto a diagramação de muitas publicações nacionais posteriores. Utilizando o espaço da revista para dar visibilidade e consolidar trocas entre pares, Rachel de Queiroz trazia, em seus textos, algumas resenhas sobre obras de escritores nacionais e estrangeiros. Esse artigo visa discutir aspectos presentes nos trabalhos da Rachel publicados na *O Cruzeiro*, do que Gustavo Sorá chamou de ‘consagração mútua’. O presente estudo analisou crônicas publicadas na revista *O Cruzeiro* entre 1964 e 1975 de autoria da escritora cearense Rachel de Queiroz. Tal ação nos leva a perceber que além de um veículo de informação e entretenimento, a revista *O Cruzeiro* também funcionava como uma opção de intercâmbio de ideias entre intelectuais. Percorrer essas linhas nos ajuda a desvendar, pelo menos parcialmente, uma tessitura de redes de sociabilidade entre aqueles escritores, jornalistas, enfim, pensadores, em uma dada temporalidade.

Palavras-chave: Rachel de Queiroz, redes de sociabilidade, intelectuais

Weaving networks: a space of reference to intellectuals in the chronicles of Rachel de Queiroz (*O Cruzeiro Magazine*, 1964-1975)

ABSTRACT

Founded in Rio de Janeiro, in the 1920s, the periodical *O Cruzeiro* left its mark in the twentieth century. A publication with modern air and pioneer of the called photojournalism in Brazil, it influenced both the journalistic character and the layout of many later national publications. Making use of the periodical to afford visibility and to consolidate interchange between peers, Rachel de Queiroz brought in her texts, some reviews of works by national and foreign writers. This paper has the purpose of discuss aspects in the Rachel's publications on the *O Cruzeiro* that Gustavo Sorá called “mutual consecration”. The present study

¹ Recebido em: 14 de setembro de 2015. Aceito para publicação em: 05 de janeiro de 2016.

² Doutora em História (Universidade Federal Fluminense); Mestre em História (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro); Especialista em Ensino de História (Curso de Especialização Saberes e Práticas na Educação Básica –Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Assistente em documentação (Fundação Biblioteca Nacional-RJ). E-mail: raquelfranca@brj@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5234312875337359>.



analyzed chronicles published between 1964 and 1975 in the periodical *O Cruzeiro*, authored by writer Rachel de Queiroz. Such action leads us to understand that in addition to an informational and entertainment vehicle, the periodical *O Cruzeiro* also worked as an ideas interchange option among intellectuals. Through these lines help us unravel, at least in part, a fabric of social networks among those writers, journalists, in short, thinkers, in a given temporality.

KEYWORDS: Rachel de Queiroz, *O Cruzeiro*, intelectual writing.

Para a historiografia, a complexidade das fontes documentais está muito além das questões de definição acerca do que vem a ser um documento. Uma vez escolhida a fonte, tendo-se em mente que todos os vestígios humanos são um documento em potencial, embora não fosse essa a sua função original³, os leques metodológicos e teóricos se abrem. Que caminhos seguir? Lembramos que o historiador *escuta os mortos com os olhos*⁴, ao mesmo tempo em que os traz à tona, em uma busca que faz da prática investigativa um trabalho de transformação incessante. Dessa maneira, esse profissional transforma um vestígio em documento, um documento em objeto de investigação, uma investigação em análise, uma análise em generalização e, à guisa de conclusão, sua síntese torna-se uma narrativa⁵. Um texto. Não necessariamente nessa ordem. Cada caminho varia de acordo com o olhar metodológico do tal pesquisador. Muitas idas e vindas se processam. Interrupções, desistências, sucessos.

Um texto, por sua vez, ao mesmo tempo em que procura explicar aqueles processos e resultados, também produz apagamentos, reduções e esquecimentos. Percalços inerentes ao trabalho de seleção – tanto das fontes quanto dos meandros explicativos que se adotam⁶.

Partimos dessa premissa, para iniciar nossa narrativa, porque o *corpus* documental desse trabalho compõe-se de crônicas. Sim, textos. Materiais que abarcam as escolhas já

³ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

⁴ CHARTIER, R. 'Ouvir os mortos com os olhos'. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/viewFile/10510/12252>>. Acesso em 31/08/2015.

⁵ CERTEAU, Michel de. Op. cit.

⁶ MATTOS, I. R. (org.). *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1998.



efetuadas pelo seu autor – que no nosso caso é autora, pois que são escritos da cearense Rachel de Queiroz. E assim como a maioria dos textos, as crônicas são um misto de estilos e gêneros de escrita – literatura, jornalismo, história, ficção. Seria um primeiro alerta: o de que esse texto ora escrito está condicionado à inúmeras limitações (tanto as da cronista, quanto as da investigadora debruçada sobre tal objeto de estudo). Nosso(a) leitor(a), talvez, encontre aqui mais perguntas do que respostas.

Além disso, precisamos de outro sinalizador: o de que as crônicas são escritas em um determinado suporte cuja concepção ligada aos grandes meios de comunicação brasileiros, apelos publicitários e empresariais, interfere nas práticas de leitura⁷. Sua existência está vinculada à última página de *O Cruzeiro*⁸. A seção ‘Última Página’, em que a cronista publicava semanalmente seus trabalhos, entrou em vigência em dezembro de 1945 e lá permaneceu até fevereiro de 1975. Foram trinta anos, praticamente ininterruptos, de escrita⁹. Assim, figurando dentro do corpo de um periódico, os escritos eram submetidos a uma vasta gama de variáveis: embora permanecessem na página final, poderiam aparecer tanto na página 89 quanto na 192, dependendo do volume da edição; eram ladeados por informações diversas, como propagandas na contracapa, expediente da publicação, imagens; sua mancha gráfica possuía uma coluna, duas, três, e ora apareciam com moldura, ora sem.

Embora não tenhamos aqui a pretensão de discorrer sobre a história da revista *O Cruzeiro*, é importante salientar que a revista pertencia ao conglomerado de veículos de comunicação *Diários Associados*, de propriedade de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, cuja orientação editorial pendia majoritariamente para o viés conservador em artigos e notícias¹⁰. Foi fundada em 1928 e teve seu fim definitivo em 1983 e, durante o período de atuação da Rachel em suas páginas, a revista sofreu inúmeras reformulações. Algumas das mais notáveis dizem respeito a diagramação das notícias, ao cunho investigativo atribuído a alguns jornalistas, e a ênfase no chamado fotojornalismo – marca inequívoca da publicação: isto é, a prioridade que se dava às imagens sobre os textos escritos¹¹.

⁷ CHARTIER, R. Textos, impressos, leituras. In: CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel. 2002.

⁸ MORAIS, F. *Chatô: o Rei do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

⁹ FERREIRA, R.F. dos Santos. *A ‘Última Página’ de O Cruzeiro: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz no pós-64*. (Tese em História). Niterói: UFF, 2015.

¹⁰ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

¹¹ NETTO, Accioly. *O Império de papel: os bastidores de O Cruzeiro*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1998.



Chamamos, também, a atenção para a existência de uma dinâmica de leitura em constante movimento: se o leitor esperava uma rotina fixa e estanque, ela não existia. Informamos, linhas acima, que as crônicas foram publicadas quase ininterruptamente, porque a autora ‘sumia’, vez por outra. Em carnavais, eventos e comemorações históricas de vulto, por exemplo. Durante os anos de 1968 e 1970, embora fosse mantida como colaboradora da revista, sua seção não foi publicada. Foi retomada, entretanto, em meados de 1970, sem maiores esclarecimentos¹².

Por fim, precisamos de uma última ressalva: a de que esse artigo, tal qual as crônicas, não é um fim em si mesmo. As questões aqui tratadas são apenas o início de um percurso, o de buscar compreender sinais da tessitura de uma dada rede de sociabilidade, de modo a descortinar parte da atuação que cabia a Rachel de Queiroz na intelectualidade brasileira.

Conhecendo as fontes

Falar do quantitativo de crônicas sobre intelectuais, presente no *corpus* documental escolhido para essa análise, requer uma breve explicação acerca dos detalhes metodológicos utilizados aqui. Pergunta-se, então, de quantas crônicas nos utilizamos?

Os recursos mobilizados para nosso trabalho advêm de uma pesquisa que reuniu 430 crônicas da escritora Rachel de Queiroz, impressas entre os anos de 1964 (ano do golpe civil militar no Brasil) e 1975 (ano da última crônica de Rachel publicada na revista). A Tese que resultou dessa investigação analisou a escrita política da autora durante o período do regime militar. Os temas encontrados nos textos rachelianos foram os mais diversos possíveis e abarcavam desde questões religiosas e morais até participação política no Brasil, naqueles primeiros nove anos da ditadura. Abaixo, elencamos os dez assuntos mais recorrentes encontrados nos textos publicados durante o período acima mencionado.

¹² FERREIRA, R.F. dos Santos. *A ‘Última Página’ de O Cruzeiro: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz no pós-64*. Op. cit.



Temas de crônicas de Raquel de Queiroz na Revista *O Cruzeiro*

(abril/1964 – janeiro/1975)¹³

Nº	TEMA	ENFOQUE PRINCIPAL ¹⁴	ENFOQUE SECUNDÁRIO	TOTAL
01	Estrangeiros	78	9	87
02	Nordeste	47	9	56
03	Intelectuais	45	9	54
04	Revolução (Golpe civil-militar de 64)	42	6	48
05	Cidades	25	21	46
06	Memórias	25	12	37
07	Cultura	15	21	36
08	Ciências	23	6	29
09	Personagem	13	7	20
10	Rio de Janeiro	10	9	19

Percebemos que o tema ‘intelectuais’ aparece em terceiro lugar, na coluna que mostra o total de incidências de assuntos no conjunto documental analisado. Esse é um dos indícios de que Rachel preocupava-se em oferecer espaço, em sua coluna semanal, para discutir obras publicadas dentro e fora do Brasil, mencionar prêmios recebidos por escritores e jornalistas, fazer resenhas de livros e comentar experiências tiradas do convívio com outros intelectuais.

¹³ Levantamento elaborado a partir das 430 crônicas encontradas na seção “Última Página” da revista *O Cruzeiro*. Cf. QUEIROZ, R. de. “Última Página”. In: FERREIRA, R.F. dos Santos. *A ‘Última Página’ de O Cruzeiro: crônicas e escrita política de Raquel de Queiroz no pós-64*. 1964-1975.

¹⁴ Organizamos a tabela apresentando, nas duas colunas centrais, uma divisão da incidência dos temas em ‘enfoque principal’, que seria quando o assunto aparece em primeiro plano nas crônicas, como temática central no enredo dos textos e ‘enfoque secundário’, que seria quando o assunto acompanha em segundo plano a narrativa racheliana. Cf. QUEIROZ, R. de. “Última Página”. In: FERREIRA, R.F. dos Santos. *A ‘Última Página’ de O Cruzeiro: crônicas e escrita política de Raquel de Queiroz no pós-64*. Op. cit, 1964-1975.



Dessa forma, aqui optamos por explorar um pouco mais os textos em que a Rachel se dedicava a compartilhar opiniões acerca do universo de literatos, escritores, jornalistas, com o qual mantinha relações. Os caracteres de suas ligações com outros intelectuais eram tanto profissionais quanto pessoais e afetivos.

Seguindo essa linha de investigação, podemos perceber que a publicidade ajudava a legitimar os textos em circulação, sendo essa uma das funções presentes na escrita racheliana. De acordo com Gustavo Sorá:

Rachel de Queiroz, por exemplo, não contava com emprego fixo em Maceió, mas, como grande parte dos autores da época, escrevia para jornais. Manteve uma relação permanente com os *Associados*, o império jornalístico de Assis Chateaubriand. Embora, (...), existisse na época a crítica oficial, a atividade jornalística dos escritores lhes permitia intervir na consolidação de redes de relações, na divulgação dos pares, e na formação de um círculo de consagração mútua.¹⁵

A tabela abaixo visa apresentar os títulos e um breve resumo das 45 crônicas em que o tema ‘intelectuais’ aparece em primeiro plano:

Crônicas de Raquel de Queiroz na Revista *O Cruzeiro*

(abril/1964 – janeiro/1975)¹⁶

DATA	P.	TÍTULO	RESUMO
13/03/65	122	Oswaldo Goeldi	Memórias sobre o artista, em homenagem aos 4 anos de sua morte.
10/04/65	98	Mouro na Costa	Sobre livro de David Nasser, que fala sobre Portugal, com olhar sobre as influências mouras
24/04/65	114	Aves de Arribação	Sobre romance regionalista de Antônio Salles.
04/09/65	106	Província	Sobre antologia de contos de 12 autores escolhidos, intitulada ‘Uma antologia do conto cearense’.
29/01/66	106	O Ladrão de Babilônia	Tradução de obra de Elizabeth Bishop: conta a história dos moradores do morro da Babilônia no Rio de Janeiro. Em forma de poema.
06/05/66	114	Manuel	Sobre Manuel Bandeira, aniversário de 80 anos.
02/06/66	114	11 Anos na Amazônia	Sobre o livro de mesmo nome publicado por seu tio Dr. Espiridião de Queiroz Lima, que viveu 11 naquele estado.
26/07/66	114	Seu Geraldinho	Sobre personagem de romance do autor Antônio Olavo Pereira.
16/08/66	114	Carta a Odylo, em	Dá conselhos ao amigo que fique por Portugal, porque a vida no Brasil está difícil,

¹⁵ SORÁ, Gustavo. *Brasileiras: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: EDUSP/COM-ARTE, 2010, p. 191.

¹⁶ QUEIROZ, R. de. Última Página. In: FERREIRA, R.F. dos Santos. *A ‘Última Página’ de O Cruzeiro: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz no pós-64*. Op. cit. 964-1975.



		Lisboa	segundo ela.
26/11/66	118	Um Herói	Sobre mortes de personalidades
21/01/67	122	Um Homem Livre	Homenagem a Gustavo Corção
04/02/67	118	O Goeldi de Reis Junior	Sobre biografia de Oswaldo Goeldi. Faz importantes considerações sobre o caráter de uma biografia.
08/04/67	114	Vendaval da Liberdade	Sobre obra de Edmar Morel que fala dos libertadores abolicionistas.
08/07/67	114	Vivaldo Coaracy	Conta das obras e feitos do falecido Vivaldo Coaracy.
12/08/67	134	O Cego Aderaldo	Sobre a morte do cantor Aderaldo Ferreira de Araújo.
30/09/67	146	A Constituição ao alcance de todos	Comentário sobre o livro homônimo de Paulo Sarasate, em que discute a necessidade e explica a importância de uma constituição.
14/10/67	130	Profecias	Comenta as profecias que Eça de Queiroz teria feito em uma de suas crônicas, de que o Brasil após a proclamação da República seria desfeito em unidades fragmentadas.
21/10/67	162	A Livraria São José	Fechamento da livraria e da falta que fará para os intelectuais e pessoas ligadas às letras.
28/10/67	170	Raul Fernandes (I)	Comemoração aos 90 anos de Raul Fernandes, tem importante reflexão contrastante com 'Neves de Antanho', sobre a biografia de alguém.
04/11/67	130	Raul Fernandes (II)	Continuação da crônica anterior, mantém a comparação e a sinalização das permanências entre o Raul da juventude e o idoso que aniversariava.
20/01/68	130	Demócrito	Reflexão sobre Demócrito Rocha e o jornal Cearense O Povo, fundado por ele. Morreu em 29/11/1943.
03/02/68	130	O Prêmio Camões	Celebração ao David Nasser por ter ganho o prêmio no biênio 66/67.
17/02/68	130	Léguas de Promissão	Comentários elogiosos sobre os livros de Adonias Filho (Léguas de Promissão) e Octávio de Faria (Novelas da Masmorra).
24/02/68	150	Buckle e o Brasil	Tradução de parte do livro de H. Thomas Buckle, 1857, sobre o Brasil do século XIX. Crítica ao argumento de atraso, aplicado pelo autor ao nosso país.
23/03/68	122	Béatrix e Goeldi	Fala da relação entre a Béatrix Raynal e Oswaldo Goeldi, que entregou a ela o controle sobre suas obras, antes de vir a falecer.
24/11/70	174	Desenhos de Carlos Leão	Abre a crônica com poema de Carlos Drummond de Andrade sobre a arte de Carlos Leão e informa ao leitor que há exposição do artista em andamento no Rio de Janeiro. Detalha as obras do artista e informa novas técnicas usadas por Leão.
08/12/70	154	O Poeta faz Bodas de Esmeralda	Presta homenagem aos 40 anos da carreira de Carlos Drummond de Andrade. Faz elogios a sua obra que, segundo ela faz parte do mundo misterioso e mágico decifrado somente pelos poetas.
29/12/70	146	Caboclo Branco I	Fala da obra do húngaro Gabriel Molnar, que conheceu através de Paulo Ronai, e que trata especialmente do Brasil. Divide a crônica em duas partes. Na primeira, conta as experiências de Molnar na Amazônia brasileira.
06/01/71	146	Caboclo Branco II	Continuação da crônica anterior. Conta das memórias de Molnar que, em livro escrito após acidente que o fez retornar à Hungria, relata suas experiências na Amazônia. Indaga aos ministros Jarbas Passarinho e Mário Andreazza, e ao professor Arthur Cesar Ferreira Reis, presidente do CFC, se eles não se interessam em patrocinar a tradução de tais obras.
07/04/71	154	A Lei da Selva	Começa falando da morte de Anísio Teixeira, para emendar o assunto sobre o crescimento urbano desordenado, o caos urbano, e termina por falar da violência urbana e do 'salve-se quem puder'
21/04/71	130	A Manuel, ausente	Apresenta poema de Homero Sanchez, em homenagem a Manuel Bandeira
22/09/71	130	Ariano Suassuna	Comentário sobre o Livro A Pedra do Reino, de Suassuna.



26/01/72	130	Claro e Escuro	Crônica fragmentada em dois temas: a eleição de Octavio de Faria para a ABL e a morte de Hélio Viana.
22/03/72	130	O Amor é seu Espaço	Sobre livro de poemas de Odylo Costa Filho
28/06/72	130	Os 14 Degraus	Sobre romance homônimo de Emy Bulhões Carvalho da Fonseca
30/08/72	122	Amati, Mationã	Sobre índio pintor de nome Amatiunã, conhecido como Amati ou Mationã.
20/12/72	122	Os Bichos no Céu	Sobre livro de Odylo Costa Filho.
07/03/73	130	Pacatuba	Sobre livro homônimo de Manoel Albano Amora, Rachel conta memórias de sua juventude ligadas a Pacatuba
11/04/73	130	Mulungu na Serra	Crônica cortada no final. Sobre livro homônimo de Stela Nascimento. Conta memórias dos habitantes de Mulungu, Baturité.
19/12/73	130	Balão cativo	Sobre obra de Pedro Nava, de mesmo nome
13/02/74	114	Vida-Vida	Comentário sobre livro de Lelena Cardoso.
03/04/74	114	A Velha chama	Breve resenha sobre o livro homônimo de Ascendino Leite
12/06/74	114	As Seletas	Sobre antologias nacionais.
21/08/74	82	Beau Geste	Crônica saudosista sobre Adatao Lúcio Cardoso.
28/08/74	82	SPCCMM	Crônica sobre a fundação da Sociedade Protetora da Criatura Contra Máquinas e Megalópoles.

Observando os dados informados acima, contabilizamos 19 crônicas em que Rachel traduz, resenha ou comenta livros publicados. Notamos que tanto autores brasileiros e estrangeiros tiveram destaque em sua coluna semanal de crônicas. Além disso, percebemos que prestava também homenagem aos intelectuais já falecidos, como Demócrito Rocha e Oswaldo Goeldi, apresentando mais uma faceta: a de contribuir para a criação de um espaço de memória dentro de seus textos.

Para finalizar, não podemos esquecer que a própria revista *O Cruzeiro* possuía, em seus quadros profissionais, cartunistas, repórteres e fotojornalistas, mas também cronistas, romancistas, poetas e toda a sorte de escritores e críticos literários pelo país afora. Uma das propostas de seus editores seria tornar a revista uma referência nos campos da moda, arte, literatura, e avanços da ciência, além da sua função precípua de instrumento de informação e entretenimento¹⁷.

A linha editorial da revista seguia, no entanto, posturas conservadoras e visava tanto o público feminino quanto o masculino. Publicidade e notícias fantasiosas também tinham

¹⁷ NETTO, Accioly. *O Império de papel: os bastidores de O Cruzeiro*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1998.



destaque em suas páginas, tornando a revista um ícone do sensacionalismo entre as publicações nacionais¹⁸.

Prosseguindo em nosso objetivo, feitas as contextualizações pontuais, mas necessárias acima, observaremos a partir de agora, as crônicas que indicam a participação de Rachel na conformação redes de sociabilidade enquanto resenha obras de intelectuais brasileiros¹⁹.

Crônica-resenha: referendando intelectuais

Ao visitarmos nosso universo documental e encontrarmos um número de 19 ‘crônicas-resenhas’²⁰. Podemos, em um primeiro momento, tomar esse panorama como insignificante, proporcionalmente ao volume de textos encontrados na revista, no período estudado. Entretanto, descortinando um pouco mais as informações, notamos que os textos foram publicados entre os anos de 65 e 74 (de acordo com a tabela apresentada anteriormente). Isso nos dá uma perspectiva de nove anos. Desfolhando mais um pouco, observamos que entre o final do ano de 1968 e o início de 1970 a autora se absteve em sua escrita. Nosso espectro reduz-se, então, a sete anos aproximados em assiduidade de publicação. Ajustando o foco, em um total de cerca de 360 crônicas que apresentam uma pluralidade imensa de temas, perto de 5% dos textos foram dedicados à resenha de alguma obra. Todavia, se nos detivermos em crônicas sobre as quais a autora trata do assunto ‘intelectuais’, dentre as 54 encontradas o percentual sobe para cerca de 35% de crônicas contendo textos resenhados²¹, concorrendo com preocupações específicas do campo literário, tais como eventos literários, artigos e notícias sobre intelectuais, memórias e experiências de convívio.

¹⁸ CARVALHO, Luiz Marklouf. *Cobras Criadas*. 2. ed. São Paulo: SENAC-SP, 2001.

¹⁹ Nesse artigo nos preocupamos em observar a participação de Rachel de Queiroz, ou seja, sua ação no intuito de estabelecer redes de contatos e trocas com outros intelectuais através de suas crônicas.

²⁰ Denominamos aqui ‘crônica-resenha’ por serem composições com intuito de dar ao leitor a oportunidade de conhecer obras lidas por Rachel de Queiroz, comentadas e descritas em sua crônica. Algumas possuem inclusive tom de publicidade, convidando o leitor com anúncios elogiosos aos textos e autores. Em nosso artigo, escolheremos algumas das mais expressivas para análise. Cf. QUEIROZ, R. de. Última Página. In: *A ‘Última Página’ de O Cruzeiro: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz no pós-64*. Op. cit. 1964-1975.

²¹ O cálculo desses percentuais se debruçou nas informações coletadas nas crônicas publicadas entre 1965 e 1974, conforme apresentado na nossa segunda tabela informativa. Cf. QUEIROZ, R. de. “Última Página”. In: *A ‘Última Página’ de O Cruzeiro: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz no pós-64*. Op. cit. 1964-1975.



Tais resenhas, entretanto, não podem ser estritamente classificadas enquanto ‘crítica literária’, salvo uma ou duas exceções – apesar de serem uma importante contribuição nesse sentido. Dizemos isso porque o tom da escrita racheliana é, via de regra, elogioso e afetivo. Suas palavras convidam os leitores de suas crônicas semanais a conhecerem e procurarem ler as obras. Há um certo tom de publicidade, como vemos no trecho abaixo:

Este romance de Antônio Salles, “Aves de Arribação”, além do lugar muito especial que merece na literatura brasileira, pela sua alta categoria, tem uma originalidade, em se tratando de romance nordestino em, mais que nordestino, cearense. É um livro que, passado todo no interior do Ceará, não diz uma palavra sobre a seca!

(...) traz a marca do escritor experiente, senhor de todos os segredos do ofício, sem demasias nem ingenuidades (...).²²

O romancista e poeta brasileiro Antônio Sales nasceu em Paracuru, em 1868, e faleceu em Fortaleza, em 1940. Assim, ao trazermos essa crônica como um primeiro exemplo, tencionamos discutir que ela seria um indício do uso desse espaço como resgate e memória tanto para o escritor quanto para a obra ‘Aves de Arribação’ publicada em 1914²³.

Informar o leitor sobre esse livro e sobre os aspectos contidos nele, nos remete a outro ponto: o de que a autora conhece a obra e, ao consagrá-la em sua crônica, nos indica que direta ou indiretamente sofre influências dela em sua escrita²⁴.

Textos não literários também serviram de inspiração para uma de suas ‘crônicas-resenha’. Falamos aqui da crônica ‘A Constituição ao alcance de todos’, que informa os leitores sobre o livro do jurista, e então senador, Paulo Sarasate²⁵:

“A Constituição do Brasil ao Alcance de Todos”. O título é modesto e diz muito pouco do real valor do livro. Porque não se trata apenas de uma vulgarização da nova lei básica, para uso popular, mas na verdade de uma explicação interpretativa da Constituição, e subsídios à margem do texto, os

²² QUEIROZ, R. de. Aves de Arribação. *O Cruzeiro*. Op. cit, 24/04/1965.

²³ SALES, A. *Aves de Arribação*. 2ª ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1920. Inicialmente publicada em folhetim no Correio da Manhã, foi compilada em livro em 1914. Informações sobre Antônio Sales disponíveis em: <<http://www.fortalezanobre.com.br/2010/09/antonio-sales-um-dos-maiores-nomes-da.html>>. Acesso em: 11/09/2015.

²⁴ BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

²⁵ SARASATE, Paulo. *A Constituição do Brasil ao Alcance de Todos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1965.



quais, no dizer de mestre Afonso Arinos, são tão importantes para a compreensão da Constituição, quanto a explicação sistemática desses textos.²⁶

Essa exceção nos convida a refletir sobre o fato de que as rodas de contato, trocas de indicações, e comentários sobre a produção letrada no país não se restringia, no caso das relações de sociabilidade traçadas por Rachel, ao mundo ficcional e literário. Obras de teor mais científico e historiográfico também figuravam entre suas leituras e comentários.

Continuando nossa investigação, retornando aos textos de literatura resenhados por Rachel, encontramos a seguinte impressão sobre uma das obras de David Nasser²⁷:

Acaba David Nasser de lançar novo livro cantado seus amores com Portugal: pediu emprestado o título do lindo poema que Manuel Bandeira escreveu para a música de Ary Barroso, e chamou à sua coletânea de viajante sentimental “Portugal, Meu Avozinho”.

A gente portuguesa – é claro! Amorável e enternecida – recebe muito feliz as declarações apaixonadas do brasileiro (...).²⁸

Entrelaçando Manuel Bandeira, Ary Barroso e David Nasser, a autora nos apresenta mais um perfil para sua obra, o de tecer influências entre intelectuais²⁹. Remetendo aos poemas e às músicas compostas pelos escritores citados, Rachel cria similitudes e comparações que levam o leitor a conhecer vários escritores brasileiros e alguns dos desdobramentos de suas criações.

Em ‘11 anos na Amazônia’ a escritora indica, mais uma vez, similitudes e influências absorvidas pelo escritor do livro comentado. Aqui, a rede traça uma linha aproximando os escritores Dr. Queiroz Lima e Júlio Verne. Lima, tio de Rachel, escreveu a obra *11 Anos na Amazônia: de 1904 a 1915*³⁰ contando suas experiências durante os anos de moradia naquela região brasileira. De acordo com Rachel:

²⁶ QUEIROZ, R. de. A Constituição ao alcance de todos. *O Cruzeiro*. Op. cit, 30/09/1967.

²⁷ NASSER, D. *Portugal, Meu Avozinho*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1965.

²⁸ QUEIROZ, R. de. Mouro na Costa. *O Cruzeiro*. Op. cit, 10/04/1965.

²⁹ BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção*. Op. cit.

³⁰ LIMA, Esperidião de Queiroz. *11 anos na Amazônia: de 1904 a 1915*. Manaus: Governo do Estado, 1966.



O final da primeira parte é puro Júlio Verne; conta a descida aventurosa e arriscada da pequena família – o médico, a esposa, os dois filhinhos (uma menina recém-nascida), as cunhãs, os capangas cearenses, pelo rio abaixo, num batelão movido a remo. Primeiro é o rio Acre que eles descem e depois o Purus, largo e perigoso, até alcançarem o Amazonas.

Mas Júlio Verne mesmo, sem mistura, até pela ausência de personagens femininas, é a segunda parte do livro, que conta uma excursão pelo Amapá, para fins de demarcação de datas de terra no Araguari.³¹

Júlio Verne³², escritor francês falecido em 1905, é reconhecido como pioneiro gênero literário que posteriormente ficaria conhecido como ‘ficção científica’. Ao citá-lo em seu texto, a autora evidencia a sua apropriação das leituras que, porventura, tenha feito das obras de Verne³³. Dizemos isso porque, em sua crônica, Rachel aproxima Verne a seu tio, Dr. Queiroz Lima, ao atribuir a esse a proeza de mostrar ao público um Brasil quase fantasioso e distante da realidade dos grandes centros urbanos, embora plausível e verídico. Abrindo uma janela para conhecer os cantões mais afastados, as crônicas rachelianas também apresentam essa função: a de tentar integrar o país, procurando mostrar as peculiaridades de cada região.

Semelhante intento em integrar regiões do país ocorre em ‘Província’, onde encontramos a apresentação de uma antologia de contos³⁴. Prossegue Rachel:

Trata-se de uma antologia de contos: doze autores escolhidos entre os melhores da terra. E vendo-se um livro assim, escrito na província, editado na província e (...) quase que só lido na província (...), compreende-se porque é que o Brasil continua. De onde vem a força, de onde vem a esperança. Onde é que está a riqueza.

(...)

Esse livro que vos apresento com tanto entusiasmo e carinho chama-se **Uma Antologia do Conto Cearense**, edição da Universidade do Ceará, comemorativa do 10º aniversário da sua instalação. [Grifo da autora]³⁵

³¹ QUEIROZ, R. de. ‘11 Anos na Amazônia’. *O Cruzeiro*. Op. cit, 02/06/1966.

³² Informações sobre Verne disponíveis em: <http://www.e-biografias.net/julio_verne/>. Acesso em 11/09/2015.

³³ QUEIROZ, R. de; QUEIROZ, M^a L. de. *Tantos Anos*. Rio de Janeiro: ARX, 2004.

³⁴ MONTENEGRO, Braga (et alii). *Uma Antologia do Conto Cearense*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1965.

³⁵ QUEIROZ, R. de. ‘Província’. *O Cruzeiro*. Op. cit, 04/09/1965.



Novamente em tom de publicidade, Rachel convida os leitores a conhecerem a obra recém lançada. Uma particularidade aqui nos chama a atenção: a de que, por traz dessa resenha, há uma dura crítica ao posicionamento de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo que pouco dão crédito, de acordo com a cronista, aos escritores de outros lugares do país. Nossa cronista atribuía aos poderes políticos e intelectuais existentes no Sudeste o entendimento equivocado de que, enquanto *províncias*, as regiões Norte e Nordeste não teriam expressividade e importância, por serem localidades distantes dos grandes centros econômicos urbanos³⁶.

Em sua defesa ao Norte e ao Nordeste, não podemos deixar de perceber a questão da literatura regional. Ajudando a construir um olhar sobre o Nordeste, o sertanejo, a seca, os retirantes, a autora é considerada uma intelectual de preocupação regionalista³⁷.

Outras crônicas resgatam memórias e afetividades, em obras literárias sobre o Nordeste, como ‘Léguas de Promissão’; ‘Pacatuba’, e ‘Mulungu na Serra’. Desses, a autora nos apresenta as seguintes descrições:

É na outrora misteriosa região das águas largas do Almada, terra forte, florestas, serras, ladeiras e descampados, no Sul da Bahia, naqueles bolsões de rio que a princípio eram só dos índios mas o cacau invadiu, que se situa o reino de Itajuípe, onde vagueiam ou assentam pouso os heróis de *Léguas de Promissão*. [Grifo da autora]³⁸

Com suas palavras, Rachel descreve o cenário construído por Adonias Filho, em sua obra *Léguas de Promissão*³⁹. Apropriando-se da obra a autora parece mergulhar na trama, apresentando ao leitor de sua crônica as impressões subjetivas que produziu a partir da leitura do texto de Filho.

³⁶ Tal posicionamento não é raro na escrita racheliana. Como exemplos, podemos citar as crônicas ‘O Grande Desafio’ e ‘Clamor no Deserto’, não trabalhadas nesse artigo por se tratarem de outros temas, em que Rachel faz apelos aos empresários do Sudeste brasileiro para que reconhecessem a força nordestina e dedicassem maiores investimentos econômicos e políticos àquela região. Cf. QUEIROZ, R. de. ‘Provincia’. *O Cruzeiro*. Op. cit, 04/09/1965; ‘O Grande Desafio’. *O Cruzeiro*. Op. cit, 22/08/1964; ‘Clamor no Deserto’. *O Cruzeiro*. Op. cit, 05/-6/1965.

³⁷ ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste*. 2. Edição. Recife: FJN/Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

³⁸ QUEIROZ, R. de. ‘Léguas de Promissão’. *O Cruzeiro*. Op. cit, 17/02/1968.

³⁹ FILHO, A. *Léguas de Promissão*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1968.



Em ‘Pacatuba’, a autora sensibiliza-se afetivamente ao texto de Manoel Albano Amora⁴⁰, já que trata de uma história que também lhe dizia respeito. Conforme nos explica Rachel: *Para começar, foi em Pacatuba que me batizei, afilhada dos meus avós, condôminos do velho engenho da Munguba*⁴¹. Após relato memorialístico, descrevendo suas relações pessoais, familiares e afetivas, a autora encerra agradecendo Albano⁴²:

Ah, poderia falar horas sobre minhas ligações com a Pacatuba, terra que eu muito amo: suas ruas antigas, sua velha matriz, seus poucos sobrados e jardins. E ao amigo e historiador Albano Amora agradeço ter ele imobilizado em livro a romântica “capital” da Serra da Aranha.⁴³

‘Mulungu na Serra’ também descortina referências memorialísticas encontradas por Rachel na obra de Stela Nascimento⁴⁴:

Sob o leve disfarce dos nomes de empréstimo, reconheci-os quase todos, aqueles habitantes dos sítios do Mulungu na serra e da cidade de Baturité, no vale. Com muitos falei, com alguns convivi e, aos que não conhecia em pessoa, lhes sabia a fama e os feitos. E assim sob a forma discreta de “romance”, o que temos em verdade no delicioso livro de minha amiga Stela é um rico repositório de lembranças, bom de ler como ficção, mas com um frescor autêntico de que a ficção sempre carece.⁴⁵

Permeando as considerações entre das obras lidas e os seus respectivos autores, encontramos inúmeros elogios. Vejamos as palavras de Rachel para Adonias Filho:

Acho que não há, entre os grandes ficcionistas brasileiros, escritor mais *visual* do que Adonias Filho. Visual sem ser *paisagístico*, entenda-se, porque nele a paisagem só funciona em cortes rápidos, e sempre a serviço da história. Visual, num sentido especial de impacto e presença, de cor, mas não de *colorido*; tons e sobretons que podem ser violentos ou sombrios, mas nunca de pastéis esbatidos. [Grifos da autora]⁴⁶

⁴⁰ AMORA, Manoel Albano. *Pacatuba: Geografia Sentimental*. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1972.

⁴¹ QUEIROZ, R. de. ‘Pacatuba’. *O Cruzeiro*. Op. cit, 07/03/1973.

⁴² Podemos notar que o recurso afetivo está presente nas crônicas de Rachel com o objetivo de envolver o leitor e cativar o público, mantendo-o fiel à sua coluna semanal na revista *O Cruzeiro*. C.f. GUERELLUS, N. *Regra e Exceção*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

⁴³ Idem. *Ibidem*.

⁴⁴ NASCIMENTO, Stela. *Mulungu*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1973.

⁴⁵ QUEIROZ, R. de. ‘Mulungu na Serra’. *O Cruzeiro*. Op. cit, 14/04/1973.

⁴⁶ QUEIROZ, R. de. ‘Léguas de Promissão’. *O Cruzeiro*. Op. cit, 17/02/1968.



Tecendo redes de contato, expõe impressões de outros autores sobre Stela Nascimento:

Lúcia Benedetti observou que Stela lhe lembra às vezes Helena Morley; a nossa mestra e criadora do teatro infantil tem muita razão: aquelas infâncias no Mulungu têm muitas coincidências com as da memorialista de Diamantina. (...) Como diz Rubem Braga em carta à autora: “é um corte na vida brasileira e familiar e social, feito com muita inteligência e sensibilidade”.⁴⁷

Descrevendo Ariano Suassuna, encontramos a comparação entre cânones brasileiros:

Só comparo o Suassuna, no Brasil, a dois sujeitos: a Villa Lobos e a Portinari. Neles a força do artista obra o milagre da integração do material popular com o material erudito, juntando lembrança, tradição e vivência, com o toque pessoal de originalidade e improvisação.⁴⁸

Amigos. Os autores que passam pelas mãos e leituras de Rachel são referidos assim, na maioria dos seus comentários. As obras recebidas por Rachel de Queiroz traduzem-se, através de comentários de uma amiga, aos leitores de suas crônicas semanais. Não de uma crítica literária. Seriam resultado de afeição e de admiração, ou um recurso publicitário? Em suas palavras, estratégia ou não, a impressão subjetiva torna-se patente:

Recebo aqui na fazenda, pelo trem da tarde, o novo livro do nosso querido Ascendino Leite: **A Velha Chama**. Agarro-me com ele, acaba a luz do dia, se acende o motor, e o enlevo da leitura me arrasta a uma maratona; passa da meia noite e só deixo o livro ao alcançar a última página (...). Mas valeu a pena. Aqui está um retrato em fragmentos de um homem muito especial e de um grande escritor. A quem a gente quer bem como amigo e a quem se admira extraordinariamente como mestre no seu ofício. (Grifo da autora)⁴⁹.

Ascendino Leite, como tantos outros *amigos*, contaram com ‘Última Página’, para divulgarem seus textos. Cumpria também a revista *O Cruzeiro* as suas funções de incentivar

⁴⁷ QUEIROZ, R. de. ‘Mulungu na Serra’. *O Cruzeiro*. Op. cit, 11/04/1973.

⁴⁸ QUEIROZ, R. de. ‘Ariano Suassuna’. *O Cruzeiro*. Op. cit, 22/09/1971.

⁴⁹ QUEIROZ, R. de. ‘A Velha Chama’. *O Cruzeiro*. Op. cit, 03/04/1974.



as letras nacionais, integrar o país através das imagens em suas páginas e dar ao grande público a chance de conhecer autores distantes dos centros urbanos⁵⁰.

Velhos amigos que se encontram:

(...) olham-se com prazer, examinam-se não em busca dos sintomas da velhice que chega, mas dos restos de mocidade que ainda permanecem. Batem no ombro um do outro (...) ambos sabem que podem ter aparência de mais velhos por culpa de uma ruga ou outra, um novo dente postiço, um pouco menos de cabelo; mas na alma – na alma! – digam o que digam o calendário e os filhos crescidos –, nunca se sentiram tão jovens.⁵¹

Assim, como que acalentando um velho amigo, Rachel prosseguia seus textos. Estabelecendo em suas crônicas espaços de trocas, contatos, publicidade de autores, com uma escrita carregada de memórias e de afetividade, amenizava *rugos* e *dentes postiços* que porventura encontrasse nas obras literárias encontradas. Uma rede se fazia. Como toda a construção, da seleção não prescindia.

Considerações finais

Começamos nosso artigo por fazer pequenas sinalizações sobre os percalços encontrados durante o trabalho com fontes documentais, sendo essas, textos literários. Tais considerações iniciais balizaram nossa leitura ao longo da investigação e nos indicaram as limitações que porventura encontramos nas crônicas da autora cearense Rachel de Queiroz.

Em seguida, procuramos informar alguns aspectos sobre o próprio *corpus* documental trabalhado. Lembramos o fato de extrairmos nossa pesquisa de um universo de 430 crônicas, publicadas em nove anos de escrita semanal, na revista *O Cruzeiro*. Esse recorte implicou na compreensão de um total de 54 crônicas em que a escritora procurava mencionar, resgatar e comentar obras, memórias e experiências de convívio com intelectuais.

⁵⁰NETTO, Accioly. *O Império de papel: os bastidores de O Cruzeiro*. Op. cit.

⁵¹QUEIROZ, R.. de. 'Amigos'. *O Cruzeiro*. Op. cit, 08/01/2015.



Nossa premissa de trabalho para esse artigo seria a de que a autora dedicava um espaço significativo em sua escrita para ressaltar e tecer contatos com outros intelectuais, além de fazer menção aos escritores, poetas, músicos, já falecidos, em uma ação que buscava consolidar referências intelectuais no campo literário brasileiro.

Partimos então para a análise de algumas das crônicas em que Rachel produziu resenhas sobre livros de autores contemporâneos ou não. Destacamos, então, as peculiaridades de sua escrita buscando entrever aspectos como: redes de contato, memórias, crítica e consagração literária, dentre outros.

Esperamos, com isso, contribuir para as discussões que envolvem a participação da Rachel na circularidade e nas trocas intelectuais entre jornalistas, romancistas, contistas, cronistas brasileiros, bem como apontar algumas das influências diretas e indiretas existentes entre os autores mencionados na escrita de Rachel de Queiroz.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste*. 2. Edição. Recife: FJN/Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

AMORA, Manoel Albano. *Pacatuba: Geografia Sentimental*. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1972.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

CARVALHO, Luiz Marklouf. *Cobras Criadas*. 2. ed. São Paulo: SENAC-SP, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARTIER, R. Textos, impressos, leituras. In: CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 2002.

FERREIRA, R.F. dos Santos. *A 'Última Página' de O Cruzeiro: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz no pós-64*. (Tese em História). Niterói: UFF, 2015.

FILHO, A. *Léguas de Promissão*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1968.



GUERELLUS, N. *Regra e Exceção*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

LIMA, Esperidião de Queiroz. *11 anos na Amazônia: de 1904 a 1915*. Manaus: Governo do Estado, 1966.

MATTOS, I. R. (org). *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1998.

MONTENEGRO, Braga (et al). *Uma Antologia do Conto Cearense*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1965.

MORAIS, F. *Chatô: o Rei do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

NASCIMENTO, Stela. *Mulungu*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1973.

NASSER, D. *Portugal, Meu Avozinho*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1965.

NETTO, Accioly. *O Império de papel: os bastidores de O Cruzeiro*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1998.

QUEIROZ, R. de. Última Página. In: FERREIRA, R.F. dos Santos. *A 'Última Página' de O Cruzeiro: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz no pós-64. 1964-1975*.

QUEIROZ, R. de; QUEIROZ, M^a L. de. *Tantos Anos*. Rio de Janeiro: ARX, 2004.

SARASATE, Paulo. *A Constituição do Brasil ao Alcance de Todos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1965.

SORÁ, Gustavo. *Brasileanas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: EDUSP/COM-ARTE, 2010.

Sítios digitais

CHARTIER, R. *Ouvir os mortos com os olhos*. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/viewFile/10510/12252>>. Acesso em: 31/08/2015.

SALES, A. *Aves de Arribação*. 2. ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1920. Informações disponíveis em: <<http://www.fortalezanobre.com.br/2010/09/antonio-sales-um-dos-maiores-nomes-da.html>>. Acesso em: 11/09/2015.

VERNE, J. Informações disponíveis em: <http://www.e-biografias.net/julio_verne/>. Acesso em: 11/09/2015.